



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Direito

Bruna da Penha de Mendonça Coelho

**“Ganha mais quem nada faz; menos ganha quem produz”:
o samba carioca e a crítica à ideologia do fim da centralidade do trabalho**

Rio de Janeiro

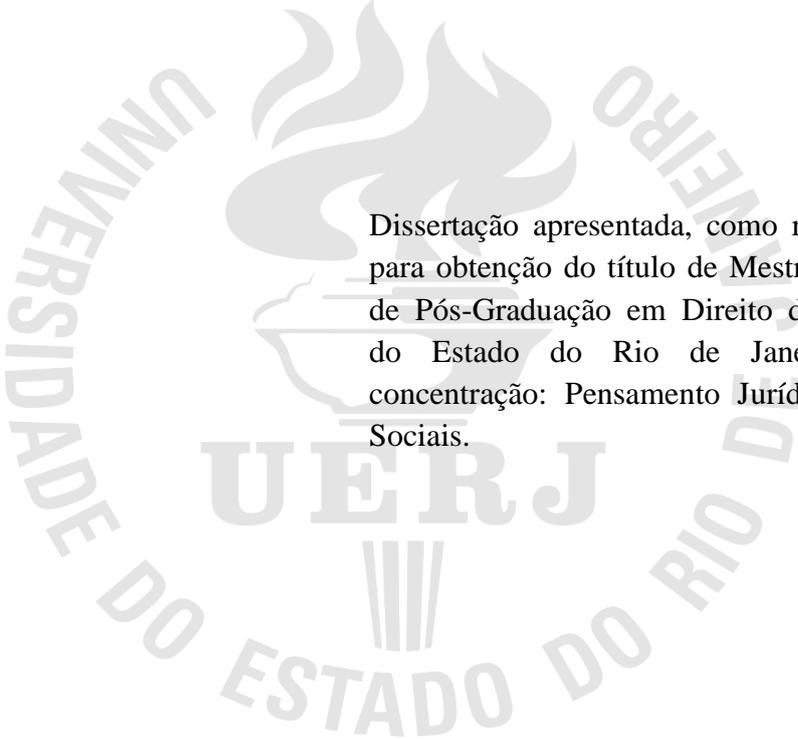
2019

“Ganha mais quem nada faz; menos ganha quem produz”:
o samba carioca e a crítica à ideologia do fim da centralidade do
trabalho

UERJ
2019

Bruna da Penha de Mendonça Coelho

**“Ganha mais quem nada faz; menos ganha quem produz”:
o samba carioca e a crítica à ideologia do fim da centralidade do trabalho**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pensamento Jurídico e Relações Sociais.

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Ferreira da Cunha

Coorientador: Prof. Dr. Alexandre Fabiano Mendes

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/C

C672

Coelho, Bruna da Penha de Mendonça.

“Ganha mais quem nada faz; menos ganha quem produz”: o samba carioca e a crítica à ideologia do fim da centralidade do trabalho/ Bruna da Penha de Mendonça Coelho. - 2019.

150 f.

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Ferreira da Cunha.

Coorientador: Prof. Dr. Alexandre Fabiano Mendes.

Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito.

1.Samba - Teses. 2.Contestação (Direito) –Teses. 3. Trabalho e sociedade – Teses. I.Cunha, José Ricardo Ferreira da. II. Mendes, Alexandre Fabiano. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Direito. IV. Título.

CDU 349.2

Bibliotecária: Marcela Rodrigues de Souza CRB7/5906

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Bruna da Penha de Mendonça Coelho

**“Ganha mais quem nada faz; menos ganha quem produz”:
o samba carioca e a crítica à ideologia do fim da centralidade do trabalho**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pensamento Jurídico e Relações Sociais.

Aprovada em 22 de fevereiro de 2019.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Ricardo Ferreira da Cunha (Orientador)
Faculdade de Direito - UERJ

Prof. Dr. Alexandre Fabiano Mendes (Coorientador)
Faculdade de Direito - UERJ

Prof. Dr. Guilherme Leite Gonçalves (Avaliador interno)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dra. Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva (Avaliadora externa)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2019

AGRADECIMENTOS

À minha família, sobretudo aos meus pais e avós, por me ensinarem a viver sem ter a vergonha de ser feliz.

Ao Leonardo, pela dedicação em fazer o amor brotar a todo instante.

Às amigas incríveis que a UERJ me deu, pelo afeto, pelos sorrisos e pela sororidade. Por me lembrarem diariamente de que o mundo é nosso.

Aos meus professores, pela formação e por me despertarem a vontade de seguir seus passos. Em especial, agradeço ao meu orientador José Ricardo, pelo exemplo que me inspira desde 2012; ao meu coorientador Alexandre Mendes, por me apresentar as belezas de um direito menos hermético e mais literário; ao Ricardo Falbo e ao Guilherme Leite, pelas aulas fascinantes que fizeram com que eu me encontrasse na sociologia crítica e, quanto ao último, também pelos conselhos cuidadosos e precisos na banca de qualificação; e aos professores de música Bia Rodrigues, Eliete Miranda e Ernani Marones (COART/UERJ), pelo incentivo em pôr um pouco de música em tudo que faço.

Aos meus companheiros da pós, pelos debates infinitos e enriquecedores.

Aos alunos das monitorias de IED (UERJ, 2015.1 - 2016.2), da eletiva de Direito e Literatura (UERJ, 2017.2) e da disciplina de Prática Trabalhista (FND, 2018.2), pelo carinho, pelo aprendizado e por reforçarem em mim o desejo pela vida acadêmica.

Àqueles que tudo produzem, que são espoliados dos frutos de seu trabalho e que aprenderam a reinventar a vida em cada roda de samba.

A Dona Ivone, por me lembrar de pisar nesse chão devagarinho; a Wilson Baptista, pelo chapéu de lado; a Noel e Chiquinha Gonzaga, pelas partituras tatuadas nas calçadas da 28 de setembro, que faziam meus olhos brilharem a caminho da universidade; a Cartola e Nelson Cavaquinho, que viveram tranquilos em Mangueira, tão perto da UERJ, a afagar as cordas de aço de seus violões; a Bezerra da Silva, o poeta operário; a Candeia, pela filosofia do samba; a Paulinho, por me ensinar a levar o barco devagar; a Clara, João e Paulo César, que tanto ouvi ainda criança; e a todos os bambas de um Rio partido e colorido.

*Vamos sublimar em poesia
A razão do dia a dia
Pra ganhar o pão
Acordar de manhã cedo
Caminhar pra estação
E chegar lá em D. Pedro
A tempo de bater cartão*

*Não é mole não
Com a inflação
Almejar a regalia
E o progresso da nação*

*O suburbano quando chega atrasado
O patrão mal-humorado
Diz que mora logo ali
Mas é porque não anda nesse trem lotado
Com o peito amargurado
Baldeando por aí
Imagine quem vem lá de Japeri
Imagine quem vem lá de Japeri*

*Olhando a menina de laços de fita
Batucando na marmita
Pra não ver o tempo passar
Esquecendo da tristeza quando o trem avariar*

*E na viagem tem jogo de ronda
De damas e reis
Vendedores, cartomantes, repentistas
Tiram onda de artista
No famoso “Trinta e Três”
O trombadinha quase sempre se dá bem
O paquera apanha quando mexe com alguém
Não é tão mole andar de pingente no trem*

Guará e Jorginho das Rosas, 33, *Destino Dom Pedro II*.
Samba-enredo do G.R.E.S. Em Cima da Hora, carnaval de
1984.

— *Há de perdoar-me, interrompeu Estácio com um ar de familiaridade indiscreta, que lhe não era habitual; eu creio que um homem forte, moço e inteligente não tem o direito de cair na penúria.*

— *Sua observação, disse o dono da casa sorrindo, traz o sabor do chocolate que o senhor bebeu naturalmente esta manhã antes de sair para a caça. Presumo que é rico. Na abundância é impossível compreender as lutas da miséria, e a máxima de que todo homem pode, com esforço, chegar ao mesmo brilhante resultado, há de sempre parecer uma grande verdade à pessoa que estiver trinchando um peru... Pois não é assim; há exceções. Nas coisas deste mundo não é tão livre o homem, como supõe, e uma coisa, a que uns chamam mau fado, outros concurso de circunstâncias, e que nós batizamos com o genuíno nome brasileiro de caiporismo, impede a alguns ver o fruto de seus mais hercúleos esforços. César e sua fortuna! – toda a sabedoria humana está contida nestas quatro palavras.*

RESUMO

COELHO, Bruna da Penha de Mendonça. *“Ganha mais quem nada faz; menos ganha quem produz”*: o samba carioca e a crítica à ideologia do fim da centralidade do trabalho. 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e Filosofia do Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

A pesquisa tem por escopo perquirir, na interconexão entre o samba carioca e a sociologia crítica do trabalho, em que medida esse gênero musical se apõe como linha de resistência ao processo histórico de usurpação do trabalho alheio, mais especificamente no que concerne a seu potencial de crítica ao discurso ideológico e hegemônico de crise (ou, em certas versões, até mesmo fim) da sociedade do trabalho. Tal problema de pesquisa perpassa também, em um sentido mais amplo, a investigação sobre como a cultura, materialmente inserida nas relações sociais, constrói discursos contra-hegemônicos tendentes a contestar as desigualdades sociais vigentes. Parte-se da hipótese de que o samba carioca (com especial foco para o período atinente à virada neoliberal para o último quarto do século XX, bem como seus reflexos na produção contemporânea) possui a potencialidade de questionamento do discurso ideológico de superação do trabalho vivo na sociedade hodierna. E o fez e faz segundo um duplo enfoque: tanto questionando as abstrações e promessas burguesas, quanto se reportando, mais detidamente, à questão do trabalho e ao mito da negação do conflito capital-trabalho (seja pela exaltação do trabalho verdadeiramente livre, seja pela ode à malandragem, seja pela denúncia explícita da exploração). O primeiro capítulo propicia um resgate histórico de episódios ligados à formação e ao desenvolvimento do samba carioca, com especial atenção para sua trajetória de resistência às constantes tentativas do poder dominante de perseguição, disciplinamento, ampliação das desigualdades, apagamento da memória coletiva e mercantilização da cultura. O segundo capítulo é dedicado à análise do discurso ideológico da superação do trabalho vivo, passando pelo seu surgimento no bojo do giro antiprodutivista do pensamento social europeu, pela sua recepção nestas terras e pela sua relação com o neoliberalismo. Por sua vez, o último capítulo propõe o entrelaçamento entre os anteriores, detendo-se de forma mais direta na investigação do problema de pesquisa aventado. Para tanto, o capítulo se vale da contribuição da produção artística de Bezerra da Silva e Candeia, do espírito do Samba do Trabalhador e da potência contestatória dos quatro dias de glória do carnaval (incluindo a marchinha, o samba de enredo e o histórico desfile de 2018 do G.R.E.S. Paraíso do Tuiuti). Por fim, a conclusão é dedicada à retomada da hipótese de pesquisa e ao compartilhamento das impressões obtidas ao longo da investigação, apontando caminhos para a relação entre a produção de discursos contra-hegemônicos pelo samba, o regime de acumulação neoliberal e o processo revolucionário de superação material da barbárie de um modo de produção fundado na exploração do homem pelo homem.

Palavras-Chave: Samba carioca. Contestação. Ideologia do fim da centralidade do trabalho.

ABSTRACT

COELHO, Bruna da Penha de Mendonça. *“Those who do nothing earn more; those who produce earn less”*: the samba from Rio and the critique of the ideology of the end of the centrality of work. 2019. 150 p. Master’s thesis (Master’s Degree in Theory and Philosophy of Law) – Rio de Janeiro State University, Rio de Janeiro, 2019.

The research aims to investigate, in the interconnection between the samba from Rio and the critical sociology of work, to what extent this musical genre acts as opposition to the historical process of usurpation of the human work, more specifically with respect to its potential to criticize the ideological and hegemonic discourse of crisis (or, in certain versions, even end) of labor society. This research problem also concerns, in a broader sense, the investigation of how culture, materially inserted in social relations, constructs counter-hegemonic discourses tending to challenge social inequalities. The research is based on the hypothesis that the samba from Rio (with a special focus on the period related to the neoliberal turn for the last quarter of the twentieth century, as well as its reflections on contemporary production) has the potential to question the ideological discourse of overcoming of the living labor in today’s society. And this occurs in a double focus: both by questioning bourgeois abstractions and promises, and by referring more closely to the question of labor and the myth of the denial of capital-labor conflict (whether by the exaltation of truly free labor, or by the ode to rascality, or by explicit denunciation of the exploitation). The first chapter provides a historical rescue of episodes related to the formation and development of the samba in Rio de Janeiro, with special attention to its trajectory of resistance to the constant attempts of the dominant power to persecute, discipline, widen inequalities, erase collective memory and commodify culture. The second chapter is dedicated to the analysis of the ideological discourse of overcoming of the living labor, addressing its emergence in the antiproductivist turn of European social thought, its reception in Brazil and its relation with neoliberalism. The last chapter proposes an interweaving between the previous chapters, concentrating more directly on the investigation of the research problem. For this purpose, the chapter uses the contribution of Bezerra da Silva and Candeia’s artistic production, the spirit of the *Samba do Trabalhador* and the contestatory power of the four days of glory proper to the carnival (including the *marchinha*, the *samba-enredo* and the historic parade of 2018 presented by GRES *Paraíso do Tuiuti*). Finally, the conclusion rescues the hypothesis of research and shares the impressions obtained during the investigation, pointing out ways to the relation between the production of counter-hegemonic discourses by samba, the neoliberalist regime of accumulation and the revolutionary process of material overcoming of the barbarism intrinsic to a mode of production based on the exploitation of the human being by the human being.

Keywords: Samba from Rio. Contestation. Ideology of the end of the centrality of work.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	SAMBA E RESISTÊNCIA.....	28
1.1	Formação da classe trabalhadora e do samba urbano cariocas: o tambor que resistiu à escravidão.....	30
1.2	Perseguição e marginalização: o passado que nunca deixou de ser presente.....	33
1.3	“Eu tenho orgulho em ser vadio”: resistência à perseguição histórica e ao disciplinamento do gênero musical e do trabalho.....	36
1.4	O malandro regenerado e o projeto industrializante do Estado Novo.....	39
1.5	Escolas de samba.....	41
1.5.1	<u>Surgimento das primeiras escolas de samba cariocas.....</u>	41
1.5.2	<u>“Vão acabar com a Praça Onze”, mas guardai os pandeiros.....</u>	44
1.5.3	<u>“Super Escolas de Samba S/A”... que covardia!.....</u>	46
1.6	O controle oficial e o controle do capital: duas faces da mesma moeda....	49
2	O MITO DO FIM DA CENTRALIDADE DO TRABALHO.....	54
2.1	Crise do fordismo e ascensão neoliberal.....	54
2.2	A centralidade do trabalho vivo e o mito de sua superação.....	57
2.2.1	<u>A amplitude do conceito <i>trabalho</i>: da atividade vital consciente à alienação.</u>	57
2.2.2	<u>Reprodução do capital: extração de mais-valor e as íntimas relações entre capital financeiro e capital produtivo.....</u>	59
2.2.3	<u>Avanço tecnológico: diminuição do trabalho ou aumento do controle?.....</u>	63
2.2.4	<u>Crise da sociedade do trabalho? O giro antiprodutivista do pensamento social na Europa e a ideologia (neo)liberal.....</u>	65
2.2.5	<u>A importação da ideologia da crise da sociedade do trabalho e seu reflexo nas investidas neoliberais no contexto sócio-político brasileiro.....</u>	72
2.3	O movimento de desregulamentação do trabalho no Brasil.....	76
2.3.1	<u>A dinâmica das relações de trabalho brasileiras no último quarto do século XX e seus reflexos no contexto hodierno: o alastramento da precarização.....</u>	77
2.3.2	<u>A assim chamada reforma trabalhista brasileira.....</u>	82
3	A CONTESTAÇÃO DO DISCURSO DE CRISE DA SOCIEDADE DO TRABALHO PELO SAMBA.....	89

3.1	Bezerra da Silva e a voz dos despossuídos.....	91
3.2	Candeia e a crítica das promessas liberais.....	96
3.3	Samba do trabalhador: um samba-trabalho às segundas.....	100
3.4	Carnaval e potência contestatória.....	103
3.4.1	<u>“Trabalhar, eu não”</u>: a irreverência da marchinha.....	103
3.4.2	<u>Samba-enredo</u>.....	107
3.4.3	<u>Paraíso do Tuiuti: desfile de 2018</u>.....	112
3.5	“Pra tudo se acabar na quarta-feira”?.....	115
	CONCLUSÃO.....	120
	REFERÊNCIAS.....	128
	APÊNDICE: DISCOGRAFIA.....	135

INTRODUÇÃO

O operário sonhou

Que a elite condenou ele a morte

Depois lhe mandou pro inferno

Você é pobre favelado e não tem muita sorte

Olha que foi um desespero danado

Na hora de entrar no caldeirão

Pinto logo o capeta mirim

Lhe perguntando qual é seu grau de instrução

Porque também para entrar no inferno

Tem que fazer vestibular com o filho do cão¹

Somos levados a acreditar, desde o instante em que pisamos cá neste mundo, que não há alternativa ao modelo de organização político-econômica (diga-se, organização de formas de vida) vigente. Somos levados a acreditar que é natural vender o invendável, que é natural que existam classes sociais diametralmente distintas, que é natural que vivamos para alienar nossa força de trabalho em troca de uma tentativa de sobrevivência, que é natural que parcelas de seres humanos sejam verdadeiramente esmagáveis como baratas de esgoto, que é natural que uns concentrem mais riqueza que outros, que é natural mesmo que toda a lógica vital gire em torno desse deus inquestionável – que nos é dado como externo e inevitável – chamado capital.

Somos levados a crer que é só se esforçar um pouco que você chega lá. Afinal, as manchetes estampam que alguns conseguiram. Não importa se saíram de um ponto de partida bem diferente do seu, mas olhe lá, eles conseguiram. Seja um homem bem disciplinado, esforce-se um pouco mais, que amanhã há de ser você. Amanhã talvez seja você a não ser assim tão descartável. Amanhã talvez você consiga sobreviver com um pouco mais de tranquilidade. Amanhã. Por hoje, trabalhe. Trabalhe e se cale. Ajeite esse talhe e trabalhe. E se chegar atrasado, o patrão mal-humorado, que “não anda nesse trem lotado com o peito amargurado baldeando por aí”, há de dizer que você mora logo ali.²

¹ BUTINA, Pedro; MENINÃO, Walter. Sonho de operário. In: SILVA, Bezerra da. **Se não fosse o samba**. Rio de Janeiro: BMG-Ariola, 1989. Faixa 3.

² GUARÁ; ROSAS, Jorginho das. 33, Destino Dom Pedro II. Samba-enredo da Em Cima da Hora no carnaval de 1984. Intérprete: César do Vale. In: **Sambas de enredo das Escolas de Samba do Grupo 1-B – Carnaval 84 – Gravações Originais**. Rio de Janeiro: Top Tape, 1983. Faixa 7.

O que eles não sabem é que aquele mesmo tambor que resistiu à escravidão, a cada vez que ecoa em compasso binário, reproduz a batida do peito de quem nunca se calou – e cuja voz ainda ressoa pela boca incansável dos que continuam sem se calar. Esse mesmo tambor hoje segue resistindo a todas as formas de opressão, segue escancarando o cinismo de um modo de vida fundado na subjugação e na exploração do homem pelo homem, segue reinventando a luta (dos que se foram e dos que ficam) pelo fim da barbárie que tentam nos vender como normal.

Se o samba é pai do prazer e filho da dor³, o mesmo se diga do trabalho. Pai do prazer, é através dele que produzimos e ressignificamos nossa própria existência, pelo estabelecimento de relações com o meio em que nos inserimos.⁴ Ainda, por ser atividade de caráter eminentemente relacional, propicia o desenvolvimento de vínculos intersubjetivos. Em outras palavras, o trabalho verdadeiramente livre é o que funda o ser social. Já que trabalho é questionar, desafiando os limites do próprio corpo, as grandes dicotomias que a todo tempo nos são doutrinadas (sujeito e objeto, homem e natureza, teoria e prática), é nesse ponto nevrálgico que se interligam trabalho e samba.

Filho da dor, seu potencial emancipatório é sufocado por uma série de expedientes fundantes do modo de produção capitalista. A noção primeira de trabalho enquanto atividade vital consciente (e, portanto, atividade livre) possibilita compreender a perversidade do processo de alienação do trabalho, processo que se baseia justamente na inversão dessa lógica: o homem faz de sua atividade vital um simples meio para sua existência.⁵ Apresenta-se como alheio o seu próprio trabalho, bem como os frutos que dele decorrem, resultando no estranhamento de si e do mundo.

Todo esforço histórico de autovalorização do capital tem se valido, prioritária e centralmente, da usurpação do trabalho alheio, seja na perspectiva tradicional do recrudescimento da jornada laboral e extração de mais-valor absoluto (além dos mecanismos de extração de mais-valor relativo), seja com o controle do corpo do trabalhador, seja com a desconexão entre o processo produtivo e a compreensão do seu resultado final, seja com as dinâmicas de fragmentação e desarticulação (espacial e política) da classe trabalhadora, seja mesmo com a conjugação de todos esses fatores.

³ VELOSO, Caetano. Desde que o samba é samba. In: GIL, Gilberto; VELOSO, Caetano. **Tropicália 2 – Caetano Veloso e Gilberto Gil**. Rio de Janeiro: Polygram, 1993. Faixa 12.

⁴ Não se pretende aqui, de forma nenhuma, reproduzir a dicotomia sujeito e objeto segundo a qual a natureza estaria para o homem em relação de submissão. Pelo contrário, não se trata de tomar a natureza por objeto a ser dominado, mas de um processo mútuo de reatribuições de significado a nossa existência.

⁵ MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008, pp. 84/5.

Nessa esteira, o ponto central da pesquisa (que, em termos metodológicos, pode ser concebido como problema de pesquisa principal) consiste em conjecturar, na confluência entre a sociologia do trabalho e o samba, em que medida esse gênero musical atua como resistência ao processo histórico de usurpação do trabalho alheio, mais especificamente no que concerne a seu potencial de crítica ao discurso ideológico de crise (ou, em certas versões, até mesmo fim) da sociedade do trabalho. Tal problema de pesquisa tange, portanto, no seu sentido mais amplo, a investigação sobre como a cultura, materialmente inserida nas relações sociais, possui a potencialidade de construir discursos contra-hegemônicos tendentes a contestar as desigualdades vigentes e os discursos hegemônicos que as ocultam.

Parte-se da hipótese de que o samba carioca (com especial foco para o período atinente à virada neoliberal para o último quarto do século XX, bem como seus reflexos na produção contemporânea) se apõe em linha de contestação ao discurso ideológico de superação do trabalho vivo na sociedade hodierna. E o fez e faz segundo um duplo enfoque: tanto questionando, em sentido amplo, as abstrações e promessas burguesas, quanto se reportando, mais detidamente, à questão do trabalho e ao mito da negação do conflito capital-trabalho (seja pela exaltação do trabalho verdadeiramente livre, seja pela ode à malandragem, seja mesmo pela denúncia explícita da exploração).

Um discurso importado que não se resume à concepção reducionista de ideologia enquanto falsa percepção da realidade em um sentido individualizado, mas que tem um componente de materialidade e se dá coletivamente. Ou seja, para além de uma cortina de fumaça, esse discurso ideológico exerce aqui uma funcionalidade: justifica uma realidade de desigualdade extrema, fundada em níveis predatórios de exploração do trabalho. Em outras palavras, pode-se tomar ideologia como uma abstração real, que exerce um papel no mundo e cria determinados tipos de sociabilidade.

Importante enfatizar o sentido conferido à expressão *resistência*. Do contrário, ficariam prejudicadas tanto a apreensão do problema e dos objetivos da pesquisa, quanto a própria função de um conceito (qual seja, delimitar um fenômeno no mundo). O sentido não é, em absoluto, o de negação teórica do processo reprodutor de desigualdades do capitalismo: ao revés, partindo-se dessa premissa inegável, objetiva-se perquirir em que medida o samba se constitui enquanto ação política potente de questionamento das assimetrias vigentes na instância material, a partir da construção de discursos contra-hegemônicos. Desdobrando-se essa primeira conceituação, pode-se tomar o conceito de resistência, ainda, enquanto uma *luta permanente contra a mercantilização*, contra a necessidade que empurra ao mercado, que

impinge a vender o invendável. Isso nos afasta de dois riscos (que, em última análise, se comunicam): o idealismo e o deslocamento da problemática da luta de classes.

A pesquisa busca lidar, assim, com dois fatores. De um lado, questionar com veemência a velha lenda da autonomia privada, que funciona como mecanismo de naturalização de desigualdades e assimetrias de poder. Por outro lado (e esse é o segundo fator), é reducionista supor que o processo histórico de exploração do trabalhador se deu e se dá sem encontrar resistência social. E é de uma forma específica de resistência, cuja potencialidade é muitas vezes subestimada, que se trata aqui. Porque o processo revolucionário se renova todos os dias, no ir e vir do povo na cidade, na reinvenção dos modos de vida. A resistência acontece a cada instante, em cada praça, em cada roda de samba.

A atualidade do tema se justifica por três frentes (trata-se de divisão que tem por intuito um recorte metodológico apenas, e não uma espécie de categorização de fenômenos tão complexos e interligados). A primeira é a onda de ataque às garantias trabalhistas, que culminou com a aprovação, em 2017, de predatórios projetos de lei em matéria laboral, cujo conjunto se convencionou chamar de reforma trabalhista, tendo como ápice a lei nº 13.467/17. Uma reforma pautada na velha acusação à classe trabalhadora – cujas condições de vida e trabalho já são extremamente precárias – de óbice ao desenvolvimento nacional.

A segunda está associada à necessidade de enfrentamento à adesão, no discurso jurídico-político hegemônico⁶ (e até mesmo em parte do discurso sociológico), da falácia do fim ou, ao menos, da relativização ou crise da centralidade do trabalho na sociedade hodierna. Falácia essa que tem implicado, conseqüentemente, o afastamento de tal temática do cerne das pesquisas teóricas – o que caracteriza, no fundo, afastar a própria problemática do capitalismo enquanto categoria analítica de estudo.

Por fim, a terceira diz respeito ao movimento crescente de demonização das manifestações culturais de matriz africana, dentre as quais o samba. Investidas políticas (basta

⁶ Como Gramsci, não se pretende aqui adotar um ou outro conceito estanque de hegemonia, porque partilhamos da mesma preocupação: a intervenção do homem na realidade e o embasamento da ação política, razão pela qual é preciso pensar hegemonia a partir dos conceitos de direção e dominação, mas sem fazê-lo de forma dicotômica. O processo de manutenção de poder envolve não só fatores meramente técnico-financeiros, mas também subjetivos e culturais, que influenciam a forma de se ver o mundo. Assim, o processo revolucionário não pode se limitar à alteração factual das engrenagens econômicas de uma sociedade, mas deve possibilitar profundas transformações na forma de conceber a realidade e suas relações. “O que entende Gramsci quando fala de hegemonia, referindo-se a Lenin? Gramsci entende a ditadura do proletariado. [...] Gramsci fala de princípio teórico-prático, de teorização e realização da hegemonia, ou seja, da Revolução de Outubro e da ditadura do proletariado. [...] A hegemonia é capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário. Nesse sentido, pode-se dizer que a hegemonia do proletariado realiza-se na sociedade civil, enquanto a ditadura do proletariado é a forma estatal assumida pela hegemonia.” (GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 5).

tomar como exemplo cristalino os ataques ao carnaval de 2018 promovidos pela gestão do município do Rio de Janeiro), que se assumem como neutras ou mesmo necessárias, lançam suas bases, em verdade, no racismo estrutural e na conseqüente marginalização dos ritmos afro-brasileiros.

E para esmiuçar melhor os objetivos e delimitações metodológicas da pesquisa, é preciso, antes de mais nada, proceder a uma contextualização do cenário que a pauta (como pano de fundo e como realidade material). Já que toda análise teórica se constitui enquanto tomada de posição axiológica e, conseqüentemente, política, faz-se necessário historicizá-la. A delimitação temporal da pesquisa se perfaz, sobretudo, nas dinâmicas de organização do trabalho e na produção musical ligada ao tema que emergiram nas décadas de 70 e 80 do século XX, bem como seus reflexos na produção subsequente. Pretende-se, ainda, compreender os reflexos desse processo na construção da ideologia hegemônica que caracteriza o contexto político hodierno no Brasil.

A difusão do modelo neoliberal e de um de seus mitos – a pretensa superação do trabalho vivo – encontra nestas terras uma realidade muito própria de relações laborais, pautada em níveis predatórios de exploração do trabalho e num cenário de industrialização tardia, bem como entusiastas de seu discurso ideológico apaziguador de assimetrias. Mas encontra também – e esse é o cerne da pesquisa – uma produção musical potente apta a desafiar com precisão e agudez as contradições desse discurso.

O operário brasileiro é mesmo agulha
 Que costura e fica nua
 Trabalha de janeiro a janeiro
 Passa fome e mora na rua
 [...]

 Eu sou apenas mais um, que não tenho nenhum
 Meu salário é de fome
 O trem me pega na esquina e em cada marmita
 A comida só mingua⁷

A crise do *welfare state* e do modelo fordista, bem como do projeto político-econômico subjacente a eles que caracterizou os chamados anos gloriosos nos países do centro do capitalismo, levou à instalação, especialmente a partir dos anos 1970, do neoliberalismo, que pode ser caracterizado como um regime de acumulação que, sem romper com os fundamentos do liberalismo clássico, agregou novas estratégias de favorecimento dos atores privados de mercado. E o ponto central é que esse regime pode ser compreendido

⁷ ROMILDO; ALBERTO, Nei; SHOW, Édson. Vida de operário. In: SILVA, Bezerra da. **Violência gera violência**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1988. Faixa 3.

enquanto movimento de reestruturação não só produtiva, mas também e fundamentalmente ideológica. Ou seja, como forma de ver o mundo e suas relações.

A ideia de movimento ajuda a compreender a sua paulatina consolidação como discurso hegemônico, cujas sementes foram lançadas na década de 1970 e cuja estabilização se dá quase que sem maiores sobressaltos até a crise de 2008. Crise essa que não só não foi capaz de ditar seu fim, como, uma vez contornada, não passou de uma justificativa ao fortalecimento da tomada de políticas de austeridade no cenário global. Não à toa, a pauta neoliberal segue mais firme do que nunca mundo afora.

Especificamente no Brasil, é simbólico e nada surpreendente que reformas extirpadoras de direitos sociais se multipliquem com a velocidade da luz. A aprovação de uma emenda constitucional que congela gastos sociais por duas décadas, de uma reforma trabalhista predatória e sem precedentes, de uma reforma do ensino médio levada a cabo sem debate e sem legitimidade social, uma iminente reforma previdenciária empurrada goela abaixo de quem vai morrer sendo impelido a vender sua força de trabalho, são exemplos de como a onda neoliberal, mais do que nunca, atinge-nos em cheio.

As garantias trabalhistas foram prontamente tidas como moeda de troca em um cenário de instabilidade político-econômica. Em 2017, foram aprovados dois predatórios projetos de lei em matéria trabalhista: um atinente à terceirização e ao trabalho temporário - Lei 13.429/2017 - e, pouco tempo depois, a Lei 13.467/2017, o ápice de um conjunto de investidas que se denominou reforma trabalhista.

O diagnóstico neoliberal põe a crise dos anos 70 na conta da regulação social pelo Estado e de um propalado excesso de poder dos instrumentos de luta coletiva. Não é de se espantar, portanto, que a solução apontada para isso perpassse cortes de investimentos sociais e enfraquecimento da ação coletiva no bojo das relações de trabalho. E que a consolidação de tal proposta demande a construção de um discurso hegemônico próprio, que abrange as mais diversas searas de produção de sociabilidade: cultura, regime jurídico, regime econômico... (enfim, práticas sociais em sentido amplo).

A promessa neoliberal de resgate da base de lucro com base no diagnóstico supracitado se encarnava em uma agenda que envolvia (e envolve) a contenção da atividade sindical, a privatização de ativos públicos, a desregulamentação do sistema financeiro e das relações de trabalho, cortes em investimentos sociais, dentre outras medidas. E a realização dessa agenda demandou e tem demandado intensamente a mediação do Estado e do direito em prol dos interesses do mercado e da manutenção e expansão do padrão de acumulação

capitalista.⁸ O fundo público passou a ser indispensável ao capital – o “Estado mínimo” não passa de uma grande falácia.

O robustecimento do programa neoliberal se perfez com a construção de um discurso ideológico hegemônico apto a impregnar as mais distintas esferas sociais e que, ao fazê-lo, passou a constituí-las. Ao direito, por exemplo, coube o enaltecimento da figura do Estado Constitucional e Democrático de Direito enquanto ideário normativo. O direito e a democracia constitucional são tidos como elementos capazes de se apor em linha de tensão com o capitalismo e, portanto, de limitar seu dispositivo fundante de produção e reprodução de desigualdades. Nada mais ingênuo – ou, para usar a expressão de Marx no capítulo 24 d’ *O Capital*, idílico.⁹

E aqui se entende ideologia para além de uma leitura reducionista que poderia supô-la em termos de uma falsa compreensão individual da realidade. Ideologia é, antes de mais nada, uma abstração que não deixa de ser real (e que atua coletivamente), vez que cumpre funções reais no mundo, ao forjar um espaço de sociabilidade tendente ao apaziguamento dos conflitos de classe e ao abafamento das assimetrias presentes na instância material. A dominação de classe, que já se impõe no âmbito privado, demanda, ademais, uma esfera pública que garanta a manutenção em curso de sua engrenagem reprodutora de desigualdades.

A tese habermasiana dos anos 1970 de uma separação natural entre democracia e capitalismo, como se aquela pudesse intrinsecamente opor resistência às estratégias de acumulação do capital – e a consequente centralidade conferida aos processos interativos, discursivos e comunicativos em detrimento da categoria *trabalho* – consistiu em um dos marcos do chamado giro antiprodutivista do pensamento social. O diagnóstico de crise da sociedade do trabalho (que, em versões mais entusiasmadas, também é apontado como fim da centralidade do trabalho) se alastrou pelo pensamento – inclusive o sociológico – europeu, sobretudo nas três últimas décadas do século XX.¹⁰

E não tardou muito para que o diagnóstico chegasse a terras tupiniquins. Aliás, a rapidez na importação do ideário burguês europeu está longe de ser novidade na história brasileira.¹¹ A racionalidade neoliberal não se resume a um cálculo meramente estratégico-

⁸ GONÇALVES, Guilherme Leite. **Marx está de volta!** Um chamado pela virada materialista no campo do direito. Revista Direito e Práxis, vol. 5, n. 9, 2014, pp. 306/7.

⁹ “Na realidade, os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos.” MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p.786.

¹⁰ GONÇALVES, Guilherme Leite. **Marx está de volta!** Um chamado pela virada materialista no campo do direito. Op. Cit., pp. 313 e ss. Cf. capítulo 2 deste trabalho.

¹¹ Cf. SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas.** Coleção Espírito Crítico. 5ª edição, 3ª reimpressão. São Paulo: Editora 34, 2007. A crítica literária marxista às obras da fase romântica de Machado de Assis propicia

econômico, mas demanda, também e precipuamente, a construção de discursos ideológicos que lhe deem sustentação – discursos esses que exercem uma verdadeira funcionalidade no processo de acumulação (daí a ideia de abstração real). A paulatina destituição discursiva da categoria *trabalho* como objeto central de constituição das relações sociais e de investigação sociológica afasta a própria problemática do capitalismo enquanto elemento de análise e acaba por reforçar a negação discursiva do conflito capital-trabalho. Ou seja, trata-se de uma funcionalidade que não só legitima a acumulação capitalista, como também a constitui: tudo se passa em termos de uma suposta superação da luta de classes e de uma suposta reformulação material da forma pela qual o capitalismo se reproduz.

Nesse cenário, a incorporação dos valores liberais europeus de igualdade e de liberdade contratual (que pautaram, em larga medida, o discurso legitimador do conjunto de medidas que culminou na reforma trabalhista de 2017) convive aqui, pacificamente, com uma realidade material altamente indicativa de desigualdades extremas e patentes, justificando-a. Realidade que envolve uma exponencial concentração de renda e índices alarmantes de exploração e de precarização cada vez mais crescentes das relações de trabalho.

O velho mito da autonomia privada volta a encontrar bocas entusiasmadas que o ecoem: as mesmas bocas que bradam também o velho discurso falacioso que tende a atribuir à classe trabalhadora nacional, cujas condições de vida e trabalho já são extremamente precárias a ponto de colocá-la no limite da própria sobrevivência, o rótulo de empecilho ao desenvolvimento nacional – esquecendo-se deliberadamente que a CLT (que descansa em paz), por mais de 70 anos em vigência plena, nunca obistou os ciclos de desenvolvimento econômico do país.

A importação do discurso europeu de crise da sociedade do trabalho não passa, portanto, de uma atualização das sistemáticas tomadas e retomadas discursivas de que o liberalismo faz uso para manter e expandir sua hegemonia. Se esse discurso já faz pouco sentido na realidade em que foi concebido, não é preciso muito esforço para perceber que, em se tratando de um país construído pelos horrores da escravidão, e cujo processo de industrialização tardio sequer estava consolidado quando o fordismo entra em crise na Europa, o discurso não faz sentido nenhum.

interessante análise sobre a recepção dos valores liberais europeus na sociedade escravista brasileira. A atitude irônica (que seria ainda mais bem desenvolvida nos romances da fase realista de Machado) diante de tamanha contradição revela que a importação do ideário burguês não funciona aqui apenas em um sentido negativo de “esconder” as disparidades sociais. Ao conviver pacificamente com práticas sociais abertamente (e não veladamente) desiguais, têm verdadeira funcionalidade real: justificá-las.

Ou melhor, faz muito sentido: o sentido do capital. O ponto central é que, para além de atuar como uma espécie de cortina de fumaça, essa importação tem uma aplicabilidade prática: neutralizar discursivamente o ponto mais sensível do processo de reprodução do capital (qual seja, o conflito capital-trabalho) e possibilitar, portanto, a convivência pacífica entre níveis extremos de exploração do trabalho e a suposição teórica de sua superação.

Não bastasse isso, o discurso hegemônico importado, ao encontrar aqui condições próprias de reprodução, padece de uma incongruência interna patente: a suposta crise do trabalho (cuja alegação dá ensejo a arranjos discursivos reflexos, tais como o incentivo exacerbado ao empreendedorismo, falas – inclusive falas públicas de ocupantes da cúpula do legislativo e do judiciário – propugnando a desnecessidade ou o efeito atravancador da justiça do trabalho, dentre outras) convive de mãos dadas com outra linha de argumentação. A argumentação de que as garantias trabalhistas legais vigentes oneram e atravancam a economia. Isso deixa claro como não se trata de uma questão de prescindir do trabalho alheio, mas de reduzir seus custos. Em outras palavras, recrudescer a exploração.

Nesse contexto, a virada para o último quarto do século XX foi palco do pontapé inicial dos movimentos de desregulamentação das relações de trabalho, que se alastram com cada vez mais força por todo o globo. Resta analisar em que medida houve uma completa superação do modelo fordista para o que se convencionou chamar modelo toyotista. Parece não fazer muito sentido falar em uma transição estanque e acabada, sobretudo, tendo em vista a dinâmica laboral nacional: marcada desde sempre pela escravidão e por um padrão de industrialização muito recente fundado na exploração predatória de mão de obra barata e de recursos naturais.

A própria nomenclatura “flexibilização” ou “especialização flexível” para dar conta desse fenômeno parece soar como eufemismo. Trata-se muito mais de uma reconfiguração da precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil. Ou seja, a precarização do trabalho, cada vez mais intensificada, não é um fenômeno absolutamente novo que surge de uma espécie de ponto fora da curva ou ponto de inflexão do capitalismo, sendo, ao revés, interna à própria divisão social do trabalho por ele operada.

Em tempos de intensificação da precarização das relações laborais e difusão de arranjos exploratórios cada vez mais complexos, chancelados, inclusive, por um direito que é violento e espoliador, é imperioso recolocar o tema em pauta. Os discursos de fim ou crise da sociedade do trabalho se mostraram insubsistentes e só serviram, na realidade, ao enfraquecimento das estratégias de luta da classe trabalhadora. Ainda é sobre o controle da força de trabalho (e da exploração subjacente) que o capitalismo se reproduz na sociedade

hodierna. Cada fragmento da história dos povos foi e segue sendo feito pelas mãos do trabalhador.¹²

Feita a breve digressão, cujo objetivo foi contextualizar, historicamente, o cenário que pautava o pano de fundo da pesquisa, cabe tratar mais detidamente das delimitações metodológicas do tema. Quanto à delimitação temporal, como já mencionado, o estudo se debruça sobre a confluência entre samba e trabalho tendo como base a passagem mais incisiva ao modelo de desregulamentação das relações de trabalho – difundido mais largamente a partir do último quarto do século XX. Isso sem se deslocar da realidade hodierna: ao revés, compreendê-la demanda, inevitavelmente, a apreensão histórica desse processo.

Quanto à delimitação geográfica, é dada ênfase ao contexto das relações laborais brasileiras, sem se prescindir, de forma alguma, de uma análise mais ampla sobre o funcionamento do capitalismo, notadamente no que concerne à exploração do trabalho. Em outras palavras, é inevitável partir de um exame teórico abrangente sobre a extração de mais-valia e sobre os demais mecanismos de alienação do trabalho, tendo como base, sobretudo, os estudos desenvolvidos pela tradição marxista. Não obstante, tendo como base a dinâmica das relações de trabalho no Brasil, e sem se pretender uma espécie de transposição mecânica de um debate teórico mais amplo a tal contexto, os autores nacionais de sociologia crítica do trabalho, bem como os compositores e demais pesquisadores de samba, auxiliam nessa mediação.

Com relação às fontes de pesquisa, o trabalho conta, prioritariamente, com pesquisa bibliográfica. Para tanto, foram consultadas produções acadêmicas e literárias (em sentido amplo), com especial ênfase aos estudos de sociologia crítica do trabalho e às composições de samba. Quanto às composições, pretendeu-se trabalhar, de forma integrada, letra e melodia, uma vez que ceder ao esquema de rupturas e hierarquização entre expressões sonora e escrita soa como incongruência (quanto mais ao se tratar de cultura popular brasileira, já que “herdamos grandes legados fundamentalmente orais – indígenas e africanos; e porque nossas raízes europeias estão fortemente fincadas na Ibéria medieval, onde a poesia ainda era cantada”¹³).

No que tange à delimitação estilística das composições, a pesquisa a encara de forma diversa da de algumas análises que tendem a fazer uma diferenciação (por vezes até dividindo

¹² Cf., dentre outros, ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11ª edição. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

¹³ MUSSA, Alberto; SIMAS, Luiz Antonio. **Samba de enredo:** história e arte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 9.

em fases) entre sambas que encaram o trabalho negativamente (enaltecimento da malandragem e da vadiagem), sambas que exaltam o trabalho e sambas de protesto explícito. Ocorre que, ao fim e ao cabo, tudo é denúncia, tudo é resistência. O que varia é a perspectiva: de que trabalho se está falando? Do trabalho verdadeiramente livre ou do trabalho alienado?

Há a mesma potência de protesto e denúncia em “tenho orgulho em ser vadio” (*Lenço no pescoço*, Wilson Baptista), em uma “homenagem à nata da malandragem” (*Homenagem ao malandro*, Chico Buarque), quanto há na marchinha de Almeidinha *Trabalhar, eu não* (“trabalhei como um louco, até fiz calo na mão; o meu patrão ficou rico, e eu, pobre sem tostão”). E que há em “glória a quem trabalha o ano inteiro em mutirão... São escultores, são pintores, bordadeiras; são carpinteiros, vidraceiros, costureiras”.¹⁴ Afinal, se é do trabalho enquanto atividade vital consciente que se fala, tudo se acaba na quarta-feira: a lógica do trabalho alienado opera a inversão da consciência em mero meio de sobrevivência material. Mas o tambor pode reinventar a resistência dos quatro dias da folia e fazer das “fantasias já usadas na avenida” “razão pra vida tão real da quarta-feira”.¹⁵

Vale mencionar, ainda, os principais referenciais teóricos da pesquisa. É impossível (e mesmo indesejável) falar em trabalho e exploração sem recorrer à tradição marxista, especialmente à obra de Marx (sobretudo *O Capital* e os *Manuscritos econômico-filosóficos*). E já que o pano de fundo da pesquisa consiste na dinâmica das relações de trabalho no contexto nacional, e para evitar uma transposição mecânica da teoria a nossa realidade, autores brasileiros da sociologia crítica do trabalho constituem um dos referenciais teóricos centrais da pesquisa. Estas referências foram exploradas, sobretudo, no segundo capítulo, uma vez que fora dedicado à análise mais detida das relações de trabalho pelo viés da sociologia.

Ademais, a pesquisa lança mão, sobretudo no primeiro e no terceiro capítulos, das valiosas contribuições de pesquisadores do samba (sejam historiadores, antropólogos, letristas, compositores e músicos em sentido amplo), sem perder de vista que a designação *pesquisador* vai muito além do que a academia tende a definir como tal. A vivência de cada roda de samba pode fornecer tanto ou mais conhecimento que um curso acadêmico.

O primeiro capítulo, pelo resgate temporal proposto acerca da formação e do desenvolvimento do samba carioca, demandou o aporte mais vasto de fontes de caráter histórico e biográfico, perpassando a história do samba e a trajetória de vida e de produção artística dos personagens que a protagonizaram. Por sua vez, no terceiro capítulo, muito

¹⁴ VILA, Martinho da. Pra tudo se acabar na quarta-feira. Samba-enredo da Vila Isabel no carnaval de 1984. In: VILA, Martinho. **Martinho da Vila Isabel**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1984. Faixa 6.

¹⁵ Idem.

embora também tenha sido lançada mão de fontes de semelhante natureza (notadamente nos tópicos destinados a Bezerra da Silva e a Candeia), tiveram destaque referências ligadas diretamente às composições de samba, em suas mais variadas subespécies (e com particular atenção para a produção do período atinente à virada para o último quarto do século XX e seus reflexos nas obras hodiernas), já que o objetivo do capítulo consistiu em aprofundar a investigação do problema de pesquisa formulado.

É importante ressaltar, a propósito, que trabalhar com interdisciplinaridade não se reduz a um mero acoplamento de saberes. A arte tendeu a ser colocada, historicamente, em um papel secundário dentre as áreas de conhecimento: costuma-se conferir a ela uma função de catalogação, exemplificação, ou mesmo de conformação ou encantamento. Esse não é, definitivamente, o propósito da pesquisa. O potencial do samba reside justamente em sua capacidade contestatória e perturbadora. Indo além, é preciso repensar uma tradição filosófica ocidental que moldou a teoria do conhecimento em termos de adequação, harmonia ou ordenação. Parece muito mais palpável que o conhecimento emerja, ao revés, do conflito, da inquietação, da disputa. Afinal, não é preciso “se refugiar em lugar mais bonito em busca da inspiração”.¹⁶

E por que falar de samba? A música, enquanto expressão de seu tempo e fenômeno não só estético, mas também sociológico, propicia um olhar crítico face às contradições materiais da vida social de um determinado período histórico. Samba é a reinvenção da vida e já nasceu como resistência à opressão. Resistiu à escravidão, à marginalização e à criminalização. Pôde compreender o processo de disciplinamento do trabalho e do gênero musical no bojo do processo industrializante varguista e ironizá-lo através da emblemática figura do malandro. E continuar ironizando, ainda que uma leitura apressada possa contestá-lo, enaltecendo o trabalho com o “malandro regenerado”. Um samba que seguiu questionando, com Candeia, Bezerra da Silva e tantos outros, as promessas de liberdade e igualdade do ideário burguês.¹⁷

Até o fim do séc. XIX, a nomenclatura era utilizada, genericamente, para as danças populares brasileiras decorrentes do batuque africano, tendo o termo ficado reservado

¹⁶ NOGUEIRA, João; PINHEIRO, Paulo César. Poder da criação. In: NOGUEIRA, João. **Boca do povo**. Rio de Janeiro: Polydor, 1980. Faixa 1.

¹⁷ Já em 1933, Noel e André Filho compunham a sua *Filosofia* (ROSA, Noel; FILHO, André. Filosofia. In: BUARQUE, Chico. **Sinal fechado**. Rio de Janeiro: Philips, 1974. Faixa 3), escancarando uma sociedade que deixa de saber “se vou morrer de sede ou se vou morrer de fome”. Nos anos 70, Candeia retomaria a temática com título análogo, trazendo à tona as promessas não cumpridas da modernidade em sua *Filosofia do Samba*: “Liberdade e Igualdade, onde estão não sei” (CANDEIA. Filosofia do Samba. In: VIOLA, Paulinho da. **Paulinho da Viola**. Rio de Janeiro: Odeon, 1971. Faixa 5).

especificamente ao gênero musical de compasso binário advindo do Congo e de Angola – e sua dança – apenas mais tarde. O samba carioca foi se moldando com o tempo, tendo recebido muita influência, principalmente, da tradição do samba rural baiano.¹⁸

O samba sempre foi marginalizado, tendo sofrido perseguição chancelada, inclusive, pelo direito penal. Os sambistas, sobretudo durante a República Velha, eram frequentemente punidos pelo tipo penal de vadiagem, numa evidente tentativa de controle de corpos e formas de vida que, no fundo, lançava suas bases no racismo estrutural e na demonização das manifestações culturais de matriz africana. Mesmo o fim da repressão oficial não simbolizou a superação desse processo, vez que a violência (simbólica e explícita) se manteve (e se mantém) alicerçada em um sistema penal discriminatório¹⁹, em discursos de marginalização das expressões culturais afro-brasileiras e nas engrenagens capitalistas de produção e reprodução de desigualdades e da exploração.

Qualquer manifestação africanista era objeto de repressão, inclusive policial. A abolição da escravatura havia se consumado cerca de 35 anos antes. Perseguindo o seu antigo ideal de embranquecimento, a sociedade brasileira rechaçava a cultura dos negros: seus santuários eram invadidos e depredados; suas manifestações artísticas, subestimadas e reprimidas; seus pandeiros, quebrados pela polícia.²⁰

A partir das décadas de 20/30 do século XX, verifica-se uma tentativa mais robusta do Estado de tomada de controle e disciplinamento do gênero musical e, ao mesmo tempo, um intuito de aceitação social por parte das camadas populares urbanas do Rio de Janeiro. Esse processo plurívoco culminou com o surgimento das primeiras escolas de samba cariocas.²¹ Mas a resistência por dentro do samba continua. O tambor e o agogô seguiam saudando os orixás enquanto, formalmente, a letra do samba obedecia aos padrões de enaltecimento ao governo e ao nacionalismo.

É também nesse mesmo momento que o Estado busca controlar com mais força as relações de trabalho. A sistematização das leis trabalhistas e a configuração inicial dos sindicatos (cuja estrutura básica se mantém até hoje), que datam dos anos Vargas, apesar de sua inegável valia, retratam uma concepção de que os direitos trabalhistas seriam uma espécie

¹⁸ MUSSA, Alberto; SIMAS, Luiz Antonio. **Samba de enredo: história e arte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 13.

¹⁹ “No dia marcado eu compareci, falei com um doutor / Devia ser o promotor / ‘Rapaz, o seu caso está um pouco encrascado / Quem é o seu advogado?’ / Eu respondi ‘Nem sequer sei o motivo da minha presença neste conselho de sentença. / Pois eu sou, ora se sou, pobre mas trabalhador. / Pode crer nisso, seu Doutor?’ / ‘Mas é que seu processo está difícil de se resolver / Enfim, vou ver se pode ser anulado. / Logo depois deve ser arquivado.’ / ‘Pra eu ficar mais conformado’ / ‘Logo após reunir o conselho di-lo a ordem do dia / José Cordeiro de Faria, condenado a dez anos de prisão / Porque voltou à orgia / Trabalhador, mas de que é que tem valia’. DA SILVA, Moreira; CUNHA, Ribeiro. Vara Criminal. In: SILVA, Moreira da. **O último malandro**. Rio de Janeiro: Odeon, 1958. Faixa 3.

²⁰ LOPES, Nei. **Sambeabá**: o samba que não se aprende na escola. Casa da Palavra: Rio de Janeiro, 2003, p. 57.

²¹ MUSSA, Alberto; SIMAS, Luiz Antonio. **Samba de enredo: história e arte**. Op. Cit., p. 14.

de concessão estatal. O samba, alçado a elemento de construção de uma identidade nacional, teria que se adequar ao projeto industrializante. O vadio não teria espaço; era preciso exaltar o trabalho.

Ocorre que aquele mesmo tambor que resistiu à escravidão e à tentativa de controle e disciplinamento do gênero musical pelo Estado, vai seguir resistindo às constantes tentativas de usurpação do trabalho alheio. São muitos os sambas, dentro e fora da espécie sambanredo, que abordam a temática. É um samba que vai seguir questionando a alienação do trabalho a cada vez que reafirma, com Wilson Baptista: “Eu tenho orgulho em ser vadio / Sei que eles falam / Deste meu proceder / Eu vejo quem trabalha / Andar no miserê”.²² E que segue contestando a exploração, mesmo tendo que converter *otário* em *operário* em “O Bonde São Januário / Leva mais um operário / Sou eu que vou trabalhar...”.²³

É nessa esteira que o primeiro capítulo da pesquisa percorre a formação do samba carioca, passando pela vinda dos escravos com o declínio do açúcar no nordeste e a ascensão do café no sudeste, pela influência da tradição do samba rural baiano e por uma análise da condição de vida do proletariado urbano carioca das primeiras décadas do século XX. Ainda, serão abordados momentos emblemáticos de perseguição e tentativa de tomada de controle do gênero, com ênfase nos respectivos processos de resistência: a criminalização da vadiagem, a formação das primeiras escolas de samba, a derrubada da Praça Onze, chegando ao controle mais incisivo do capital sobre o carnaval e a produção artística.

O segundo capítulo se detém mais especificamente ao mundo do trabalho, perquirindo os dados indicativos da dinâmica das relações de trabalho no Brasil no último quarto do século XX, o contexto teórico europeu em que emergiu e se difundiu o mito da superação do trabalho vivo e da centralidade do trabalho na constituição das relações sociais (incluindo-se nestas relações a própria reprodução do capitalismo), bem como a importação desse discurso ideológico e seu reflexo na justificação de medidas neoliberais de austeridade no atual contexto político-econômico brasileiro – dentre estas medidas, é dada especial atenção às investidas legais de 2017 que caracterizaram a chamada reforma trabalhista. Este capítulo possibilita, assim, a transição entre o primeiro e o último capítulos.

O terceiro e último capítulo se debruça de forma mais direta sobre a problemática central da pesquisa: partindo das obras de Bezerra da Silva e Candeia, bem como do processo cultural que envolve o Samba do Trabalhador e a produção artística tipicamente carnavalesca

²² BAPTISTA, Wilson. Lenço no pescoço. In: PAIVA, Roberto. **Polêmica – Wilson Batista x Noel Rosa – Roberto Paiva e Francisco Egydio**. Rio de Janeiro: Odeon, 1956. Faixa 1.

²³ BAPTISTA, Wilson; ALVES, Ataulfo. O Bonde de São Januário. In: ALVES, Ataulfo. **Ataulfo Alves e suas pastoras**. Rio de Janeiro: Odeon, 1959. Faixa 3.

(incluindo os gêneros marchinha e samba de enredo), busca perquirir em que medida o samba traz em si a potência contestatória ao discurso ideológico da crise (ou fim) da sociedade do trabalho. Isso demanda, inevitavelmente, uma análise mais ampla do samba enquanto denúncia da exploração do trabalho e enquanto questionamento dos mecanismos tendentes à abstração dos conflitos de classe e ao ocultamento das assimetrias materiais. O capítulo termina propondo uma análise do histórico desfile de 2018 da Unidos do Tuiuti, cuja crítica estrutural à desigualdade nos provoca a pensar sobre os rumos da nossa organização social e sobre a possibilidade de superação de um modo de produção e de vida fundado na exploração e na barbárie.

As táticas de luta e resistência da classe trabalhadora ao processo histórico de usurpação da força de trabalho alheia revelaram-se (e se revelam) plurívocas e heterogêneas. É uma resistência que se perfaz em cada roda de samba, que acontece em cada praça, que reinventa a vida todos os dias. Das coisas mais fortes e mais potentes que o homem já concebeu, certamente o samba-enredo de 1984 da *Em Cima da Hora* figura com lugar de destaque:

Vamos sublimar em poesia / A razão do dia a dia / Pra ganhar o pão / Acordar de manhã cedo / Caminhar pra estação / E chegar lá em D. Pedro / A tempo de bater cartão / Não é mole não / Com a inflação / Almejar a regalia / E o progresso da nação / O suburbano quando chega atrasado / O patrão mal-humorado / Diz que mora logo ali / Mas é porque não anda nesse trem lotado / Com o peito amargurado / Baldeando por aí²⁴

Por fim, é possível, retomando toda a argumentação anterior, traçar os objetivos da pesquisa. Parte-se aqui da ideia de que a exploração do trabalho alheio é – e sempre será – a forma pela qual o sistema capitalista mantém em curso sua engrenagem de desigualdades: faz parte de sua dinâmica intrínseca. O trabalho, em sentido amplo, mantém sua centralidade, sendo certo que é por meio do rearranjo das dinâmicas laborais, da usurpação do trabalho vivo e da intensificação da precarização que o capitalismo contorna suas crises e se reproduz. Afinal, “tudo pode ser automático, mas feito pelo trabalhador. E sem que acione uma alavanca, ou um botão seja tocado, nada feito”.²⁵

Tendo como norte tal premissa, objetiva-se perquirir em que medida o gênero musical *samba* (tomando as expressões sonora e escrita em conjunto), que resistiu à escravidão e às constantes tentativas de disciplinamento e exploração, traz em si a potencialidade

²⁴ GUARÁ; ROSAS, Jorginho das. 33, Destino Dom Pedro II. Samba-enredo da Em Cima da Hora no carnaval de 1984. Intérprete: César do Vale. In: **Sambas de enredo das Escolas de Samba do Grupo 1-B – Carnaval 84 – Gravações Originais**. Rio de Janeiro: Top Tape, 1983. Faixa 7.

²⁵ Do diário de Josué de Souza Pacheco, operário da Rhodia Química, 1964. **Trabalho e trabalhadores no Brasil**; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil; Curadoria Alexandre Fortes, Mônica Almeida Kornis e Paulo Fontes. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 47.

contestatória do discurso neoliberal de superação do trabalho vivo no cerne das relações sociais. E a ideia é fazê-lo sem cair no persistente risco das categorizações, reunindo sambas que abordam a temática sob viés crítico, não importando a forma como o fazem (se com crítica direta, com ironia ou mesmo com outros recursos).

Ainda, tendo em vista que toda produção de conhecimento envolve sempre uma tomada de posição política (pode-se dizer mesmo que consiste, em si, em uma ação política), pretende-se situar a pesquisa na realidade em que se insere, reconhecendo sua historicidade e sua conexão com os problemas de seu tempo. Para tanto, o estudo busca partir, sempre que possível, da materialidade das relações laborais no Brasil, com o esforço permanente de escapar dos idealismos e da prioridade da normatividade sobre as relações materiais de existência.

E essas relações materiais apontam para um cenário de desregulamentação (ou melhor, precarização²⁶) desenfreada das relações laborais²⁷ (inspiradas, em boa medida, pelos novos modelos de organização do mundo do trabalho ditados pelo toyotismo²⁸ e recepcionados no país, sobretudo, no último quarto do século XX). O discurso do capital pretende passar a fictícia impressão de ausência de controle, mas o controle está por toda parte.²⁹ E, paralelamente, em um movimento que não só não se antagoniza como se associa em níveis extremos, as formas de exploração da mão de obra se potencializam.

Assim, objetiva-se, igualmente, reforçar a centralidade axiológica e material do trabalho nas relações sociais hodiernas, tendo em mente que a exploração só tende a se maximizar por meio de artifícios cada vez mais eficientes de alienação e de violência econômica, já que o capitalismo busca contornar suas recorrentes crises pelo rearranjo das dinâmicas laborais. Conjuguar a análise da extração do mais-valor (problemática do

²⁶ Com isso não se quer dizer, em absoluto, que não houvesse precarização nos modelos de organização do trabalho e regimes de acumulação do capital prévios. Até porque a sucessão de tais modelos e regimes não se deu/se dá de forma tão estanque assim (talvez sequer seja o caso de falar em sucessão, mas de uma constante incorporação de técnicas e processos de alienação cada vez mais apurados).

²⁷ Terceirização, expansão dos contratos temporários, incentivo ao empreendedorismo sem o estabelecimento de políticas públicas sérias de trabalho e emprego etc.

²⁸ “[...] a generalização do denominado sistema *toyotista* de gestão do trabalho também não é plena nem uniforme. [...] No fundo, grande parte das vezes, o *toyotismo* é adotado de modo apenas parcial, de maneira a permitir o manejo combinado, pelo capitalista, de técnicas oriundas de distintos métodos de administração empresarial e de gestão de força de trabalho, inclusive o tão anacrônico *taylorismo*. [...] Não se trata tanto de uma acumulação flexível, como prefere brandir a literatura das últimas décadas – termo algo eufemístico para descrever o presente contexto capitalista – mas, de modo prioritário, de uma *acumulação sem reciprocidade*”. DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo, trabalho e emprego**: entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2017, p. 52.

²⁹ Nas relações laborais ditas “flexibilizadas”, isso fica bem claro. Controle sobre o corpo mesmo (por exemplo, dentre os trabalhadores terceirizados, o índice de acidentes de trabalho é significativamente maior).

sobretalho e da apropriação de trabalho não pago)³⁰ à dos demais mecanismos de estranhamento trabalho-trabalhador³¹ revela-se fundamental na tentativa de compreender arranjos exploratórios cada vez mais complexos.³²

Por fim, a conclusão deste trabalho se dedica a uma retomada da hipótese de pesquisa e a uma análise do discurso hegemônico de negação do conflito capital-trabalho propugnado pelo regime de acumulação neoliberal (e seu desdobramento na ideologia da superação do trabalho vivo), bem como a uma investigação acerca da potencialidade da cultura em produzir discursos contra-hegemônicos. Dentro de cultura, é dado especial enfoque para o samba carioca (que embasou a pesquisa); e, dentro de discursos contra-hegemônicos, propõe-se uma reflexão sobre a tarefa histórica do processo revolucionário em produzir uma transformação na forma de ver o mundo e suas relações materiais, com particular atenção, para os fins desse estudo, para as relações de trabalho.

³⁰ Cf. MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital. Op. Cit. Seções III a V (pp. 255-640).

³¹ Cf. MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Op. Cit..

³² Exemplo clássico é a terceirização, cuja liberalização irrestrita foi aprovada no bojo da lei da reforma trabalhista, vez que conjuga aspectos de violência econômica (achatamento do padrão remuneratório, jornada mais longa, descumprimento reiterado de obrigações patronais etc.) a fatores de alienação do trabalho (desidentificação com o local de trabalho, alheamento da atividade e do seu produto, desarticulação da luta coletiva etc.).

1. SAMBA E RESISTÊNCIA

*Aumenta tudo, aumenta o trem
Aumenta o aluguel e a carne também
É... mas, sei, vai melhorar
Pior que tá não dá pra ficar*

*Ah, meu Deus,
Se o avestruz der na cabeça
Vou ganhar dinheiro à beça,
Faço minha redenção*

*E vou lá dentro,
No escritório do patrão
Peço aumento, ele não dá,
Mostro a grana e a demissão³³*

O fio condutor aqui adotado, e que se reflete ao longo da pesquisa, é a percepção do samba enquanto manifestação cultural apta a desvelar o discurso ideológico do capital tendente a ocultar as contradições do conflito capital-trabalho no Brasil (que propala uma suposta superação do trabalho vivo na sociedade hodierna). Verniz ideológico que, nessas terras, assume especiais contornos: o discurso europeu-liberal convive aqui, sem maiores cerimônias, com práticas abertamente autoritárias, desiguais e racistas, fundantes das relações sociais no último país a abolir (formalmente) a escravidão na América Latina.³⁴³⁵ Não se trata, portanto, de simplesmente encobrir a essência desigual, vez que a aparência também é desigual em si e explicita as assimetrias da essência, mas de justificá-la e potencializá-la.

Assim, nesse primeiro capítulo, são reunidas, como um quebra-cabeça que não se pretende completo, passagens da história do samba que se entrecruzam com a história da nossa formação social. Sem qualquer pretensão de traçar uma linha histórico-evolutiva (pelo

³³ GONZAGUINHA. Dias de Santos e Silvas. In: GONZAGUINHA. **Moleque Gonzaguinha**. Rio de Janeiro: Odeon, 1977. Faixa 1.

³⁴ BRAZ, Marcelo (Org.). **Samba, Cultura e Sociedade: sambistas e trabalhadores entre a questão social e a questão cultural no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 171. Também nesse sentido: Cf. SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. Op. Cit.

³⁵ Note-se que, muito embora a relação entre autoritarismo e as abstrações liberais tenha características próprias em uma sociedade marcada por uma dupla exploração histórica (tanto interna quanto externamente), não se olvida, com isso, que o liberalismo europeu tenha convivido (e conviva – basta ver a dinâmica recente de exclusão explícita com relação aos imigrantes) no seu próprio terreno com práticas abertamente autoritárias contra minorias sociais.

contrário), e muito menos de tomar fatos históricos como exemplos de uma tese, o que se pretende é reunir pontos de encontro importantes entre os processos de formação e afirmação do samba carioca e de produção da sociabilidade de uma cidade que se pretendia e se pretende moderna.

No entrecruzamento desses processos, o que nos interessa mais detidamente são as contradições entre a incorporação da ideologia dominante liberal e uma realidade social explicitamente desigual (em especial, no que toca às relações de trabalho), bem como a reação do samba, enquanto fenômeno histórico-cultural, a tais contradições. Válida é a precaução metodológica de Marcelo Braz, que aqui cai como uma luva, de que a análise da criação artística, em seu estudo, é realizada com a finalidade de entender seu significado social: “pensamos o samba, antes de qualquer outra hipótese, como produto histórico da atividade humana (uma modalidade de práxis) em que se expressa a consciência social que os homens elaboram sobre uma determinada época”.³⁶

Em comum, esses momentos históricos guardam processos que caracterizam o samba enquanto resistência, ou seja, enquanto ação política potente de questionamento das desigualdades da instância material, de questionamento das contradições do discurso liberal importado que pretende vender a falácia do fim do conflito capital-trabalho e que o faz reforçando a marginalização posta em funcionamento por uma estrutura de poder racista e opressora. Em suma, samba enquanto luta permanente contra a espoliação e a mercantilização dos corpos e das formas de vida – com especial enfoque para o samba carioca.

Nessa linha, constituem marcos importantes: a chegada ao Rio do samba que resistiu à escravidão (e que levou à formação do samba carioca, em paralelo com a da sua classe trabalhadora urbana), a resistência à marginalização (perseguição explícita na República Velha – e que nunca foi só passado), ao disciplinamento da força de trabalho e do gênero musical (resistência pela ode à vadiagem e pela figura do malandro), à exploração do trabalho assalariado (a ironia do malandro regenerado), ao assalto dos espaços comuns de sociabilidade (“vão acabar com a Praça Onze”) e à mercantilização (que se manifesta hoje, sobretudo, na indústria dos desfiles de escola de samba). Afinal, “florescida no contexto da opressão escravista e desenvolvendo-se em condições absolutamente adversas, a história do samba pode ser vista como uma sucessão de episódios de resistência”.³⁷

³⁶ BRAZ, Marcelo (Org.). **Samba, Cultura e Sociedade**: sambistas e trabalhadores entre a questão social e a questão cultural no Brasil. Op. Cit., p. 68.

³⁷ LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Dicionário da história social do samba**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 242.

1.1. Formação da classe trabalhadora e do samba urbano cariocas: o tambor que resistiu à escravidão

Partindo dos estudos de Nei Lopes, filiamo-nos à tese segundo a qual o termo (e a dança) *samba* tem origem africana:

Samba, entre os quiocos (chokwe) de Angola, é verbo que significa cabriolar, brincar, divertir-se como cabrito. Entre os bacongos angolanos e congueses, o vocábulo designa uma espécie de dança em que o dançarino bate contra o peito do outro. E essas duas formas se originam da raiz multilinguística *semba* – rejeitar, separar, que deu origem ao quimbundo *di-semba*, umbigada – elemento coreográfico fundamental do samba rural, em seu amplo leque de variantes, que inclui, entre outras formas, as danças conhecidas como batuque baiano, coco, calango, lundu, jongo etc.³⁸

Ainda segundo o autor, o grupo etnolinguístico dos bantos teria sido o responsável por introduzir as bases do samba ao Brasil, tendo trazido à América inúmeros instrumentos musicais (berimbau, cuíca, reco-reco, ganzá) e contribuído para a formação da maioria dos folguedos de rua que encontram eco até hoje no continente americano. E se *samba*, inicialmente, foi o termo utilizado para designar as “danças populares brasileiras derivadas do batuque africano”, hoje é “mais aplicado ao gênero de música, canção e dança (em compasso binário [...]) que se tornou um dos grandes símbolos da nacionalidade brasileira”.³⁹

O declínio do açúcar no nordeste e a ascensão do café no sudeste, nos arredores do Vale do Paraíba, por volta de 1830, deram ensejo à chegada de inúmeros baianos do Recôncavo, que trouxeram consigo a tradição do samba rural de herança africana. Décadas mais tarde, a decadência do café, em conjunto com a industrialização nascente pré-abolição e a chegada de imigrantes brancos a substituir escravos e libertos até nas lavouras, fez com que muitos negros viessem, “a partir da segunda metade do século XIX, [...] para o Rio em busca de trabalho, para juntar-se aos antigos africanos, crioulos e mestiços, livres e libertos, que já ocupavam as zonas central e portuária [...]”.⁴⁰ Formou-se o que hoje se conhece como Pequena África.⁴¹

³⁸ LOPES, Nei. **Sambeabá**: o samba que não se aprende na escola. Op. Cit., p. 14.

³⁹ Idem, p. 15.

⁴⁰ Idem, p. 31.

⁴¹ “Expressão usada pelo escritor Roberto Moura, baseado numa afirmação de Heitor dos Prazeres (‘A Praça Onze era uma África em miniatura’, cf. Alencar, 1981: 20;80), para designar a base territorial da comunidade baiana do Rio de Janeiro, estabelecida, a partir dos anos de 1870, na região que se estendia dos arredores da antiga Praça Onze até as proximidades da atual Praça Mauá. Compreendendo as antigas localidades e freguesias da Cidade Nova, de Santana, do Santo Cristo, da Saúde e da Gamboa, e constituindo-se em importante polo concentrador de múltiplas expressões da cultura afro-brasileira, da música à religião, a Pequena África foi o berço onde nasceu o samba em sua forma urbana.” LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Dicionário da história social do samba**. Op. Cit., p. 220.

Uma das lideranças mais centrais do local foi, sem dúvidas, Tia Ciata. Hilária Batista de Almeida nasceu, por volta de 1854, em Santo Amaro da Purificação, e se estabeleceu no Rio de Janeiro desde nova, vindo a falecer aqui em 1929. Em sua casa e terreiro, teria sido composto, em 1916, o primeiro samba de autoria registrada e com gravação em disco (o “Pelo telefone”, de Donga e Mauro de Almeida).⁴²

Foi na Pequena África que o samba urbano carioca foi gestado, sob influência direta do samba rural baiano e de outras tradições musicais, tendo passado a adquirir formas mais próximas das que conhecemos hoje quando chegou aos locais para onde a população mais pobre passou a ser empurrada com os projetos de modernização da cidade: sobretudo, os morros, Estácio e Oswaldo Cruz.⁴³

Sobre a migração para o Rio, as relações de trabalho e a formação do samba urbano carioca, observa Nei Lopes que ele “nasceu na praça Onze de Sinhô, ganhou forma no Estácio de Ismael Silva, lapidou-se em torno de Vila Isabel de Noel Rosa, e se consolidou em duas vertentes principais: a de Ary Barroso e a de Ataulfo Alves”.⁴⁴ E que:

Nesse momento histórico, como já vimos, acentuou-se vertiginosamente a decadência da lavoura cafeeira no vale do Paraíba e zonas vizinhas. Assim, atraídos por melhores oportunidades de trabalho, seus habitantes, negros livres e ex-escravos em sua maioria, começaram a migrar para o Rio e a se estabelecer na zona da Tijuca, que já tinha fábricas e residências aristocráticas e burguesas necessitando de mão de obra subalterna. Então, talvez por volta de 1885, começaram a nascer os núcleos das escolas de samba dos morros do Salgueiro, do Borel (Unidos da Tijuca), da Formiga (Império da Tijuca) e do Macaco (Unidos de Vila Isabel).⁴⁵

Ainda na interconexão com a questão do trabalho, anota Roberto Moura que a mão de obra negra chegada ao Rio fora relegada à condição de subalterna, tendo sido preterida pela dos brancos, tanto nacionais como imigrantes.⁴⁶ Como exército proletário de reserva, cujo manejo servia ao rebaixamento do patamar remuneratório, foi recrutada nas obras que tiveram

⁴² LOPES, Nei. **Sambeabá**: o samba que não se aprende na escola. Op. Cit., p. 32.

⁴³ Idem, p. 41.

⁴⁴ Idem, p. 44.

⁴⁵ Idem, p. 43.

⁴⁶ Note-se que essa preterição patronal também possuía relação direta com o histórico de resistência dos trabalhadores negros, que se encontravam mais bem organizados que os imigrantes recém-chegados, e cuja organização remontava aos movimentos de luta contra a escravidão. Tais movimentos incluíam “diferentes formas de organização política e resistência como, por exemplo, experiências como a conhecida ‘Greve Negra’ dos carregadores na Bahia em 1857 estudada por João José Reis; a greve da já citada fábrica da Ponta d’Areia no mesmo ano, a qual consistia num dos maiores estabelecimentos fabris na cidade do Rio de Janeiro e que possuía 600 operários, sendo 150 escravos; a paralisação na Fábrica de Pólvora Ipanema no final da década de 1820, a conhecida greve dos tipógrafos em 1858 também no Rio, o levante na Fábrica de Velas e Sabão ocorrido em 1854 na Gamboa (bairro pertencente a zona portuária carioca), e várias outras greves e paralisações protagonizadas por cativos, africanos livres e outros trabalhadores”. BERDU, Lívia Cintra. **Trabalhadores negros libertos na formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro (1888 – 1910)**, p. 17. Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017 De O capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917). Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC50/mc501.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

lugar com o projeto de remodelação da cidade. Havia, mesmo nas obras, a predileção pela mão de obra branca: “quem trabalhava mais mesmo era o português, essa gente, espanhóis, era mais essa gente. Não era fácil, eles não gostavam de dar emprego pro pessoal preto da África, que pertencia assim à Bahia, eles tinham aquele preconceito” (Depoimento de Carmem Teixeira da Conceição, Tia Carmem, arquivo Corisco Filmes).⁴⁷

Prevaleciam, entre a população negra recém-chegada, as profissões que envolviam o domínio de técnicas que pudessem ser desenvolvidas à margem, de certa forma, da estrutura capitalista do trabalho – ou na própria moradia, ou nas ruas, ou em espaços improvisados (“eram comuns essas atividades entre os baianos na Pequena África, alguns como Tia Ciata, com seu comércio de doces e aluguel de roupas, ou Tia Bebiana, com seu ofício de pespontadeira organizando pequenas corporações [...]”⁴⁸).

Isso se seguiu até que o projeto reformista (e higienista) de cidade, visando a ampliar suas formas de arrecadação e espelhar a Europa, passou a impor toda sorte de burocracia, taxação e exigências, inviabilizando muitas das atividades por eles desenvolvidas. Nesse cenário, o “trabalho no porto, antes exercido pelos escravos, abre melhores perspectivas de emprego regular para o negro no Rio de Janeiro”, área cujas remodelações se perfaziam no bojo das reformas de Pereira Passos.⁴⁹ É também nesse cenário, na zona portuária, que nascem significativas organizações de trabalhadores.

Da zona portuária surgem algumas importantes organizações de trabalhadores, como a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches de Café, antes chamada de Companhia de Pretos, provavelmente a primeira a congregar a presença maciça de negros em seus quadros e nas suas diretorias. A Resistência se torna uma lenda entre os baianos, como conta Bucy Moreira, que distingue diversas associações profissionais onde se envolve a família de Ciata, dizendo que “eles eram de festa, mas também eram de trabalho. (...) A maioria trabalhava na estiva. Tive mais de vinte primos na estiva, conferentes, estivadores. Tive um primo presidente da estiva. Mas a estiva é uma coisa, a Resistência é outra” (Depoimento. Arquivo Corisco Filmes)⁵⁰

E a Resistência, no bairro da Saúde, tinha seu rancho, o “Recreio das Flores”, tendo como mestre-sala o neto de Tia Ciata, Marinho da Costa Jumbeba. O Sindicato dos Arrumadores do Município do Rio de Janeiro é seu nome atual, resistindo e mantendo a tradição da organização negra, com sede no Santo Cristo.

O cenário de exiguidade de oferta no mercado de trabalho ao negro encontrou alguma transformação nos anos 1930, com a redução da competição de imigrantes e com o fato de

⁴⁷ In: MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. 2ª edição. Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995, p. 92.

⁴⁸ Idem, p. 95.

⁴⁹ Idem, pp. 93, 96, 97.

⁵⁰ Idem, p. 97.

que o comércio e a indústria passaram a contratá-los – o que não quer dizer, em absoluto, que a precarização, o estigma e o preconceito houvessem sido superados.⁵¹ Nessas contradições, a luta para proporcionar melhores condições de vida aos filhos, para manter a tradição dos festejos religiosos e musicais, e para lidar com as inconstâncias do mercado de trabalho, “amadureceriam formas de sobrevivência, moradia, ocupação, devoção, e diversão”⁵², que marcaram a formação de um Rio de Janeiro que se pretendia moderno.

Analisar como, nas primeiras décadas do século XX, se deu o entrelaçamento entre a formação do samba urbano carioca (com a contribuição direta da tradição do samba rural baiano advinda da migração negra nordestina ao Vale do Paraíba e, de lá, ao centro da então capital federal) e a formação da classe trabalhadora da cidade, não significa, de forma alguma, propor uma espécie de determinismo entre os dois fenômenos, nem tampouco a instrumentalização do samba pela questão do trabalho ou vice-versa.

Implica, tão somente, um prisma de análise de uma totalidade social complexa e diversificada. A sociabilidade e os laços de solidariedade próprios à consciência de classe dos trabalhadores (e traduzidos nos processos de luta), no sentido thompsoniano do termo, não poderiam encontrar maior expressão do que nas pequenas corporações de Tia Bebiãna⁵³ ou nas rodas de samba no terreiro de Tia Ciata. A própria ideia de coletivização da criação ou produção é intrínseca ao samba, não sendo raros os casos de indefinição de autoria ou, ao menos, de autoria coletiva.

1.2. Perseguição e marginalização: o passado que nunca deixou de ser presente

O samba, cuja marginalização e perseguição, por parte das elites, já marcavam presença nessas terras desde muito antes⁵⁴, encontrou, nas primeiras décadas do século XX,

⁵¹ Idem, p. 102

⁵² Idem, p. 103.

⁵³ Idem, p. 95.

⁵⁴ “Diferentemente dos gentios, os negros participam efetivamente de suas festas coletivas, e sendo os seus protagonistas, sofrem a repressão da sociedade branca, chegando ao ponto de, como afirma Edison Carneiro, por ocasião da guerra contra o Paraguai, o governo de a Bahia os ter recrutado, encontrando, assim, um pretexto para afastar da cidade os capoeiras e batuqueiros, ‘que começavam a constituir um problema’, preconceito esse que chega ao ponto de mandar ‘varejar pela polícia os candomblés, escorraçando das festas de largo as rodas de capoeiras e de samba’ (CARNEIRO, 1964, p. 69). [...] No início do século XVIII, o batuque já chamava a atenção da elite branca brasileira e, por consequência, também, das autoridades policiais, pois não se restringindo mais só aos negros e à zona rural, contava com uma significativa adesão de brancos e mestiços que constituíam as chamadas ‘camadas mais baixas’ de nossa formação social de então. [...] Já chamados, também, de samba, os batuques dos negros perseguidos e segregados em Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Maranhão, também o foram no Estado do Ceará, quando em meados de 1859 o botânico Freire Alemão, por ocasião de sua expedição científica naquele Estado, ao tratar de tais manifestações culturais afirmou que ‘como quase sempre há

uma repressão policial explícita, sistemática e institucionalizada. A criminalização da chamada vadiagem foi, historicamente, o *modus operandi* prioritário de um Estado racista e punitivo que tinha (e tem) por objetivo a desqualificação das manifestações culturais de matriz africana. Em 1904, 1907 e 1912, as rodas de samba da Penha foram proibidas, a exemplo do que poucos anos antes havia acontecido com a Festa do Bonfim na Bahia.⁵⁵

O *Delegado Chico Palha* era “sem alma, sem coração / não quer samba nem curimba / na sua jurisdição / ele não prendia / só batia” (composto, em 1938, por Nílton Campolino e Tio Hélio).⁵⁶ Mas, se “a polícia não quer que eu sambe aqui / eu sambo acolá” (canção – provavelmente samba de roda – entoada nas ruas do Rio de Janeiro no carnaval 1905). João da Baiana, já em 1917, cantou: “batuque na cozinha, sinhá não quer / por causa do batuque eu queimei meu pé / [...] / eu fui apanhar meu violão / que estava empenhado com Salomão / eu pago a fiança com satisfação / mas não me bota no xadrez com esse malandrão”.⁵⁷

O título LXVIII do livro V das Ordenações Filipinas era denominado “Dos Vadios”, impondo pena de prisão e açoite público a quem não vivesse com senhor ou não tivesse ofício. Igualmente, o Código Criminal do Império (1830) previa pena de prisão com trabalho forçado aos chamados “vadios e mendigos”, aqueles que não tomassem uma “ocupação honesta” e “útil” a garantir a subsistência.

Ao longo da Primeira República, a repressão policial sobre o samba foi intensa e se valeu, sobretudo, do art. 399 do Código Penal da República de 1890: *deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes*. Vale notar que o capítulo a que pertence o tipo penal se denominava “dos vadios e capoeiras”, havendo um artigo (art. 402) dedicado especificamente ao ato de “fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem”.

Anota Lei Lopes que, muito embora a abolição formal da escravidão houvesse tido lugar cerca de trinta e cinco anos antes, o ideal de embranquecimento da sociedade brasileira

bebedeira, os delegados de polícia com dificuldade os consentem’ (CARNEIRO, 1964, p. 74), o mesmo acontecendo, de forma contundente, dentre outros, no Estado de Sergipe, principalmente em sua capital Aracaju.” TAVARES, Luiz Carlos Vieira; BARBIERI, Cesar Augustus S., SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. **Batuque na cozinha, sinhá não quer... e o delegado também não!** Pp. 10, 18, 19. Licere, Belo Horizonte, v.15, n.4, dez/2012. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/426/319>>. Acesso em: 09 set. 2018.

⁵⁵ LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Dicionário da história social do samba**. Op. Cit., pp. 240/1.

⁵⁶ CAMPOLINO, Nílton; HÉLIO, Tio. *Delegado Chico Palha*. In: PAGODINHO, Zeca. **Água da minha sede**. Rio de Janeiro: Universal Music, 2000. Faixa 3.

⁵⁷ BAIANA, João da. *Batuque na cozinha*. In: JESUS, Clementina de; BAIANA, João da. **Gente da Antiga – Píxinguinha, Clementina de Jesus e João da Bahiana**. Rio de Janeiro: Odeon, 1968. Faixa 9.

levava à repressão das manifestações culturais de origem africana: “seus santuários eram invadidos e depredados; suas manifestações artísticas, subestimadas e reprimidas; seus pandeiros, quebrados pela polícia”.⁵⁸

Em depoimento, o compositor Donga contou como aconteciam os atos de perseguição: “[...] nós andávamos amolados com as perseguições da polícia. Era uma coisa horrível! [...] Você ver sua família... Por exemplo, dava um samba e daqui a pouco intimada a ir na delegacia – seu delegado quer saber o que era aquilo lá” (Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, Seção *Depoimentos para posteridade*, depoimento de 02/04/1969). No mesmo sentido, o depoimento de João da Baiana: “Pandeiro era proibido. O samba era proibido e o pandeiro. Então, a polícia perseguia a gente. E eu tocava pandeiro da [Festa da] Penha [...]. [...] Pois então não fui preso por pandeiro? Diversas vezes. [...] Prendiam para corrigir” (Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, Seção *Depoimentos para posteridade*, depoimento de 24/08/1966).

A lei das contravenções penais (Decreto-Lei nº 3.688/41), diploma que se encontra atualmente vigente, prevê o tipo penal de vadiagem, caracterizado por se entregar “habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”. Fato é que tal dispositivo não foi recepcionado pela nova ordem constitucional, mas, de todo modo, é simbólico que ainda não tenha sido expressamente revogado.

A seletividade do sistema penal ainda reproduz, nos dias de hoje, o racismo estrutural (e institucional) que subjaz nossa formação social, o que denota que não se trata, de forma alguma, de uma questão superada ou restrita ao passado. A marginalização das manifestações culturais de matriz africana se renova, a título de exemplo, nas tentativas de criminalização do funk, nas reiteradas agressões a terreiros, bem como nos ataques ao carnaval de 2018 promovidos pela gestão do Município do Rio de Janeiro.

Nessa toada, a tentativa oficial mais evidente de sufocamento das escolas (e do carnaval enquanto manifestação cultural) ficou por conta do abrupto corte de parcela das subvenções da prefeitura do Rio de Janeiro, anunciado em junho de 2017. As agremiações, à época, chegaram a cogitar a suspensão do desfile de 2018, hipótese que não vingou ao fim.⁵⁹

Em ironia refinada, a Estação Primeira de Mangueira apresentou, em 2018, o enredo *Com dinheiro ou sem dinheiro, eu brinco*, desenvolvido pelo talentoso carnavalesco Leandro

⁵⁸ LOPES, Nei. **Sambeabá**: o samba que não se aprende na escola. Op. Cit., p. 57.

⁵⁹ SOLÉ, Carola. **A um mês do Carnaval, Rio fica à sombra de Marcelo Crivella**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-um-mes-do-carnaval-rio-fica-a-sombra-de-marcelo-crivella>>. Acesso em: 30 set. 2018.

Vieira: “De assalto, e sem ensaio prévio, toma-se uma Avenida que, por ironia, marcha involuntariamente em direção a uma praça. [...] Há na festa uma fresta. E, pelas frestas dessa festa, resolvi fazer meu carnaval.” E segue a sinopse: “Derrubados os portões que separam a ‘rua da Avenida’ vos digo: ‘O rei que manda na folia está nu!’ Mais do que nu. Está morto! Rei morto, Rei posto”.⁶⁰ Para o ano de 2019, a expectativa é também grande, a tirar pelo belo samba que clama por uma história contada pelos seus verdadeiros atores, que são sistematicamente invisibilizados pela história oficial contada pelos vencedores: “Brasil, chegou a vez / de ouvir as Marias, Mahins, Marielles e Malês”.⁶¹

1.3. “Eu tenho orgulho em ser vadio”: resistência à perseguição histórica e ao disciplinamento do gênero musical e do trabalho

Com meu chapéu de lado
 Tamanco arrastando
 Lenço no pescoço
 Navalha no bolso
 Eu passo gingando
 Provoco e desafio
 Eu tenho orgulho em ser vadio⁶²

O vadio é, historicamente, a figura clássica de contestação à lógica que nos impele a vender o inalienável (nossa força de trabalho) em troca de uma tentativa de sobrevivência. Sobre o vadio, espoliado de seus meios de vida, recaem os mecanismos de disciplinamento de seu corpo e de seu trabalho, com a finalidade de empurrá-lo ao mercado, reforçando também o racismo estrutural. Mecanismos que, no mais das vezes, contam com a violência do poder punitivo jurídico-estatal, como observado por Marx no “surgimento, em toda a Europa ocidental, no final do século XV e ao longo do século XVI, de uma legislação sanguinária contra a vagabundagem”.⁶³ O mesmo fenômeno se passou (e se passa) com nossas leis de criminalização da vadiagem, como exposto no item anterior.

⁶⁰ VIEIRA, Leandro. **Com dinheiro ou sem dinheiro, eu brinco**. Sinopse do enredo da Estação Primeira de Mangueira para o carnaval de 2018. Disponível em: <<http://liesa.globo.com/2018/por/03-carnaval/enredos/mangueira/mangueira.html>>. Acesso em: 30 set. 2018.

⁶¹ DOMÊNICO, Deivid; MIRANDA, Tomaz; MAMA; BOLA, Marcio; OLIVEIRA, Ronie; FIRMINO, Danilo Firmino. História para ninar gente grande. Samba-enredo da Mangueira no carnaval de 2019. Intérprete: Marquinho Art’ Samba. Disponível em: <<http://liesa.globo.com/>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

⁶² BAPTISTA, Wilson. Lenço no pescoço. In: PAIVA, Roberto. **Polêmica – Wilson Batista x Noel Rosa – Roberto Paiva e Francisco Egydio**. Rio de Janeiro: Odeon, 1956. Faixa 1.

⁶³ MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 806.

A ode à malandragem é tema recorrente desde as primeiras composições de samba. Em 1928, foi lançado o *Ora vejam só* de Sinhô: “a malandragem eu não posso deixar / [...] / a malandragem é um curso primário / que a qualquer é bem necessário / é o arranco da prática da vida / somente a morte decide ao contrário”.⁶⁴ Já em 1931, foi gravado o *Nasci no samba*, de Benedito Lacerda e Alcebíades Barcelos “Bide”: “vivo na malandragem / não quero saber do batedor / pode escrever o que vou dizer / ando melhor do que um trabalhador / [...] / não há riqueza que me faça enfrentar o batedor / pois quem é rico nunca foi trabalhador”.⁶⁵

Nada mais perigoso que a ode à vadiagem para a nova ideologia burguesa-liberal de transição das relações senhoriais escravistas à lógica do trabalho assalariado. Não é outro o sentido da perseguição senão o do racismo estrutural e o do disciplinamento da força de trabalho para venda no mercado. O trabalhador pretensamente livre, uma vez espoliado de seus meios de vida, deveria ser empurrado, por bem ou por mal, à alienação de sua força de trabalho. Deveria inserir-se na lógica tipicamente capitalista de relação de trabalho.

O samba que exalta a malandragem e a vadiagem é o mesmo que expõe as mazelas e as injustiças a que é submetido o trabalhador. O vadio é aquele que resiste em se inserir nessa engrenagem de exploração, que se recusa (ou se vê impossibilitado) de alienar aquilo que, por natureza, só pertence a si mesmo: sua força de trabalho. Wilson Baptista talvez tenha sido o maior expoente dessa linha, a exemplo do célebre *Lenço no pescoço*, composto em 1933.

O malandro-vadio é o que provém dos capoeiras, figura carioca nascente no século XVIII, que sabe fazer samba e que recusa o trabalho, mas não qualquer trabalho⁶⁶: o trabalho degradante, alienado, superexplorado, único trabalho que era oferecido às classes mais pobres. É, portanto, por excelência, a representação da potência do samba que resiste à lógica vital da barbárie que se impunha e se impõe, que impele à venda do inalienável, que subjuga parcelas populacionais inteiras, que põe grande parte do povo na linha da miséria.

Mas ora, e fazer samba não é trabalho? Sem dúvida. Um resquício de trabalho não alienado, daquilo que é seu, daquilo que é seu e ninguém lhe tira. Um trabalho refinado, que não requer só inspiração, porque “pra cantar samba se precisa muito mais”.⁶⁷ O malandro não é a negação do trabalho enquanto atividade de transformação do mundo, mas do trabalho enquanto exploração, enquanto degradação da existência.

⁶⁴ SILVA, José Barbosa da. (Sinhô). *Ora vejam só*. In: MENEZES, Carolina Cardoso de. **Teléco Téco**. Rio de Janeiro: Odeon, 1957. Faixa 2.

⁶⁵ LACERDA, Benedito; BARCELOS, Alcebíades (“Bide”). *Nasci no samba*. In: FARIA, Leonel. **78 RPM**. Rio de Janeiro: Parlophon, 1932. Faixa 2.

⁶⁶ MUSSA, Alberto; SIMAS, Luiz Antonio. **Samba de enredo: história e arte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 21.

⁶⁷ CANDEIA. *Pintura sem arte*. In: CANDEIA. **Axé! Gente amiga do samba**. Rio de Janeiro: WEA, 1978. Faixa 1.

A resposta de Noel a Wilson, embora irônica, é sintomática das visões de mundo que se conflitavam nos caminhos que o samba podia tomar: “Deixa de arrastar o teu tamanco / pois tamanco nunca foi sandália / e tira do pescoço o lenço branco / compra sapato e gravata / joga fora esta navalha que te atrapalha.” E completa Noel: “Malandro é palavra derrotista / que só serve pra tirar / todo o valor do sambista / proponho ao povo civilizado / não te chamar de malandro / e sim de rapaz folgado”.⁶⁸

Segundo Simas e Mussa, “o que Noel ataca no malandro de Wilson Baptista é apenas uma das características típicas da malandragem: a valentia, associada ao crime e à marginalidade social”.⁶⁹ Desvincular o gênero musical do crime seria a forma de conseguir a aceitação social ao samba. “Folgado”, no lugar de “malandro” ou “vadio”, seria mais adequado aos ouvidos da elite. Ocorre que a criminalização do tamanco do capoeira e a criminalização do samba faziam (e fazem) parte do mesmo processo: marginalização social das manifestações culturais de origem africana e desigualdade social.

Muito para além de rixas pessoais, a troca de sambas entre Wilson e Noel nos legou um riquíssimo material artístico e de estudo. Confrontavam-se não duas pessoas, mas duas escolhas ideológicas e estratégicas sobre o futuro do samba. Um processo que não se restringiu a um ou outro compositor, mas que se refletia no mundo do samba como um todo, incluindo as agremiações, que “viviam, naquele momento histórico, um verdadeiro deslumbramento com o interesse da cidade pelo samba do morro”.⁷⁰

Em 1942, a Portela desfilou com o samba de Alvaiade e Chatim, para o enredo *A vida do samba*, representando bem esse processo: “Samba, tu és muito conhecido / no mundo inteiro / samba, orgulho dos brasileiros / foste ao estrangeiro / e alcançaste grande sucesso / muito nos orgulha o teu progresso”.⁷¹

A propósito, Paulo da Portela teve papel central no projeto de transformação do sambista em figura turística do Rio de Janeiro, de transformação do malandro em figura tida por bem alinhada, de terno, engravatado, na busca de sua aceitação social em uma sociedade que se pretendia moderna. Em 1939, compôs o emblemático *Teste ao samba*: “Vou começar a aula / perante a comissão, muita atenção / que eu quero ver / se diplomá-los posso / salve o

⁶⁸ ROSA, Noel. Rapaz folgado. In: In: EGYDIO, Francisco. **Polêmica – Wilson Batista x Noel Rosa – Roberto Paiva e Francisco Egidio**. Rio de Janeiro: Odeon, 1956. Faixa 2.

⁶⁹ MUSSA, Alberto; SIMAS, Luiz Antonio. **Samba de enredo: história e arte**. Op. Cit., p. 22.

⁷⁰ Idem, p. 22.

⁷¹ ALVAIADE, CHATIM. **A vida do samba**. Samba-enredo da Portela no carnaval de 1942. Disponível em: <<http://www.gresportela.org.br/Historia/DetalhesAno?ano=1942>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

‘fessô’”.⁷² Sobre a “regeneração” do malandro, se dedica mais detidamente o subitem a seguir.

1.4. O malandro regenerado e o projeto industrializante do Estado Novo

Quem trabalha é quem tem razão
 Eu digo e não tenho medo de errar
 O bonde São Januário
 Leva mais um operário
 Sou eu que vou trabalhar⁷³
 (Composição de 1940)

A ideologia do Estado Novo contrapôs, ao samba malandro, o samba de exaltação ao trabalho. O vadio não poderia mais ter espaço no bojo do projeto industrializante varguista, que pretendia transfigurar grandes contingentes populacionais em exército industrial de reserva. À tentativa mais robusta de tomada de controle do samba pelo Estado correspondeu, paralelamente, a tomada de controle das relações de trabalho.

A sistematização das primeiras leis trabalhistas, sem negar-lhes a importância, operou-se, do ponto de vista oficial, segundo a lógica de que os direitos trabalhistas seriam uma espécie de concessão estatal, ignorando a influência dos intensos processos de luta da classe trabalhadora nacional, e deixando de fora do espectro protetivo da legislação uma série de trabalhadores que não se inseriam na lógica do projeto industrializante, como os domésticos e os trabalhadores rurais.

Assim, tanto o samba quanto as relações de trabalho passaram por processos semelhantes: a incisiva tentativa de tomada de controle oficial. Mas é preciso entender esse processo em perspectiva plural, pois, do contrário, corre-se o risco de cair na narrativa que ignora os movimentos de luta que o tensionaram. Do ponto de vista do trabalho, a regulamentação trabalhista não se deu sem que tenha sido precedida de grandes movimentos de resistência da classe trabalhadora nacional (com destaque para a greve geral de 1917). Do ponto de vista do samba, à força ideológica do Estado Novo, incluindo seus aparatos oficiais de controle, como o DIP, não assistiram os sambistas de forma passiva. Tanto havia

⁷² PORTELA, Paulo da. Teste ao samba. In: MANACÉA; Velha Guarda da Portela. **Homenagem a Paulo da Portela**. Rio de Janeiro: Ideia Livre, 1988. Faixa 3.

⁷³ BAPTISTA, Wilson; ALVES, Ataulfo. O Bonde de São Januário. In: ALVES, Ataulfo. **Ataulfo Alves e suas pastoras**. Rio de Janeiro: Odeon, 1959. Faixa 3.

movimentos estratégicos para a aceitação social do gênero⁷⁴ quanto a resistência em abandonar a malandragem.

O samba, alçado a elemento de identidade nacional e impelido a se adequar ao projeto industrializante, não renunciou à malandragem, ao contrário do que uma análise apressada poderia levar a crer. A figura do “malandro regenerado”, que ganhava espaço nas composições, não consistiu em um passo atrás no processo de resistência ao disciplinamento. A resistência seguia pelas brechas do controle oficial, seguia pela ironia refinada da “regeneração” pelo trabalho do sambista que nunca deixou (nem poderia deixar) de ser malandro.

Conta a historiografia que, em “Bonde São Januário”, música de Wilson Baptista e Ataulfo Alves, gravada por Ciro Monteiro no mesmo ano em que fora criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (1940), a pressão dos agentes do DIP teria levado a uma alteração na letra de original. De “o bonde São Januário leva mais um otário / sou em que vou trabalhar”, o “otário” precisou ser convertido em “operário”.⁷⁵

No âmbito da Política da Boa Vizinhança traçada pelo Estado Novo (1937-1945), os salões e os eventos internacionais marcaram a tônica da exaltação a que se deveria prestar o samba, alçado a elemento de integração nacional e de difusão de cultura alinhada a padrões estadunidenses e europeizados. Carmen Miranda faz turnê nos Estados Unidos, Caymmi compõe “O que é que a baiana tem?”, Cartola e o Conjunto da Mangueira fazem apresentação no Cassino Atlântico, Assis Valente compõe “Brasil pandeiro”, Walt Disney visita a Portela.⁷⁶

Wilson e Ataulfo participaram do filme carnavalesco “Vamos cantar”, lançado em fevereiro de 1941 (no Odeon, no Roxy e no América, duas semanas antes do carnaval) e dirigido pelo bósnio Leo Marten. Seus papéis consistiam neles próprios, mas interpretados em uma narrativa operária. Juntando-se a Emilinha Borba nas filmagens, *O bonde de São Januário* foi cantado pelos três, e a imprensa se punha aflita sobre o filme e o resultado. Mas uma semana depois e o filme havia fracassado.⁷⁷

[...] “O bonde de São Januário” não vingou nas telas. Mas no carnaval ele não fez feio. Incendiou bailes, blocos e batalhas de confete – uma delas realizada dentro do

⁷⁴ Quanto às escolas de samba, a imposição oficial aberta de enredos de cunho nacionalista vigeu entre 1947 e 1997. Mas, de toda forma, esse movimento já havia se iniciado anteriormente, como estratégia dos próprios sambistas para buscar a aceitação social e oficial do gênero (não se pode negar a força ideológica do Estado Novo nesse processo). Já em 1938, por exemplo, o regulamento apresentado pela União das Escolas de Samba trazia, de forma indireta, tal exigência.

⁷⁵ BRUNET, Daniel. **Segunda-feira**: a história do Samba do Trabalhador. Rio de Janeiro: Sonora Editora, 2016, p. 105.

⁷⁶ LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Dicionário da história social do samba**. Op. Cit., p. 125.

⁷⁷ ALZUGUIR, Rodrigo. **Wilson Baptista**: o samba foi sua glória. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013, pp. 277 e 278.

próprio bonde em movimento. Infestou jornais de modinhas, colunas carnavalescas e inspirou as fantasias mais loucas. [...] Em matéria de concursos carnavalescos, no entanto, “O bonde de São Januário” quase passou batido. No fim das contas, o DIP acabou não realizando nenhum evento do tipo – talvez escaudado pelas polêmicas geradas em torno da *Noite da Música Popular*, no ano anterior, ou talvez por achar que festivais carnavalescos não ficassem bem naqueles tempos sombrios de guerra na Europa.⁷⁸

Em um encontro improvisado, Wilson e Ciro de Souza comporiam, em 1941, o *Ganha-se pouco, mas é divertido*.⁷⁹ Os primeiros versos já dão o tom da regeneração do malandro trabalhador, que se mescla, aos poucos, com a imponência do samba de domingo: “ele trabalha de segunda a sábado / com muito gosto sem reclamar / mas no domingo ele tira o macacão, / e manda no barracão, põe a família pra sambar / lá no morro ele pinta o sete / [...] / ali ninguém é fingido / ganha-se pouco, mas é divertido”.

E completam os compositores: “ele nasceu sambista, / tem a tal veia de artista, / carteira de reservista / está legal com o senhorio... / não pode ouvir pandeiro, não / fica cheio de denço / é torcida do Flamengo / nasceu no Rio de Janeiro”. Ou seja, o trabalho formal lhe deixa bem “com o senhorio”, evidenciando que há senhores e não-senhores nessa relação. O malandro regenerado trabalha “sem reclamar” e “com muito gosto”, mas escancara o fingimento, aquele que não há no morro, de uma sociedade hipócrita (deixando ressalvado, também, que se ganha pouco).

1.5. Escolas de samba

1.5.1. Surgimento das primeiras escolas de samba cariocas

Saindo, então, à rua, organizado em escola, em busca de aceitação social, o samba veio incorporar e reelaborar as manifestações carnavalescas então existentes: a formação instrumental, primeiro à base de cavaquinhos e violões, tinha também elementos da percussão dos cordões e dos zé-pereiras; a forma processional – bem como as figuras do baliza e da porta-estandarte, depois mestre-sala e porta-bandeira – veio dos ranchos que, por sua vez, já as tinham ido buscar nos ternos nordestinos; a denominação pastora veio evidentemente dos pastoris, e aí por diante.⁸⁰

O caldeirão cultural que permitiu a formação das primeiras escolas de samba incluía a tradição dos ranchos carnavalescos, derivados dos ranchos natalinos e pastoris, bem como a música popular de então e os batuques religiosos e profanos. Além dos influxos culturais,

⁷⁸ Idem, pp. 278/9.

⁷⁹ BAPTISTA, Wilson; SOUZA, Ciro de. *Ganha-se pouco, mas é divertido*. In: ALMEIDA, Aracy de. **78 RPM**. Rio de Janeiro: Victor, 1941. Faixa 1.

⁸⁰ LOPES, Nei. **Sambeabá**: o samba que não se aprende na escola. Op. Cit., p. 60.

provenientes de diversas influências distintas, havia questões políticas e sociais envolvidas que se desenrolavam na então capital no começo do século XX.⁸¹

As questões políticas diziam respeito, de um lado, à tentativa e interesse estatal de controlar e disciplinar as festas e manifestações culturais populares e, de outro, à busca de aceitação social do gênero musical por parte das camadas populares urbanas.⁸² Nas palavras de Simas e Mussa, a escola de samba, nomenclatura cuja origem encontra diversas versões explicativas, teria, assim, surgido no bojo do intuito de “legitimação e reconhecimento do samba e das comunidades negras do Rio de Janeiro”.⁸³

Quanto às influências culturais, a mistura entre a espontaneidade dos blocos e a disciplina dos ranchos moldou a forma de se apresentar das agremiações que surgiam. Apresentavam-se “três aspectos intermediários entre a disciplina dos ranchos e a desordem dos blocos de sujos [...]: a dança espontânea [...], o canto das baianas [...] e a cadência do recém-nascido samba ‘batucado’ carioca.”⁸⁴

Cinco agremiações reivindicavam a natureza de escola de samba em 1930: Vizinha Faladeira, Oswaldo Cruz, Para o Ano Sai Melhor, Estação Primeira de Mangueira e Cada Ano Sai Melhor. Não sendo possível definir exatamente qual teria sido a primeira agremiação a se constituir, o que temos de material são relatos dos próprios sambistas, que não raro se superpõem e se contradizem. Segundo a versão de Cartola, foi em abril de 1928 que a Mangueira foi fundada enquanto escola de samba, tendo Sérgio Cabral encontrado um documento, com o radialista Almirante, apontando para a fundação um ano depois, em abril de 1929. Antônio da Silva Caetano, por sua vez, afirmava que a escola de samba de Oswaldo Cruz (raízes da Portela) teria sido a primeira a se formar enquanto tal, em abril de 1926.⁸⁵

Em 1929, no dia de São Sebastião, teve lugar o que pode ser entendido como um pioneiro ensaio de concurso de escolas de samba, mas que não possuía as características de um desfile de escolas tal qual o conhecemos (a título de exemplo, não houve cortejo).⁸⁶ Mas foi em 1932, sob idealização de Mário Filho e patrocínio do jornal *Mundo Sportivo*, que se deu o primeiro concurso de agremiações, na Praça Onze, contando com dezenove escolas de samba. A temática dos sambas era livre, e cada agremiação poderia ter até três, sem obrigatoriedade de que estivessem ligados ao enredo apresentado.⁸⁷

⁸¹ LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Dicionário da história social do samba**. Op. Cit., p. 116.

⁸² MUSSA, Alberto; SIMAS, Luiz Antonio. **Samba de enredo: história e arte**. Op. Cit., p. 14.

⁸³ Idem, p. 15.

⁸⁴ LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Dicionário da história social do samba**. Op. Cit., pp. 116/7.

⁸⁵ MUSSA, Alberto; SIMAS, Luiz Antonio. **Samba de enredo: história e arte**. Op. Cit., p. 15.

⁸⁶ Idem, p. 16.

⁸⁷ LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Dicionário da história social do samba**. Op. Cit., pp. 117/8.

No carnaval do ano seguinte, sob organização do jornal *O Globo*, ocorreu o primeiro concurso inserido oficialmente na programação carnavalesca, e com auxílio (ainda que pequeno) do poder público. Foram elaborados quesitos (como enredo, originalidade, poesia do samba, conjunto) para pautar as avaliações dos julgadores. Em 1934, foi no Campo de Santana, na festa de homenagem ao prefeito Ernesto e em pleno dia de São Sebastião, que aconteceu o concurso, tendo sido o ano de 1935 o primeiro em que o desfile foi organizado e promovido pela prefeitura.⁸⁸

Em setembro de 1934, havia sido fundada a União das Escolas de Samba, tendo sido endereçada uma carta ao então prefeito Pedro Ernesto. Ponto interessante a se notar é a menção à índole nacionalista dos enredos, o que evidencia que a utilização de temáticas de tal caráter já era uma opção estratégica de reconhecimento por parte dos sambistas bem antes da imposição oficial do Estado Novo Vargasista (sendo certo, não obstante, que a ideologia do governo federal já apontava para esse sentido, e daí a opção estratégica dos sambistas). Assim, a carta é interessante fonte de pesquisa na tentativa de compreensão dos complexos processos sociais e interesses políticos envolvidos no surgimento das primeiras agremiações.

Com os cortejos já em confecção e tendo sido solucionada a questão das pequenas sociedades, vimos patente a vontade dos poderes públicos de nos auxiliar, do que nos aproveitamos, dirigindo a V. Excia. o presente memorial. Explicitadas que estão as finalidades desta agremiação, sob vosso patrocínio, composta de **28 núcleos, num total aproximado de 12 mil componentes, tendo uma música própria, instrumentos próprios e seus cortejos baseados em motivos nacionais**, fazendo ressurgir o carnaval de rua, base de toda a propaganda que se tem feito em torno da nossa festa máxima, V. Excia., antes de mais nada, é o nosso amigo de todas as horas. [...] Feitas estas considerações, embora nossos conjuntos, quer em tamanho, quer em preço, se rivalizem com os ranchos, colocamos sob vosso arbítrio a subvenção de ajuda que, como conhecedor do meio, tomo a liberdade, mais para orientá-lo, deve ser esta liberada o mais breve possível. **Incentivando os trabalhadores que esta diretoria representa, V. Excia. nada mais faz do que continuar o programa de amparo social**, cuja repercussão nós, que vivemos nas classes menos favorecidas, auscultando as opiniões dos que mais precisam, garantimos a V. Excia. que lhe é de inteiro apoio [...].⁸⁹ (Grifos nossos)

A prefeitura, que vislumbrou a possibilidade de, além do pleno alinhamento à política nacionalista do governo federal, impulsionar o turismo e a propaganda oficial em meio às camadas populares, tendo um precioso veículo para controlá-las de perto, prontamente respondeu a carta. Liberou uma verba de dois contos e quinhentos réis para a União das Escolas de Samba partilhar entre as agremiações inscritas no concurso. Em 1935, no primeiro carnaval promovido pelo governo municipal, e o primeiro a contar com a participação da

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Disponível em: CABRAL, Sérgio. *As Escolas de Samba do Rio de Janeiro*. Lumiar Editora. Rio de Janeiro, 1996, pp. 97/8.

UES, o enredo desenvolvido pelas escolas, em tom de comemoração, foi o de título “A vitória do Samba”.⁹⁰

A resposta à carta, que contou com o reconhecimento oficial da UES e com a promessa de subsídio financeiro por parte do poder público, trazia como contrapartida para a possibilidade de acesso a tais verbas a inscrição na polícia do Distrito Federal. Antes de ser uma burocracia desimportante, tal medida evidencia, ao revés, uma relevante manifestação do intuito de controle rígido das camadas populares e de suas manifestações culturais.⁹¹

De um lado, o controle oficial sobre parcela específica e importante da população. De outro, a estratégia, por parte dos sambistas, de aceitação social de um gênero musical que teve sua trajetória histórica tradicionalmente marcada pela marginalização e pela perseguição. Na complexidade dessa dinâmica social que caracterizou o surgimento das primeiras escolas de samba, o interessante é perceber que a tomada de controle não consistiu em um processo de aceitação passiva por parte do mundo do samba, mas em um processo estratégico de sobrevivência, de aceitação social e de resistência pelas brechas ao modelo higienista de cidade que pautou e pauta a lógica dos donos do poder.

1.5.2. “Vão acabar com a Praça Onze”, mas guardai os pandeiros

A Praça Onze de Junho, que recebeu esse nome após a Guerra do Paraguai, situava-se, antes de seu desaparecimento em prol da extensão da Avenida Presidente Vargas, entre as ruas de Santana, Marquês de Pombal, Senador Euzébio e Visconde de Itaúna. Nas décadas de 1930 e 1940, ali se apresentavam ranchos e escolas de samba, sendo também o ponto de encontro de sambistas.⁹²

Segundo Nei Lopes e Simas, “a praça foi deixando de existir oficialmente ao longo das décadas de 1940 a 1960, no processo de abertura e alargamento da avenida Presidente Vargas; entretanto, permanece como símbolo da afrobrasilidade em terra carioca”.⁹³ O Sambódromo foi construído na região próxima, bem como foi erguido ali o monumento a Zumbi dos Palmares em 1986.

⁹⁰ ALMEIDA, Paula Cresciulo. **O carnaval carioca oficializado**: a aliança entre sambistas e prefeitura do Rio de Janeiro (1932-1935). Revista Crítica Histórica. Ano V, nº 10, dezembro/2014, p. 278.

⁹¹ MUSSA, Alberto; SIMAS, Luiz Antonio. **Samba de enredo**: história e arte. Op. Cit., p. 18.

⁹² LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Dicionário da história social do samba**. Op. Cit., p. 225.

⁹³ Idem, pp. 225 e 226.

A Praça Onze havia sido urbanizada em meados do século XIX. Na época, ainda não era berço do carnaval de rua, pois nos casarões dos arredores não havia espaço para a população pobre, que é quem o brinca. Os ranchos se concentravam na área onde desembocava a Cidade Velha, da Saúde à rua da Imperatriz (hoje rua Camerino), e da Imperatriz ao Largo de São Domingos. Foi somente com as reformas de Pereira Passos, com a valorização da Cidade Velha e, conseqüentemente, com a expulsão da população mais humilde para o lado norte do Campo de Santana, que o carnaval de rua passa a chegar à região.⁹⁴

Anota Tinhorão que Tia Ciata representa bem esse movimento. No início da década de 1870, quando chegou de Salvador ao Rio, estabeleceu-se na Rua da Alfândega, tendo mudado, no início do século XX, para a Cidade Nova (primeiro, para a antiga rua de São Diogo, hoje General Pedra, e, posteriormente, para a dos Cajueiros e para a Rua Visconde de Itaúna).⁹⁵

A distinção excludente entre o carnaval verdadeiramente popular e o carnaval das elites se acentua com a abertura da Avenida Central (hoje Rio Branco), sob o bordão do “Rio civiliza-se”. O carnaval dos corsos, que apareciam já na segunda década do século XX, caracterizou e evidenciou a exclusão social desse espaço. Na Avenida Rio Branco, os carros de luxo e as fantasias estilizadas; na Cidade Nova, Santo Cristo, Gamboa, Saúde, o carnaval do subúrbio, dos ranchos e cordões populares.⁹⁶

A partir da década de 1940, um segundo ciclo de grandes obras no Centro do Rio, com a finalidade de ampliação da Avenida Presidente Vargas, faria desaparecer a Praça Onze. A propósito, a história do Rio (e dos seus cíclicos projetos de pretensão modernizadora e higienista) é a história da remoção, do apagamento da memória. A Praça Onze foi o reduto do samba e da folia das camadas populares, onde residia o carnaval dos pés descalços, alijado do carnaval das elites da Rio Branco, e onde se fincou o berço das primeiras gafieiras cariocas.⁹⁷

A conhecida música em tom de nostalgia, composta em 1942 por Herivelto Martins e Grande Otelo, convocou: guardai os pandeiros. E a resistência por manter sua memória acesa se renova, não tendo sido eclodida pelo desaparecimento físico da praça. Afinal, certo é que a região “pode ser caracterizada como um espaço de luta em que a permanência é garantida pela resistência e esta é garantida pela memória social. A partir dos terreiros e das casas das “tias”,

⁹⁴ TINHORÃO, José Ramos. **Música Popular:** um tema em debate. 4ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012, pp. 169 e 170.

⁹⁵ Idem, p. 170.

⁹⁶ Idem, pp. 171-173.

⁹⁷ Idem, p. 172.

aquele espaço foi conquistado [...]”.⁹⁸ Conquistado pelo povo e para o povo, e nunca deixará de ser herança popular.

Vão acabar com a Praça Onze
 Não vai haver mais Escola de Samba, não vai
 Chora o tamborim
 Chora o morro inteiro
 Favela, Salgueiro
 Mangueira, Estação Primeira
 Guardai os vossos pandeiros, guardai
 Porque a Escola de Samba não sai

Adeus, minha Praça Onze, adeus
 Já sabemos que vais desaparecer
 Leva contigo a nossa recordação
 Mas ficarás eternamente em nosso coração
 E algum dia nova praça nós teremos
 E o teu passado cantaremos⁹⁹

1.5.3. “Super Escolas de Samba S/A”... que covardia!

Super Escolas de Samba S/A
 Super alegorias
 Escondendo gente bamba
 Que covardia¹⁰⁰

Em 1982, o Império Serrano levou pra Avenida o conhecido samba *Bum Bum Paticumbum Prugurundum*, cujo enredo foi esculpido por Rosa Magalhães e Lícia Lacerda. Consistia em “crítica ferrenha ao movimento de verticalização das escolas de samba”, e “no samba, constava o libelo de todos os puristas que torciam os narizes para as novidades que o dinheiro impunha ao festejo”.¹⁰¹

Nei Lopes e Simas situam por volta da década de 1970 o que seria o ápice das transformações nas escolas de samba. Teriam começado, e com mais força a partir desse marco temporal, “a perder o caráter de expressão de arte negra para se transformarem em

⁹⁸ SOLIS, Victor Nigro Fernandes. *Memória do Samba na Praça Onze*. Aurora, Marília, v. 7, n. 1, p. 41-58, Jul.-Dez., 2013, p. 55.

⁹⁹ MARTINS, Herivelto; OTELO, Grande. Praça Onze. In: BORBA, Emilinha; MILFONT, Gilberto; GOULART, Jorge. *Sucessos de carnaval (carnaval antigo) – Jorge Goulart, Emilinha Borba e Gilberto Milfont*. São Paulo: Continental, 1954. Faixa 1.

¹⁰⁰ SEM BRAÇO, Beto; MACHADO, Aloísio. Bum Bum Paticumbum Prugurundum. Samba-enredo do Império Serrano no carnaval de 1982. Intérprete: Quinzinho. In: *Sambas de enredo das Escolas de Samba do Grupo 1-A – Carnaval 1982*. Rio de Janeiro: Top Tape, 1981. Faixa 11.

¹⁰¹ SIMAS, Luiz Antonio; FABATO, Fábio. *Seguem os Oitenta, gênios soltos no asfalto: Samba S.A.* In: SIMAS, Luiz Antonio; FABATO, Fábio. *Para tudo começar na quinta-feira: o enredo dos enredos*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015, p. 126.

expressão artística mais descompromissada, eclética e universal; em espetáculo, enfim, no qual apenas alguns poucos elementos remetem ao seu significado original”.¹⁰²

Tinhorão anota o início do que chama de “fim das escolas” na introdução daquilo que considera uma mescla de impossível realização: a fusão entre cultura popular urbana (de matriz folclórica) e uma cultura considerada erudita que bebe na fonte da cultura internacional. Estipula como marco, em controversa tese, a contratação, em 1960, pelo Salgueiro, da cenografia de Fernando Pamplona, Arlindo Rodrigues e Newton de Sá.¹⁰³

Luiz Izrael Febrot, em artigo para *O Estado de São Paulo*, por ocasião da fundação do Sambódromo da Marquês de Sapucaí em 1984, sentenciou “o fim de um processo: o desfile das escolas de samba está agora definitivamente institucionalizado. E o que era uma festa popular, pressupõe hoje passar antes pela bilheteria.”¹⁰⁴

Também nesse sentido, Nei Lopes publicou, em 1996, artigo para o mesmo jornal, pontuando que, “com a chegada de uma nova estética trazida das academias de belas artes e que teve que se adequar ao primado da televisão, estética depois ajustada a uma organização neoliberal e paramilitar, os sambistas viram o poder escorrer-lhes pelos dedos”.¹⁰⁵

A racionalidade é a mesma que orienta a fragmentação de um processo produtivo pautado na desregulamentação das relações de trabalho (não é ingênua a referência de Nei Lopes ao regime de acumulação neoliberal, cujo aparato discursivo se sustenta, precisamente, nessa racionalidade). Das teias de solidariedade da tradição cultural herdeira de Tia Ciata, passa-se à terceirização (em sentido amplo) do samba e daqueles que compõem o “espetáculo”.

Em entrevista de 2011, Martinho da Vila, ao comparar as escolas de samba aos clubes de futebol, observou: “Eles não têm mais jogador, que pertencem a empresários, patrocinadores, a todo mundo menos ao clube. As escolas também não têm mais seu mestre-sala, o seu diretor de bateria. Terminou o carnaval, começam as contratações” (*O Estado de São Paulo*).¹⁰⁶

A espetacularização do samba e do carnaval, especialmente no que toca aos desfiles das escolas de samba, não segue outro sentido senão o da expansão da mercantilização de todos os aspectos da vida social (inclusive da própria cultura e dos elementos por meio dos quais se expressa), com o fito de servir à acumulação capitalista. A lógica do capital é a lógica

¹⁰² LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Dicionário da história social do samba**. Op. Cit., p. 121.

¹⁰³ TINHORÃO, José Ramos. **Música Popular: um tema em debate**. Op. Cit., pp. 103/4.

¹⁰⁴ Idem, p. 109.

¹⁰⁵ Idem, p. 109.

¹⁰⁶ Idem, pp. 111/2.

da autovalorização e, para tanto, o seu mecanismo básico de funcionamento é a extração de valor e a sua disponibilização no mercado enquanto valor de troca.

Com a abertura das escolas para o capital dos novíssimos mecenas – empresários, prefeitos [...] –, o quesito enredo foi dos mais sacrificados. Do gás de Coari a passeios turísticos que os melhores guias não indicariam nem mesmo para seus inimigos, caiu por terra a máxima de que o espetáculo da avenida – luz, câmeras e baticum – também precisa de uma boa história para contar.¹⁰⁷

Importante observar que não se trata de romantizar o passado, tampouco de reduzir a complexidade de fenômenos sociais tão plurais, como se tudo se passasse em um sentido unívoco. Quando se fala em lógica social pautada pelo modo capitalista de produção, não se infere uma espécie de espírito transcendental ou algo do gênero, mas, ao revés, faz-se referência a um conjunto de práticas sociais muito concretas.

Uma linha de análise interessante para a tentativa de compreensão desse fenômeno é fazê-lo a partir da categoria da assim chamada acumulação primitiva (nos termos críticos em que a abordou Marx no capítulo 24 do Livro I d'O Capital¹⁰⁸): a expropriação, enquanto separação de trabalhadores e seus meios de vida, é, a um só tempo, condição permanente e resultado da expansão capitalista. A consequência desse processo é a produção de seres absolutamente necessitados de lançar sua força de trabalho ao mercado, bem como de espaços que, uma vez não totalmente sujeitos à lógica do valor de troca, podem, então, ser cotidianamente capturados e mercantilizados.

Talvez não seja o caso, propriamente, de buscar a existência de espaços que constituam uma espécie de *fora* completamente alheio ao capitalismo, cujo tecido social tende, na contemporaneidade, a abarcar todas as esferas, mas, de todo modo, de reconhecer que a lógica do capital se espraia pela teia das relações sociais de forma geográfica, material e temporalmente diferenciada. Nessa ótica, é possível notar que há aspectos e elementos da vida social que, seja por sua natureza, seja por alguma contingência histórica, seja pelo maior ou menor interesse em sua transfiguração em mercadoria, tendem a não estar completamente absorvidas pela lógica da mercantilização.

Nessa linha, as análises de Rosa Luxemburgo, tradicionalmente silenciadas no interior dos próprios estudos marxistas, podem conferir um norte epistemológico e explicativo interessante para a tentativa de compreender o fenômeno da espetacularização do samba e do carnaval das agremiações. E a ideia é fazê-lo a partir da noção de que o capital se apropria de

¹⁰⁷ SIMAS, Luiz Antonio; FABATO, Fábio. Eis os 2000, das comissões, dos patrocínios e de um renovador: arte x caça-níquel. In: SIMAS, Luiz Antonio; FABATO, Fábio. **Para tudo começar na quinta-feira: o enredo dos enredos**. Op. Cit., p. 165.

¹⁰⁸ MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Op. Cit., pp. 785-833.

espaços não completamente mercantilizados (muito embora não os consideremos, aqui, uma espécie de *fora* inteiramente externo ao capitalismo) para manter em curso sua lógica expansiva.

A cultura e a produção artística, por se colocarem enquanto trabalho (em sentido amplo) essencialmente coletivo e social, parecem constituir bom exemplo de espaço que, tradicionalmente, preserva alguns aspectos não completamente alinhados à mercantilização da vida (ou que, na ótica de Adorno e Horkheimer, poderiam apresentar uma potencialidade de escape à lógica da forma-mercadoria).¹⁰⁹

Rosa Luxemburgo, ao notar as limitações do modelo da reprodução ampliada do capital, aponta que o capital demanda, permanentemente, a captura de espaços não capitalistas para manter seu padrão de acumulação, uma vez que, no interior das relações tipicamente capitalistas, haveria um esgotamento das possibilidades de realização integral do mais-valor. Para tanto, a autora foca sua análise na tese do subconsumo e nos processos de expansão colonial-imperialista enquanto necessidade de busca de um *fora* não capitalista para a completa realização do mais-valor.¹¹⁰

A diferença é que aqui se substitui o foco da questão do consumo e de uma espécie de *fora* puro para situá-lo, precipuamente, no fato da constante necessidade de expansão do capital para espaços que ainda não estejam completamente mercantilizados, muito embora as problemáticas se comuniquem diretamente e se adote aqui um raciocínio análogo. Afinal, não é outro o movimento da indústria cultural senão o de “adequar a produção cultural a padrões comerciais, de modo a torná-la mais facilmente multiplicável e adequada ao consumo de massa”.¹¹¹

1.6. O controle oficial e o controle do capital: duas faces da mesma moeda

Amarrando as pontas soltas deste breve recorte dos processos plurívocos de tentativa de tomada de controle do samba – e das relações de trabalho – e de conseqüente resistência popular a tais processos, e permitindo a passagem para o segundo capítulo (que tratará, mais detidamente, da questão do trabalho e da falácia da superação do trabalho vivo), pretende-se traçar a relação entre esses movimentos históricos expostos acima.

¹⁰⁹ Cf. ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

¹¹⁰ Cf. LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

¹¹¹ LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Dicionário da história social do samba**. Op. Cit., p. 148.

Do disciplinamento do gênero musical e das relações de trabalho à propalada desregulamentação pela suposta superação do controle sobre as relações sociais (especificamente, para os fins deste estudo, as relações de trabalho e as culturais), a história demonstra que não houve propriamente uma ruptura de sentido nesse processo. A ideologia neoliberal, calcada na falácia do Estado mínimo, na suposta liberdade cultural e na negação discursiva do conflito capital-trabalho, não resiste a uma análise mais detida da realidade social.

O diagnóstico neoliberal a respeito da crise do fordismo e do ideário keynesiano se fundou em um alegado excesso de regulação social. Às relações de trabalho, pregam-se a desregulamentação e a difusão de formas de contratação precárias que, longe de refletir a liberdade e a igualdade que o discurso hegemônico vende, resultam, em realidade, na sistemática irresponsabilização do capital pela força de trabalho a ele subordinada.

À cultura e à vida social como um todo, propaga-se a mesma lógica: a aparência se coloca em termos de liberdade e igualdade, mas, na essência, se mantêm as rédeas de uma dominação fundada na captura e conseqüente mercantilização de seus aspectos mais profundos e inalienáveis. E, como não se trata de um sentido unívoco, a esses processos de reprodução de desigualdades correspondem processos de luta e de resistência permanente à mercantilização e à espoliação.

Não há, propriamente, uma contradição ou uma inflexão entre a necessidade de registro na delegacia do Distrito Federal como condição para a liberação do subsídio estatal para as agremiações (anos 1930) e o corte de verbas para o carnaval de 2018 pela prefeitura carioca. Tampouco há qualquer tipo de ruptura entre a dualidade excludente do carnaval dos corsos x bloco dos sujeitos, e o completo atrelamento da produção artística aos patrocínios bilionários que dissociam inteiramente o “maior espetáculo da Terra” das camadas populares.

Ainda, a ideia de que haveria uma incompatibilidade entre neoliberalismo e atuação estatal é tão irreal quanto a negação discursiva do conflito capital-trabalho, ou quanto a suposição de plena liberdade para a produção artística. Não irreal no sentido de inexistir, mas de existir enquanto produção de um discurso ideológico que descola aparência e essência, que gera sociabilidade a partir do forjamento de uma abstração de igualdade e de distanciamento entre interesses privados e públicos, abstração essa que não expressa a materialidade das relações sociais concretas.

O capital se apropria do fundo público e demanda, a todo instante, o aparato estatal para se fazer expandir. O neoliberalismo, enquanto regime de acumulação, não se coloca como mera reestruturação produtiva ou uma específica forma de racionalidade, mas implica a

construção de um arcabouço ideológico hegemônico e a utilização de todo aparato institucional para pôr em curso sua agenda. Da violência jurídica de uma “reforma” trabalhista predatória ao domínio da indústria cultural, a suposta ausência de controle sobre a organização social não passa de uma grande falácia.

Se a lógica do capital é a da extração de valor (o que só é possível pela exploração do trabalho alheio, vez que só o trabalho gera valor¹¹²) e de sua consequente expressão no mercado enquanto valor de troca, o controle afiado sobre a dinâmica das relações de trabalho ainda é e sempre será – enquanto o capitalismo for o modo de produção vigente – a forma como o capital se reproduz e mantém em curso seu padrão de acumulação. Ainda, como o capitalismo não é apenas uma forma de organizar relações estritamente econômicas, mas, ao revés, envolve toda a lógica social, as relações culturais, enquanto formas de produção de sociabilidade, também se inserem na engrenagem da extração de valor.

O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico etc. se funda no desenvolvimento econômico. Mas estes elementos interagem entre si e reatuam também sobre a base econômica. Não é que a situação econômica seja a causa, e a *única atuante*, enquanto todo o resto seja efeito passivo. Ao contrário, há todo um jogo de ações e reações à base da necessidade econômica [...].¹¹³

A transformação de tudo em mercadoria e a extração crescente de valor: não é outra a lógica que permeia a vida social sob o modo de produção capitalista. A transfiguração da força de trabalho, o mais inalienável dos bens, em mercadoria, dá o pontapé inicial para a reprodução de um modo de organização social fundado na barbárie. E também a cultura há de ser inserida na lógica da mercantilização e da sua disponibilização enquanto valor de troca.

Assim, (muito) longe da ausência de controle, o que se percebe como mecanismo básico de funcionamento do capitalismo é o intenso controle sobre a lógica social e sobre suas relações mais profundas. E isso inclui a mercantilização das formas básicas de nossa constituição no mundo enquanto seres sociais, conscientes de si e do outro: o trabalho e a cultura. Opera-se a mais perversa das inversões: o que é consciência se transfigura em mero meio de subsistência¹¹⁴, estando a vida (ou seria uma possibilidade de sobrevivência?) atrelada, inexoravelmente, à possibilidade de acesso ao mercado.

E a questão central é observar como se constroem duas falácias: uma é a da ausência de controle sobre as relações sociais (cuja aparência se contrasta com a engrenagem material

¹¹² MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Op. Cit., pp. 255-602.

¹¹³ ENGELS, Friedrich. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cultura, arte e literatura**. Textos escolhidos. Tradução: J. P. Netto e M. M. C. Yoshida. São Paulo: Expressão Popular (Coleção Arte e Sociedade), 2010, p. 104.

¹¹⁴ MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. Op. Cit., pp. 82-85.

da mercantilização intensa de todos os aspectos da vida social), e a outra é a de que haveria uma dicotomia intrínseca entre a receita neoliberal (que se coloca, discursivamente, em termos de desregulamentação) e a utilização dos aparelhos tipicamente estatais.

Entra aí a problemática da alienação, em sentido amplo: o capital requer, para manter seu domínio, o forjamento de um espaço de sociabilidade tendente a apaziguar – e mesmo encobrir – os conflitos e as assimetrias que se desenrolam na instância material, operando o descolamento entre aparência e essência. A dominação de classe, que já se impõe no âmbito privado, demanda, ademais, uma esfera pública que garanta a manutenção em curso de sua engrenagem reprodutora de desigualdades.

Assim, “as relações jurídicas, bem como as formas de Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência”.¹¹⁵ A concepção materialista do Estado tem como pressuposto a dominação de classe. Nesse contexto, certo é que o Estado, a democracia burguesa e o direito exercem papel central no processo de alienação e de abstração dos conflitos de classe, servindo, conseqüentemente, à manutenção da estrutura reprodutora de desigualdades do sistema capitalista. Não é por outra razão que o capital, longe de deles prescindir, requer a atuação intensa do direito, que se constitui justamente enquanto expressão ímpar da regulação institucional do Estado. Assim foi e é com as relações de trabalho e com o samba.

Quanto às relações de trabalho, o seu disciplinamento sob o projeto varguista também atendia às necessidades do capital industrial nascente. Supera-se, assim, um discurso ingênuo (próprio ao idealismo jurídico) no sentido de que a regulamentação trabalhista das décadas de 1930 e 1940 em diante teria sido intrinsecamente emancipatória para a classe trabalhadora. Afinal, sabe-se que serviu ao disciplinamento da força de trabalho em um contexto de incentivo à industrialização, bem como à transformação de grande massa populacional em exército de reserva.¹¹⁶ Ainda, longe de ter consistido em uma benesse, foi fruto de intensas lutas da classe trabalhadora nacional.

A própria regulação jurídica da jornada de trabalho, por mais que possa constituir algum tipo de balizamento mínimo à exploração desmedida do trabalho, já não expressa, em si, uma relação real de igualdade. Ao proceder a esse tipo de regulação, o direito vende a lógica da troca de equivalentes e forja uma aparência de igualdade: tudo se passa como se

¹¹⁵ MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008, p. 47.

¹¹⁶ OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista; O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 39.

capitalista e trabalhador, livremente indo ao mercado, estabelecessem uma relação justa de troca. Tudo se passa como se o trabalhador estivesse sendo remunerado pela integralidade do trabalho prestado, ocultando o trabalho excedente apropriado pelo capitalista.

Esse processo de violência jurídica se renova (e se potencializa) na história recente, tendendo a se manifestar de forma cada vez mais explícita e tendo como marco central a aprovação de um conjunto de investidas absolutamente predatórias em matéria de (des) regulamentação trabalhista – conjunto que se convencionou chamar de reforma trabalhista. A violência explícita não prescinde, não obstante, das abstrações de igualdade e da negação discursiva do conflito capital-trabalho. A linha de continuidade desse processo será mais bem detalhada no próximo capítulo.

Quanto ao samba, a perseguição histórica não prescindiu e não prescinde do direito penal, ou seja, do poder punitivo de um Estado e de um modo de produção essencialmente desiguais e estruturalmente racistas e seletivos. E é extremamente simbólico, dando o tom da completa continuidade entre passado e presente, que a lei das contravenções penais (Decreto-Lei nº 3.688/41), com sua previsão do tipo penal de vadiagem, ainda não tenha sido expressamente revogada.

O vadio, assim como o malandro regenerado (que seguiu contestando a desigualdade com sua fina ironia), renovam-se hoje no sambista que faz da música e da arte sua potencialidade de vida. Os Wilsons vivem hoje em tantos Leandros Vieiras e Jacks Vanconcelos, e em tantas Rosas (da Luxemburgo à Magalhães), incansáveis em viver do samba, em recriar a resistência pelas brechas e pelas frestas da festa. É sobre o tema que se deterá, com mais afinco, o terceiro capítulo deste trabalho.

2. O MITO DO FIM DA CENTRALIDADE DO TRABALHO

2.1. Crise do fordismo e ascensão neoliberal¹¹⁷

O reinvestimento do mais-valor e a dinâmica então exitosa da produção em massa em que se pautou o regime fordista demandaram a ampliação de um mercado consumidor que pudesse absorvê-la. Seria preciso incluir um espaço ainda pouco mercantilizado no setor da circulação: a classe trabalhadora. A intensificação da exploração do trabalho se pôs como expediente apto a servir à manutenção da taxa de mais-valor. Não obstante, era necessário inserir novas dinâmicas para extraí-la, a fim de não minar por completo o tempo e a capacidade de consumo dos trabalhadores. A extração de mais-valor absoluto precisaria, assim, ser conjugada com a extração de mais-valor relativo.

Se as primeiras grandes greves do século XX deram o tom da reação da classe trabalhadora às contradições do conflito capital-trabalho que embasa a reprodução do capitalismo, pode-se dizer que as décadas de 40 a 60 do mesmo século conheceram uma espécie de estabilização do regime fordista no centro do capitalismo. A burguesia, a despeito de certas concessões aos trabalhadores, valia-se da taxa de crescimento econômico; a classe trabalhadora, cujos setores mais radicalizados foram contidos politicamente, era incentivada a aderir ao local de trabalho; e o Estado atuava enquanto gestor de políticas públicas e planejador dos interesses burgueses.

Ocorre que o capitalismo conheceu, na virada para a década de 1970 (tendo por marco fundamental a crise do petróleo de 1973), uma crise que pôs em xeque esse padrão de acumulação que havia garantido, por boa parte do século XX, um desenvolvimento econômico significativo sem maiores sobressaltos. Excedentes de produção e de força de trabalho não mais conseguiam ser absorvidos, e a rigidez fordista só tinha como elemento maleável a política inflacionária. Queda da taxa de lucratividade, onda inflacionária e aumento de preços, planejamento fiscal minado – dentre outros – são alguns dos elementos que caracterizaram a chamada crise do fordismo.

O capitalismo apresenta como solução a essas questões um novo arranjo hegemônico: o regime de acumulação neoliberal. A promessa neoliberal inclui na pauta do dia a redução

¹¹⁷ Cf. GONÇALVES, Guilherme Leite. **Marx está de volta!** Um chamado pela virada materialista no campo do direito. A propósito, vale ressaltar que muitas das ideias lançadas neste capítulo são fruto dos debates desenvolvidos na disciplina optativa e no grupo de pesquisa (2017.1 a 2018.1) coordenados pelo professor Guilherme Leite no mestrado em Teoria e Filosofia do Direito do PPGD/UERJ.

dos gastos sociais e a desregulamentação do mercado, que pressupõe, por sua vez, a desregulamentação tributária e trabalhista. A fragmentação da produção e dos postos de trabalho se apresenta como arcabouço apto a superar os efeitos colaterais da rigidez fordista e se coloca, antes de tudo, como fragmentação de seres humanos. O *welfare state* passa a ser taxado como óbice ao pleno desenvolvimento econômico, e a culpa sobre a crise dos anos 70, segundo o diagnóstico neoliberal, é lançada sobre o intervencionismo estatal e sobre um suposto excesso de poder das entidades sindicais e de regulação social.¹¹⁸

O ponto central é que o neoliberalismo, enquanto regime de acumulação, tornou-se hegemônico não somente enquanto marco de uma reestruturação produtiva, mas também ideológica e institucional. Trata-se, portanto, de conceito que compreende a dinâmica “mediada tanto pela redefinição das práticas e do pensamento político-econômico quanto pela reconfiguração do universo jurídico [...], ambas orientadas ao favorecimento da liberdade dos atores do mercado global”.¹¹⁹ Sua agenda não teria se alastrado sem a construção de um aparato ideológico, tampouco de ações estatais (incluindo a regulação jurídica). Avançaremos nesses pontos mais à frente, ao tratar da ideologia da crise da sociedade do trabalho e da assim chamada reforma trabalhista brasileira.

No que tange especificamente à desregulamentação das relações de trabalho, a agenda neoliberal propugna medidas de austeridade extirpadoras de direitos, bem como incentiva formas precárias de contratação que se alastram mundo afora, trazendo como efeito a pauperização da condição de vida e trabalho da classe trabalhadora. Contratos temporários, terceirizados, precarizados, intermediados... Enfim, em uma palavra: irresponsabilizados jurídica e socialmente. O sonho patronal mais cobiçado se concretiza a passos largos: usufruir da força de trabalho alheia e do valor que ela gera tendo cada vez menos responsabilidade sobre ela.

Quanto à classificação atinente ao modelo produtivo e à organização do mundo do trabalho, a expansão de propalados novos modelos gerenciais levou a estudos sobre a difusão do toyotismo e suas relações com o fordismo. Marco Aurélio Santana e José Ricardo Ramalho apontam que é possível separar os estudos acerca da crise do modelo fordista em dois grupos: “aqueles que defendem a existência de um movimento de superação do fordismo,

¹¹⁸ GONÇALVES, Guilherme Leite. **Marx está de volta!** Um chamado pela virada materialista no campo do direito. Op. Cit., p. 306.

¹¹⁹ Idem.

apontando novos rumos possíveis; e aqueles que sustentam que as mudanças são uma readequação e um ajuste frente à crise do sistema produtivo”.¹²⁰

A primeira hipótese, cunhada nas teorias do paradigma da especialização flexível e outras congêneres, padece de algumas fragilidades, que passam pela incompreensão de que as soluções apontadas à crise também resgatam formas produtivas pretéritas, de que as características apontadas como centrais ao fordismo (tais como separação entre execução e concepção, produção em massa ou controle apurado sobre o trabalho) não se viram superadas, e de que a divisão internacional do trabalho impinge tendências e padrões de acumulação desiguais entre os países do globo.

A divisão internacional do trabalho é um outro flanco por onde se pode caminhar e perceber as limitações de algumas das proposições e projeções para o mundo do trabalho. [...] Assim, conforme já destacado por Helena Hirata, o que temos nos países “periféricos” seria um quadro no qual métodos e práticas tayloristas, utilizados em processos de produção estandardizadas, sem muita preocupação com a qualidade, conviveriam com experiências pontuais de inovação organizacional e tecnológica.¹²¹

A noção de que teria emergido um novo modelo produtivo e de organização do trabalho, pautado no padrão japonês, que seria absolutamente novo e suplantador do modelo fordista, e que teria lançado suas bases na qualificação do trabalhador e numa suposta flexibilização no controle sobre o trabalho, pode ter efeitos especialmente deletérios em países historicamente marcados pela espoliação imperialista e pela exploração predatória da mão de obra, como é o caso do Brasil. A inserção no mercado de trabalho passa a ser tida como um problema de adequação individual (daí a perversidade do conceito de empregabilidade), lançando-se a responsabilidade pelo desemprego sobre o trabalhador, na mesma medida em que se isentam uma estrutura histórica de desigualdades, os desajustes do mercado e a precarização das condições de trabalho.

Na mesma linha, Sérgio Lessa aponta que “há indicações conclusivas, tanto empíricas quanto teóricas, [...] de que as linhas de continuidade entre o fordismo e o toyotismo são mais densas e frequentes do que fomos levar a crer.” Reforça a importância de reafirmá-lo para, na contramão das teses que sustentam uma “reestruturação produtiva” que teria substituído práticas pretéritas pelo trabalho flexível, compreender a não superação das divisões do

¹²⁰ SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p. 14.

¹²¹ Idem, p. 29.

trabalho (manual/intelectual, produtivo/improdutivo) e da caracterização do proletariado enquanto classe social.¹²²

2.2. A centralidade do trabalho vivo e o mito de sua superação

2.2.1. A amplitude do conceito *trabalho*: da atividade vital consciente à alienação

Em que consiste, então, a exteriorização (Entäußerung) do trabalho? Primeiro, que o trabalho é externo (äusserlich) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito. [...] Igualmente, quando o trabalho estranhado reduz a auto-atividade, a atividade livre, a um meio, ele faz da vida genérica do homem um meio de sua existência física. A consciência que o homem tem do seu género se transforma, portanto, mediante o estranhamento, de forma que a vida genérica se torna para ele um meio.¹²³

Resgatar a noção primeira de trabalho em Marx enquanto atividade vital consciente e, portanto, verdadeiramente livre e fundante do ser social, permite, desde já, entender que o conceito de trabalho possui extensa amplitude. E é justamente essa amplitude conceitual e material que lhe confere centralidade axiológica na organização da vida social e na compreensão sociológica de tal organização.

Se trabalho é o que de mais propriamente humano há, por propiciar a transformação do meio em que se vive mediante a capacidade de predeterminação mental de finalidades, não pode sê-lo em uma perspectiva individualizada, mas, sim, social. Do contrário, corre-se o risco de cair em essencialismos que só reforçam uma concepção antropocêntrica de que o homem estaria para o meio natural em uma relação de dominação/subordinação. Esse não é, definitivamente, o propósito da noção de trabalho na tradição marxista.

Dizer que o trabalho (verdadeiramente) livre é o cerne da vida humana, implica dizer que é o que lhe confere sentido e o que medeia as relações sociais (num sentido interpessoal, para além de individualidades). Em outras palavras, é dizer que o trabalho funda a própria sociabilidade e o ser social, conforme leitura de Lukács – e que pode ser inferida também de Marx. O trabalho, em seu ato teleológico, funda a especificidade do ser social, sendo certo que se trata de um processo, e não de um simples ato decisório.¹²⁴

¹²² LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 310.

¹²³ MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Op. Cit., pp. 82-85.

¹²⁴ Cf. LUKÁCS, Georg. **The Ontology of Social Being: Labour**. Tradução de David Fernbach. Londres: Merlin Press, 1980, pp. 20 e 32.

O trabalho, em seu sentido genérico, é todo aquele que gera valor de uso, ou seja, que é empregado para a satisfação das necessidades do próprio trabalhador. Ao passar a depender da cooperação de relações interpessoais, o trabalho funda a sociabilidade pelo estabelecimento de relações intersubjetivas. Tem-se, portanto, a ideia de trabalho enquanto protoforma da práxis social. Nas palavras de Ricardo Antunes, analisando Lukács, “as formas mais avançadas da práxis social encontram no ato laborativo sua base originária”.¹²⁵

Daí a perversidade do processo de alienação do trabalho operado pelo modo capitalista de produção, por propiciar a conversão da consciência em mero meio de subsistência. Aquilo que, em seu sentido primeiro, é atividade verdadeiramente livre – e fundante do ser social – se transforma em artigo de venda imperiosa, em troca de uma tentativa de sobrevivência. A engrenagem capitalista é a engrenagem da produção de valor e, como só o trabalho gera um valor maior do que aquele que com ele se dispendeu, a força de trabalho é transfigurada em mercadoria, tornando-se vendável e inalienável. E mais: impõe-se que assim o seja, uma vez que a lógica do capital opera o completo atrelamento da existência à possibilidade de acesso ao mercado.

Estando o trabalho na base da sociabilidade e da própria caracterização do homem enquanto tal, incontestável sua centralidade na constituição das relações sociais. A inversão da consciência operada pelo processo de alienação do trabalho em nada abala essa constatação: primeiro, porque continua sendo trabalho, continua sendo a atividade humana de transformação do mundo mediante predeterminação de finalidades; segundo, porque outro não é outro o objetivo do processo revolucionário senão emancipar o homem do trabalho alienado, para que seu trabalho (e, conseqüentemente, ele próprio) possa ser verdadeiramente livre.

Afinal, “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”.¹²⁶ E mais: “agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”.¹²⁷ Muito embora o próprio Marx aponte que essa caracterização é insuficiente para compreender o funcionamento do capitalismo e da divisão do trabalho por ele operada, vez que nesse modo de produção a força

¹²⁵ ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 141.

¹²⁶ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Op. Cit., p. 255.

¹²⁷ Idem.

de trabalho é transformada em mercadoria e o trabalhador não trabalha para satisfazer suas necessidades (mas, sim, as do capitalista), trata-se de noção indispensável.

Indispensável porque o resgate teleológico do próprio conceito *trabalho* permite, a um só tempo, desconstituir duas falácias. A primeira é a de que o trabalho teria desaparecido ou estaria em vias de desaparecimento nas relações hodiernas (o trabalho, em seu sentido genérico e primeiro, existe e sempre existirá, independentemente dos modos de produção que se sucedam historicamente). A segunda é a de que a superação emancipatória do trabalho estranhado se daria pela superação da própria noção de trabalho, quando, ao revés, o objetivo da cessação da alienação é justamente libertar o trabalho das amarras capitalistas para que ele possa ser verdadeiramente livre: para que possa ser, portanto, a atividade de constituição do homem, que confere sentido a sua existência, inteiramente sua e para satisfação de suas necessidades.

2.2.2. Reprodução do capital: extração de mais-valor e as íntimas relações entre capital financeiro e capital produtivo

Já expusemos que o que movimenta a engrenagem capitalista é a lógica da extração de valor e sua disponibilização no mercado enquanto valor de troca. O valor de uma determinada mercadoria, segundo Marx, se expressa pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, sendo certo que apenas o trabalho é capaz de gerar valor. A força de trabalho, no modo de produção capitalista, converte-se em mercadoria. E mais: trata-se de mercadoria especial, uma vez que, ela própria gerando valor, é possível dela extrair um valor maior do que aquele que custou (“o que é decisivo é o valor de uso específico dessa mercadoria, o fato de ela ser fonte de valor, e de mais valor do que aquele que ela mesma possui”¹²⁸).

Seguindo a definição básica de valor, o valor da força de trabalho se expressa pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, ou seja, pelo tempo necessário para a própria reprodução da força de trabalho. Ocorre que, há pelo menos 150 anos, Marx já denunciava que a jornada de trabalho indicada no contrato de trabalho não correspondia à realidade. O trabalhador labora mais tempo que o socialmente necessário para a reprodução

¹²⁸ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Op. Cit., p. 270.

de sua força de trabalho, e essa diferença de trabalho não pago é apropriada pelo capitalista, sob a forma de mais-valor.¹²⁹

A extração de mais-valor é, assim, a forma básica pela qual o capitalismo se reproduz. Enquanto, na parcela de trabalho necessário, a força de trabalho tão somente cria valor suficiente para recompor seu próprio valor, no trabalho excedente (parcela de trabalho que excede ao necessário) há a extração de mais-valor a partir do mais-trabalho usurpado pelo capitalista. E a separação dos trabalhadores de seus meios de produção e subsistência, através do uso de violência aberta, constitui a condição fundamental para a disponibilização massiva de trabalhadores ao mercado, que são compelidos a alienar a sua força de trabalho mediante trabalho assalariado.

A lógica do trabalho assalariado engendra uma abstração desse processo concreto de apropriação de mais-trabalho. A aparência se coloca como se o trabalho houvesse sido remunerado na integralidade pelo salário contratualmente pactuado. A ideia é a de que o capitalista vai ao mercado e, mediante uma troca de equivalentes, adquire a mercadoria força de trabalho, podendo extrair na plenitude seu valor de uso e se apropriar, inclusive, dos produtos de tal mercadoria. E pior: como a remuneração da força de trabalho se dá posteriormente à prestação dos serviços, o capitalista a remunera com os recursos que ela própria gerou. Isso, por si só, já faz ruir qualquer tentativa de legitimar o acúmulo de riquezas mediante justificativas no sentido de um esforço pretérito do capitalista e afins.

Ocorre que a financeirização da economia, fenômeno que vem se alastrando com mais força nas últimas décadas, tem levado a certos discursos que propugnam pela superação do capital produtivo e, conseqüentemente, do mecanismo basilar de funcionamento do capitalismo, qual seja: sua reprodução a partir da extração de mais-valor. Alega essa corrente que não mais seria necessária a mediação da mercadoria especial *força de trabalho* para a geração de lucro, uma vez que o capital agora é capaz de se reproduzir por si só. Tudo se passa como se a operação $D - M - D'$ pudesse ter-se convertido em $D - D'$ (dinheiro gerando mais dinheiro diretamente).

Não obstante haver certa controvérsia no interior da própria teoria crítica marxista sobre a capacidade de o capital financeiro se desgarrar, em alguma medida, do capital produtivo e gerar, por conta própria, mais capital¹³⁰¹³¹, parece-nos que não se trata senão de

¹²⁹ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Op. Cit. Cf., sobretudo, capítulos 5-15 (pp. 255-602).

¹³⁰ Ressalva-se, porém, que, mesmo que tais autores defendam essa possibilidade, em hipótese nenhuma a utilizam como argumento para endossar uma suposta crise da sociedade do trabalho baseada numa pretensa superação do trabalho vivo.

faces da mesma moeda (literalmente). Nessa linha, e partindo da análise do Livro III d'O Capital, Virgínia Fontes advoga pela tese de que o capital financeiro depende diretamente do capital dito funcionante (extrator de mais-valor):

Especialmente no Livro III de *O Capital*, desenvolve uma sofisticada argumentação sobre o processo de concentração de capitais já então em curso, e esmiúça como atua a tendência capitalista à concentração da *pura propriedade*. Desafiando o senso comum, aponta as enormes contradições desse processo: o relativo isolamento dos grandes proprietários de capital monetário (portador de juros) diante do capital *funcionante* (extrator de mais-valor) não significa a redução deste último, mas sua maior expansão. Como veremos a seguir, diferencia, neste capítulo, a propriedade dos *recursos sociais de produção* da propriedade dos meios diretos de produção, identificando precisamente como o processo de concentração tende a adquirir uma nova forma, sob a qual *a propriedade da capacidade potencial da produção* se torna central no capitalismo monopolista.¹³²

Marx, no Tomo II do Livro III d'O Capital, ao analisar o capital portador de juros, afirma que o valor-capital dos títulos de dívida é sempre ilusório (sendo possível até que representem mera fraude) e que a maior parte do capital bancário é puramente fictícia. Mas deixa claro, logo na sequência, que não é como se esse capital existisse duplamente: ele só existe enquanto capital realmente investido. Uma ação nada mais é que um título de propriedade, pro rata, sobre o mais-valor que se espera seja realizado por tal capital.¹³³

Inicia o capítulo XXX com a seguinte questão: “A acumulação do capital monetário propriamente dito. Até que ponto é e até que ponto não é indicadora de acumulação real de capital, isto é, de reprodução em escala ampliada?”. E começa a responder com a observação: “na medida em que observamos a forma peculiar da acumulação do capital monetário e da riqueza monetária em geral, até agora, ela se reduziu à acumulação de direitos da propriedade sobre o trabalho.”¹³⁴ Isso indica estreitas vinculações entre o capital monetário e o capital produtivo, vez que os créditos são concedidos tendo por expectativa e por lastro a capacidade de expansão do capital funcionante mediante a extração de mais-valor.

Marx distingue duas situações: a transformação de dinheiro em capital de empréstimo e a transformação de capital em dinheiro que será transformado em capital de empréstimo. Aduz que “é somente neste último caso que pode abranger uma acumulação positiva do capital de empréstimo, conexas com a acumulação real do capital industrial.”¹³⁵

¹³¹ Cf., dentre outros, SAAD FILHO, Alfredo. **Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo?** Crítica e Sociedade: revista de cultura política, v. 1, n. 3, dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011.

¹³² FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo: Teoria e história.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, pp. 22 e 23.

¹³³ MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Livro III: O processo global da produção capitalista. Tomo I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985/6, pp. 11 e 13.

¹³⁴ Idem, p. 19.

¹³⁵ Idem, p. 33.

Quanto à primeira hipótese, observa que “nem todo aumento do capital monetário emprestável indica acumulação real de capital ou ampliação do processo de reprodução”.¹³⁶ É o que ocorre, por exemplo, em fases imediatamente seguintes a uma crise: processo de produção contraído em contraposição ao aumento do capital emprestável pela baixa dos juros. O capital monetário se coloca como flutuante, não expressando fielmente a expansão do capital produtivo.

Mas é a segunda hipótese que nos interessa mais diretamente, porque traz a totalidade do processo de geração de capital de empréstimo, sendo, portanto, sobre ela que tendem a recair as teses liberais que se propõem a explicar a suposta produção de mais capital a partir de capital, o que pretensamente ocorreria sem a mediação da força de trabalho e dispensando o alargamento da reprodução expandida.

Marx observa que o desenvolvimento (e monopolização) do sistema de crédito leva à necessidade de aceleração da acumulação de capital emprestável, e que isso não pode se dar de forma descolada da acumulação real do processo de reprodução capitalista, sendo dela, em verdade, uma consequência. Isso porque o lucro, que “constitui a fonte da acumulação desses capitalistas monetários, é apenas uma dedução da mais-valia extraída pelos reprodutivos ao mesmo tempo, apropriação de parte do juro de poupanças alheias”. Enfatiza, assim, que “o capital de empréstimo acumula-se à custa dos capitalistas industriais e comerciais ao mesmo tempo”.¹³⁷

Por todo o exposto, é possível notar que capital financeiro e capital produtivo estão longe de ser antagônicos. É ingênuo supor que, pelo fato de o regime de acumulação neoliberal ter se estruturado a partir do favorecimento da especulação financeira, o capital produtivo estaria desprovido de relevância para o capitalismo ou mesmo que ele não estaria completamente comprometido com o neoliberalismo. De fato, como bem adverte Saad Filho, “a esquerda não deve ter ilusões de que há uma relação antagônica entre a produção e as finanças sob o neoliberalismo apenas porque os ganhos financeiros são, por definição, deduções da mais-valia extraída pelo capital industrial.”¹³⁸ Isso porque, inevitavelmente, “o capital industrial está *materialmente* comprometido com a reprodução do neoliberalismo [...]”.¹³⁹

¹³⁶ Idem, p. 25.

¹³⁷ Idem, p. 39.

¹³⁸ SAAD FILHO, Alfredo. *Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo?* Op. Cit., p. 17.

¹³⁹ Idem, p. 18.

2.2.3. Avanço tecnológico: diminuição do trabalho ou aumento do controle?

As inovações tecnológicas e a difusão dos processos de automação do trabalho a partir, sobretudo, da chamada terceira revolução industrial, aliadas ao surgimento de novos modelos gerenciais, levaram à formulação de teorias advogando a tendencial superação do trabalho vivo pelo trabalho morto. Teses do tipo, aliás, já podem ser encontradas mesmo na década de 1960 (ou muito antes, se consideradas as teses que se apoiam no desenvolvimento das tecnologias para explicar a passagem de um modo de produção a outro).

Uma ‘sociedade de produtores libertos’ ‘pode aparecer como processo lógico de evolução técnico-econômica’, diz Mallet (Mallet, 1963:175); Belleville postula que o desenvolvimento tecnológico superou a separação entre o trabalho manual e o intelectual (Belleville, 1963:11). Vimos como algo muito semelhante pode ser encontrado em Schaff e em Lojkin.¹⁴⁰

Sérgio Lessa segue questionando o fato de que os autores que propugnam o fim do proletariado (cada um segundo sua perspectiva, ora defendendo um aprofundamento do taylorismo, ora postulando a substituição pelo toyotismo, ora se referindo à automatização, ora à informatização e à robotização) como consequência do desenvolvimento tecnológico, sequer colocam o seguinte problema: como esse fato poderia converter da água para o vinho o modo de produção que está em sua própria base, já que a tecnologia é produzida segundo relações capitalistas?¹⁴¹

Em primeiro lugar, é preciso notar que o trabalho morto da máquina se constitui da soma de trabalhos vivos pretéritos (e mais: intensifica-os). A questão é que só se acentua o caráter desigual e espacialmente assimétrico da expansão do capital – a produção tecnológica no dito centro do capitalismo não seria possível sem a extração massiva de minério no continente africano e a superexploração da mão de obra local nesse processo.¹⁴²

Em segundo lugar, uma eventual redução de postos em certo setor da economia em decorrência de automação não implica a irrelevância do trabalho: seja pelo rearranjo do tipo de trabalho demandado (o setor de serviços, por exemplo, encontra-se em exponencial crescimento), seja porque essa nova dinamização das relações de trabalho serve ao robustecimento de exército industrial de reserva apto a pressionar para baixo as condições de trabalho.

¹⁴⁰ LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. Op. Cit., p. 253.

¹⁴¹ Idem, p. 254.

¹⁴² A título de exemplo, tem-se o relatório da Anistia Internacional “Morremos para isto: abusos de direitos humanos na República Democrática do Congo alimentam o comércio mundial de cobalto”. Cf. <<https://anistia.org.br/noticias/trabalho-infantil-e-exploracao-na-republica-democratica-congo-alimentam-producao-mundial-de-baterias/>>. Acesso em 11 jul. 2018.

Esse segundo ponto diz respeito também à intensificação do controle sobre o trabalhador. O ditame de “flexibilização” da produção se perfaz com a “flexibilização” da classe trabalhadora, o que não altera em nada a sua subordinação ao capital. Ao revés, expõe o trabalhador de forma mais intensa ao controle patronal e o leva à superposição de atividades (entre trabalho manual e intelectual) e responsabilidades, o que está longe de contribuir para a emancipação de seu trabalho.

Não só não emancipa, como seu único objetivo é potencializar a produção mediante redução de custos. Subsistindo nas relações sociais, em todas as suas expressões, o conflito mais basilar entre capital e trabalho, certamente não há de ser em prol da classe trabalhadora que eventuais ganhos se operarão.

Mas essa não é em absoluto a finalidade da maquinaria utilizada de modo capitalista. Como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela deve baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para si mesmo, a fim de prolongar a outra parte de sua jornada, que ele dá gratuitamente para o capitalista. Ela é meio para a produção de mais-valor.¹⁴³

É preciso, ademais, ter em mente que eventual redução de tempo físico de trabalho manual diretamente no processo produtivo não nega a lei do valor “quando se considera a totalidade do trabalho, a capacidade de trabalho socialmente combinada, o trabalhador coletivo como expressão de múltiplas atividades combinadas.”¹⁴⁴ Numa sociedade pautada pela produção de mercadorias, segundo o modo de produção capitalista, o trabalho abstrato criador de valor de troca há de permanecer sempre central.

Por fim, Marx já notava uma contradição central no processo de automação progressiva da produção: a alteração da composição orgânica do capital levaria ao aumento do seu componente constante em detrimento do variável. Como máquina não gera mais-valor – somente a força de trabalho o faz –, o tendencial decréscimo de capital variável impeliria à necessidade de recrudescimento da jornada de trabalho (ou de outras estratégias aptas a intensificar o trabalho) dos empregados já contratados.

Assim, “com a generalização da maquinaria num ramo industrial, o valor da mercadoria produzida mecanicamente se converte no valor social que regula todas as mercadorias do mesmo tipo”, sendo certo que essa contradição imanente levará o capital, portanto, a “prolongar mais intensamente a jornada de trabalho, a fim de compensar a

¹⁴³ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Op. Cit., p. 445.

¹⁴⁴ ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Op. Cit., p. 84.

diminuição do número proporcional de trabalhadores explorados por meio do aumento não só do mais-trabalho relativo, mas também do absoluto”.¹⁴⁵

2.2.4. Crise da sociedade do trabalho? O giro antiprodutivista do pensamento social na Europa e a ideologia (neo)liberal.

Estudos propugnando a existência de uma chamada sociedade pós-industrial, que se teria constituído, segundo essa tese, a partir de profundas alterações nas relações de trabalho na contemporaneidade, difundiram-se, sobretudo, a partir dos anos 70 do século XX no pensamento social europeu. Automação da produção, financeirização da economia, descentralização da ética do trabalho nas relações sociais... enfim, muitos são os argumentos invocados para sustentar a existência de uma suposta crise da sociedade do trabalho (ou mesmo, em versões mais entusiasmadas, o seu fim).

A tese da tendencial substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto baseou diagnósticos que passaram a questionar a centralidade da categoria trabalho na vida social e, portanto, seu papel como categoria-chave na pesquisa sociológica. Em última análise, isso significa mesmo ignorar o próprio capitalismo enquanto categoria analítica de estudo, levando a numerosas confusões a respeito de seu mecanismo básico de funcionamento e ao enfraquecimento das estratégias de luta coletiva em prol de sua superação verdadeiramente material.

Esquecem-se os defensores de tais teses de que a difusão dos processos de automação não implica, de forma alguma, a superação do trabalho vivo, como apontado no subitem anterior. Esquecem-se, ainda, como também já exposto, de que a financeirização da economia não é indicativo de insignificância do trabalho (o capital financeiro depende diretamente do capital funcionante extrator de mais-valia), e tampouco o é uma suposta descentralização axiológica do trabalho na vida humana (dada a amplitude do conceito e sua relevância para além da lógica do trabalho alienado).

Nessa toada, o chamado giro antiprodutivista do pensamento social alavancou teorias baseadas na pretensa crise da sociedade do trabalho, que passaram a se difundir, inclusive, no

¹⁴⁵ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Op. Cit., p. 480.

interior da autodenominada teoria crítica.¹⁴⁶ Não bastasse toda experiência empírica ter demonstrado justamente o contrário (qual seja, o que se observou foi o alargamento da classe trabalhadora em todo o mundo, e não sua retração), ignoram-se ainda a amplitude conceitual da categoria *trabalho*, os processos de exacerbação de exploração dos trabalhadores lançados ao mercado de trabalho, a formação de exército industrial de reserva, a renovação do trabalho vivo na produção dos aparatos tecnológicos, as assimetrias da expansão do capital, dentre outros fatores abordados neste capítulo.

Um dos principais marcos do giro antiprodutivista no pensamento social europeu é a tese habermasiana da centralidade conferida aos processos discursivos e comunicativos em detrimento da categoria *trabalho*. Nas bases desse pensamento, estaria uma separação natural entre democracia e capitalismo, como se aquela pudesse intrinsecamente opor resistência às estratégias de acumulação do capital. A distinção entre interação e trabalho (que também aparece como sistema x mundo da vida em diferentes passagens de sua obra), levou-o a propor que a crítica social redirecionasse suas atenções para o âmbito da interação.¹⁴⁷¹⁴⁸

Em artigo de 1985, intitulado *A nova intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas*, Habermas aponta que a “utopia de uma sociedade do trabalho” teria perdido “sua força persuasiva”, e prossegue citando diretamente o alemão Claus Offe, que, segundo o autor, teria compilado “convincentes ‘indicações da força objetivamente decrescente de fatores como trabalho, produção e lucro na determinação da constituição e do desenvolvimento da sociedade em geral.’”¹⁴⁹

Na década de 1980, Offe analisa o fenômeno do pensamento antiprodutivista, publicando, dentre outros escritos, um artigo intitulado *Trabalho: a categoria-chave da sociologia?*. Alega, desde as primeiras linhas, a “trivialidade sociológica” do conceito de *sociedade do trabalho* tal qual definido por Marx (como “eterna necessidade natural da vida social”).

¹⁴⁶ Muitos são os autores que, a despeito de suas diferenças teóricas, perpassam a temática (cf. Schaff, Gorz, Aznar, Rifkin). Aqui focaremos em Habermas e Offe, pela influência que suas teses exercem ainda hoje, respectivamente, no estudo do direito e da sociologia crítica, e pela convergência dos autores no diagnóstico de um chamado capitalismo tardio.

¹⁴⁷ GONÇALVES, Guilherme Leite. **Acumulação primitiva, expropriação e violência jurídica**: expandindo as fronteiras da sociologia crítica do direito. Rev. Direito e Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 2, 2017, pp. 1033/34. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/28770/20601>>. Acesso em 11 jul. 2018.

¹⁴⁸ GONÇALVES, Guilherme Leite. **Marx está de volta!** Um chamado pela virada materialista no campo do direito. Op. Cit., pp. 313 e ss.

¹⁴⁹ HABERMAS, Jürgen. **A nova intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas**. Tradução de Carlos Alberto Marques Novaes. Revista Novos Estudos, 18ª ed., vol. 2, edição de setembro de 1987, pp. 106.

[...] encontra-se ampla evidência para a conclusão de que o trabalho - e a posição dos trabalhadores no processo de produção - não é tratado como o mais importante princípio organizador das estruturas sociais, de que a dinâmica do desenvolvimento social não é concebida como nascendo dos conflitos a respeito de quem controla o empreendimento industrial; e de que a otimização das relações entre meios e fins técnico-organizacionais ou econômicos não é considerada a forma de racionalidade que prenuncia um desenvolvimento social posterior.¹⁵⁰

Para reforçar sua tese, o autor menciona uma heterogeneidade empírica do trabalho, em contraste com os atributos homogeneizantes da categoria (tais como a dependência da força de trabalho ao salário, sua subordinação a controle organizado, risco de interrupção na capacidade de trabalhar mediante remuneração, monopólio de representação por grandes sindicatos e orgulho coletivo dos trabalhadores).¹⁵¹ Pode-se objetar que o que confere centralidade (prática e teórica) ao trabalho é justamente a amplitude do conceito e de suas formas de manifestação empírica.

Prossegue com a tese de que, ademais, teria havido um declínio na ética do trabalho. A ideia de trabalho enquanto dever moral teria sido solapada pela explicitação das fadigas e dos aspectos degradantes do trabalho, o que teria tornado, inclusive, a classe trabalhadora mais crítica ao longo da década de 1970.¹⁵²

Ocorre que essa constatação só reforça o mecanismo básico de funcionamento do capital sob o ponto de vista teleológico: a alienação do trabalho operada pela subversão da consciência e sua transformação em mero meio de subsistência material. E isso em nada retira a centralidade do trabalho na organização da vida social: ao revés, a evidenciação dessas contradições corrobora o fato de que o conflito capital-trabalho está na base e no cerne do modo de vida ditado pelo capitalismo.

Ademais, o fato de que a classe trabalhadora tenha se tornado mais crítica só confirma o diagnóstico de que os movimentos tendentes à derrocada do capital se viabilizam, centralmente, com e pelo trabalho. As greves e demais movimentos que eclodiram nos países centrais na década de 1990 são fundamento empírico disso: movimento dos trabalhadores de empresas públicas na França em fins de 1995, greve de portuários em Liverpool a partir de 1995, de metalúrgicos na Coreia do Sul em 1997, dos transportadores da United Parcel Service em 1997, dentre outras.¹⁵³

¹⁵⁰ OFFE, Claus. **Trabalho:** a categoria-chave da sociologia? Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_01.htm>. Acesso em 24 jun. 2018. In *Disorganized Capitalism: contemporary transformations of work and politics*. Oxford, Basil Blackwell, 1986. Traduzido do inglês por Lucia Hippolito.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Cf. ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Op. Cit., p. 213.

Em que medida esses discursos de crise da sociedade do trabalho (ou mesmo, em certas versões, fim da sociedade do trabalho) podem ser tidos como ideologia? E, enquanto tal, em que medida criariam sociabilidade? Para tanto, e por se tratar de conceito polissêmico, é preciso especificar o sentido de ideologia que tomamos por empréstimo aqui.

É bastante conhecida a seguinte frase do prólogo d'*A Ideologia Alemã*, tratando das cosmovisões materialista e idealista: “até o momento, os homens sempre fizeram representações falsas de si mesmos, daquilo que eles são ou devem ser”.¹⁵⁴ Com base nessa assertiva, são relativamente comuns análises que pautam o conceito marxiano de ideologia meramente enquanto uma espécie de falsa ou ilusória representação da realidade concreta do mundo.

Não obstante, procedendo-se a uma análise mais detida da obra marxiana como um todo, é possível inserir a problemática da ideologia em uma conceituação mais refinada e não menos efetiva: para além de um falseamento puro e simples da realidade, de feitio metafísico, a ideologia exerce um papel ativo na manutenção das relações materiais tal como se apresentam. Em outras palavras, trata-se da questão do fetichismo operado a partir do descolamento entre essência e aparência na sociedade capitalista, imbricando-se diretamente com o conceito de alienação em seu sentido mais amplo.

Passa, portanto, pela questão do forjamento de um espaço de sociabilidade tendente a abstrair as assimetrias e os conflitos presentes na instância material. Para manter em curso sua engrenagem reprodutora de desigualdades, a dominação de classe, que já se opera no âmbito privado, requer ainda uma esfera pública (e aí entra o papel das formas e dos discursos públicos em geral) capaz de engendrar uma percepção de equivalência ao que, na realidade, se desigual.

É preciso, assim, entender como os aparatos ideológicos exercem uma função proativa (não somente num sentido de negação ou de supressão de tal ou qual entendimento sobre o mundo) na manutenção do domínio de classe. Em última análise, isso se relaciona com a necessidade de superar uma visão simplista que reduz Marx a uma dicotomia de cunho mecanicista entre superestrutura-infraestrutura, para entender sua preocupação precípua com a totalidade social.

A contribuição de Louis Althusser para o tema das ideologias parece caminhar nesse sentido, ao propugnar a existência e a função material da ideologia (“uma ideologia existe

¹⁵⁴ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 523.

sempre num aparelho, e na sua prática ou suas práticas. Esta existência é material”.¹⁵⁵). Afirma o autor, ainda, que só é possível falar em ideologia por sujeitos e para sujeitos. Ao tratar da reprodução da força de trabalho, especificamente, aduz que, para tanto, não basta uma reprodução de sua qualificação, mas também uma manutenção da sujeição à ideologia dominante (e suas práticas).¹⁵⁶

Retomando a análise das teses de Habermas e Offe, desenvolvidas a partir da década de 1970, mudanças estruturais na organização social teriam levado à paulatina superação da sociedade industrial e ao aparecimento de um chamado capitalismo tardio, segundo esses autores:

A noção de capitalismo tardio baseia-se fundamentalmente nas mudanças estruturais vividas pelas sociedades capitalistas industrializadas desde o final do século XIX. Essas mudanças estruturais consistem, segundo Habermas, basicamente em duas tendências de desenvolvimento, que ele resume como “um crescimento da intervenção estatal, com o objetivo de garantir a estabilidade do sistema, e uma crescente interdependência entre a pesquisa e a tecnologia, que converteu as ciências numa força produtiva dominante”. (Habermas, Jürgen. *Toward a Rational Society*. Boston, Beacon Press, 1970, p. 100) É com base nessas duas tendências, que Habermas e Offe definem a sociedade atual como sendo de natureza diferente daquela do século XIX, sobre a qual Marx escreveu. Assim, a expressão “capitalismo tardio” é usada em contraposição a capitalismo liberal, justamente para diferenciar a sociedade industrial contemporânea do jovem capitalismo que vigorou na Europa Ocidental até a metade do século XIX. (Ver Jürgen Habermas, op. cit.; Claus Offe, *Disorganised Capitalism* [Cambridge, Ma., MIT Press, 1985]).¹⁵⁷

A teoria do valor-trabalho proposta por Marx, de acordo com essa linha de investigação, teria dado resposta aos problemas de seu tempo, ligados ao capitalismo liberal e à aparência de liberdade forjada pela institucionalização do trabalho “livre”/assalariado. Mas se teria tornado insuficiente diante das transformações havidas a partir do último quarto do século XIX, ligadas à intervenção estatal crescente e à centralidade da ciência como força produtiva.¹⁵⁸

A pergunta que se faz é: o mecanismo básico de funcionamento do capitalismo (extração de valor a partir da força de trabalho) teria sido, de fato, alterado? Parece-nos evidente que não. O conflito capital-trabalho permanece nas bases do nosso modo de

¹⁵⁵ ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980, p. 84.

¹⁵⁶ Idem, p. 22.

¹⁵⁷ SILVA, Josué Pereira da. **A crise da sociedade do trabalho em debate**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, nº 35, SP, 1995. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451995000100008>. Acesso em 05 jul. 2018.

¹⁵⁸ “Não faz mais sentido calcular o montante de capital investido em pesquisa e desenvolvimento com base no valor da força de trabalho simples, não-especializada, quando o progresso científico-técnico se tornou uma fonte independente de mais-valia, em relação a qual a única fonte de mais-valia considerada por Marx — isto é, a força de trabalho dos produtores imediatos —, desempenha um papel cada vez menor”. Idem. Citação de: HABERMAS, Jürgen. **Toward a Rational Society**. Boston, Beacon Press, 1970, p. 100.

organização societal e é ínsito à própria lógica capitalista. Sua condição social basilar é a contínua expropriação do homem de seus meios de sobrevivência, para a produção em massa de seres completamente necessitados de mercado e disponíveis para a venda de sua força de trabalho.

Assim, o expediente liberal elementar de engendrar uma aparência de liberdade e de equivalência nesse processo de troca desigual é o que sustenta o capitalismo enquanto tal. E isso está diretamente relacionado à distinção essência-aparência acima exposta, sendo fundamentalmente ideológico. Negar que essa é a forma basilar de reprodução capitalista, através da qual se põe em linha de expansão exponencial a produção de valor, significa, ao fim e ao cabo, optar, intelectual e politicamente, por manter a crença liberal na troca de equivalentes e na pretensa liberdade na relação de trabalho. Reforçar a aparência ideológica não pode ser outra coisa senão ideologia em si. Que, novamente, não se resume a uma concepção simplista de falseamento imaginário e metafísico do mundo, mas se insere ativamente no próprio mundo e guia concretamente práticas sociais (que, no capitalismo, são por si desiguais).

É nesse sentido que as teorias da crise da sociedade do trabalho serviram e servem, em boa medida, ao fortalecimento do arranjo discursivo que norteia o arcabouço hegemônico (neo) liberal. E por uma razão muito simples: desconstruir a centralidade do trabalho vivo nas relações sociais hodiernas implica desconstruir discursivamente o conflito capital-trabalho como o mais basilar fato social do nosso modo de organização de vida. E isso faz com que se torne muito mais palatável o mito da superação da exploração do trabalho. Mito que está na base das contratendências destinadas ao desmonte dos direitos sociais (com especial destaque para a expropriação dos direitos trabalhistas) em todo mundo.

Por fim, para além de todas as fragilidades teóricas supramencionadas, vale destacar que o prognóstico de superação do trabalho se revelou amplamente insubsistente diante da realidade material, sobretudo se levado em conta um conceito ampliado de classe trabalhadora. Ricardo Antunes cunhou a expressão *classe-que-vive-do-trabalho* para reafirmar a atualidade e a validade do conceito marxiano de classe trabalhadora, e nela se inclui:

A totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo *central* os trabalhadores *produtivos* (no sentido dado por Marx [...]). Ela não se restringe, portanto, ao *trabalho manual direto*, mas incorpora a *totalidade do trabalho social*, a totalidade do *trabalho coletivo assalariado*. Sendo o trabalhador *produtivo* aquele que produz diretamente mais-valia e participa *diretamente do processo de valorização do capital*, ele detém, por isso, um papel de *centralidade no interior da classe trabalhadora* [...] [...] Mas a *classe-que-vive-do-trabalho* engloba também os trabalhadores *improdutivos*, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como

serviços [...]. São aqueles em que, segundo Marx, o trabalho é consumido como *valor de uso* e não como trabalho que cria *valor de troca*.¹⁵⁹

Se a classe trabalhadora é composta por todos aqueles que vivem do trabalho, é certo que nesse conceito se incluem os trabalhadores em postos informais, os com contratos de trabalho sob regime precarizado, ou mesmo os contratados sem vínculo empregatício, mas para prestação de atividade que tipicamente gera valor (ex.: trabalhadores eventuais, bolsistas de pesquisa, e tantas outras formas de contratação). Isso sem falar nas reiteradas burlas diretas à caracterização do vínculo empregatício, como, por exemplo, o fenômeno da pejetização, ocultando-se a pessoalidade e a subordinação próprias da relação de emprego por trás da constituição de pessoas jurídicas com finalidade meramente fraudulenta.

Assim, a classe trabalhadora se define enquanto conceito material, independentemente de vínculo empregatício em sentido institucional ou de se tratar de trabalho manual estrito, abarcando todos aqueles que dependem da alienação de sua força de trabalho para sobreviver. Afinal, não é outra a condição social básica de funcionamento do capitalismo senão a disponibilização massiva de seres completamente dependentes de se lançar ao mercado.

Sérgio Prieb, em artigo intitulado *Os efeitos da crise econômica sobre a classe trabalhadora*, traz seleção precisa de dados estatísticos que dão conta de que a classe trabalhadora (e o trabalho) só cresce em todo mundo. Começa mencionando estudo da OIT que aponta que teria havido praticamente uma duplicação no número de trabalhadores na América do Sul entre 1976 e 1999, tendo o Brasil 38 milhões de trabalhadores em 1976 e nada menos que 85 milhões em 2004. A mesma tendência se verificou nos países do centro do capitalismo: o Japão passou de 52,7 milhões de trabalhadores em 1976 para 63,5 milhões em 2005; já os EUA contavam com 88,7 milhões em 1976 e 141, 7 milhões em 2005.¹⁶⁰

Prieb prossegue mencionando a ampliação da quantidade de horas trabalhadas, outro indicador importante sobre a intensificação do trabalho na sociedade contemporânea. Refere-se ao trabalho de Husson (1999), que indica que o volume de trabalho nos EUA, que era de 132 bilhões de horas em 1960, subiu para 247 bilhões em 1996 (no Japão se deu o mesmo fenômeno: cresceu de 107 bilhões para 123 bilhões de horas). Reunindo os países formadores do G6 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido e Itália), o número de 431 bilhões de horas trabalho em 1960 cresceu, em 1996, para 530 bilhões. Ainda, aduz que

¹⁵⁹ ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Op. Cit., p. 102.

¹⁶⁰ PRIEB, Sérgio. **Os efeitos da crise econômica sobre a classe trabalhadora**. Disponível em: <<http://www.revistaovies.com/artigos/2012/05/os-efeitos-da-crise-economica-sobre-a-classe-trabalhadora/>>. Acesso em 07 jul. 2018.

“recente publicação da OIT elaborada por Lee, McCann e Messenger (2009) mostra que no mundo todo mais de 600 milhões de pessoas trabalham mais de 48 horas por semana”.¹⁶¹

A própria ideia de aumento de produtividade do trabalho, um dos argumentos comumente levantados para a defesa da tese da suposta diminuição do trabalho, pode ser questionada. Prieb segue com os dados de Husson, indicando uma desaceleração na produtividade (entendendo-se como produtividade o resultado da divisão do PIB real pela quantidade de trabalhadores): entre 1960 e 1973, e entre 1983 e 1987, a taxa de crescimento de produtividade caiu de 4,7% para 1,8% nos países integrantes do G6. Dados da OCDE, tomando como base os períodos 1970-1980 e 2006, apontam uma queda de 4,2% para 1,2% da produtividade no Japão, repetindo-se a mesma tendência em uma série de outros países: de 4,0% para 1,0% na Itália, de 3,7% para 0,9% na França, de 1,6% para 1,0% nos EUA, de 4,7% para 1,3% na Espanha, e de 3,5% para 0,2% em Portugal.¹⁶²

2.2.5. A importação da ideologia da crise da sociedade do trabalho e seu reflexo nas investidas neoliberais no contexto sócio-político brasileiro

Não custa repetir que a lógica do capital é a lógica de sua expansão. Da expansão do valor, da expansão do padrão de acumulação, da expansão de suas práticas (conceito em que se incluem os discursos hegemônicos) para todas as áreas do globo. Muito se diz sobre a refutabilidade dos pressupostos de Rosa Luxemburgo, especialmente no que tange a sua hipótese do subconsumo, mas pouco se diz sobre seu refino em desenvolver a tese central de que o capital precisa se expandir, em termos de acumulação e em termos geográficos, para todos os espaços.

Não é nenhum espanto sociológico e nenhuma novidade na história desse país (e tampouco o é na história dos demais países de capitalismo dependente) que a recepção dos ideais do centro do capitalismo se dê com a velocidade da luz. A ideologia da aparência de igualdade que, por si, já oculta a desigualdade basilar do conflito capital-trabalho, convive aqui sem maiores constrangimentos com uma realidade social absolutamente díspar e pautada em níveis predatórios de exploração da mão de obra e de concentração de riqueza.

Roberto Schwarz, no ensaio de abertura de *Ao vencedor às batatas*, introduz sua crítica literária materialista a José de Alencar e Machado de Assis, e trata de tema análogo:

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² Idem.

Cada um a seu modo, estes autores refletem a disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as ideias do liberalismo europeu. Envergonhando a uns, irritando a outros, que insistem na sua hipocrisia, estas ideias - em que gregos e troianos não reconhecem o Brasil - são referências para todos. Sumariamente está montada uma comédia ideológica, *diferente da europeia*. É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrando o essencial - a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas ideias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original. [...] Que valiam, nestas circunstâncias, as grandes abstrações burguesas que usávamos tanto? Não descreviam a existência - mas nem só disso vivem as ideias.¹⁶³

Seria impossível, pelas limitações deste estudo, e mesmo indesejável, por questões metodológicas, proceder a uma análise que se pretendesse irrestrita sobre a recepção da ideologia da crise do trabalho em todos os campos discursivos (relações domésticas, mídia, discursos institucionais, produção teórico-científica etc.) no Brasil. Assim, para as finalidades da pesquisa, revela-se interessante focar o estudo em duas linhas investigativas: primeiro, na forma como a sociologia do trabalho brasileira lidou e tem lidado com a temática (uma vez que se trata do ramo do saber que perpassa mais profundamente a presente pesquisa) e, após, uma análise de como os discursos institucionais têm se valido de tais teses para justificar investidas neoliberais comprometidas com os interesses do capital.

Para traçar um panorama das tendências lançadas pela sociologia do trabalho brasileira a respeito do tema, toma-se como referência básica o denso estudo elaborado por Maria Aparecida Bridi, Ruy Braga e Marco Aurélio Santana. No artigo “Sociologia do Trabalho no Brasil hoje: balanço e perspectivas”, analisam a repercussão que aqui tiveram as teses europeias que advogaram, a partir, sobretudo, dos anos 80, a crise terminal do trabalho.¹⁶⁴

Na literatura sobre o tema no Brasil, ainda que por meio de diferentes posições analíticas, autores como Ianni (1994), Antunes (1999) e Leite (2003), apenas para citar alguns, rebateram as teses do fim da centralidade do trabalho. Na mesma direção, inúmeras pesquisas empíricas realizadas contribuíram para reafirmar a centralidade do trabalho, da teoria do valor trabalho e afirmar os limites das teses da “sociedade pós-industrial”, da “sociedade da informação”, e/ou da prevalência do trabalho imaterial (BRAGA, 2009; AMORIM, 2009; BRIDI; BRAUNERT, 2017).¹⁶⁵

Os autores observaram a seguinte tendência: na América Latina, os estudos acerca do tema *trabalho* se revigoraram e se colocaram na contramão das teses europeias da década de

¹⁶³ SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. Coleção Espírito Crítico. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000, p. 12.

¹⁶⁴ “A partir de análises e perspectivas distintas, Gorz (1982), Offe (1986), Habermas (1987), Touraine (1998), entre outros, colocaram a centralidade do trabalho em xeque, questionando seu papel na criação de valor, de identidade e também como categoria chave explicativa da realidade social. Este conjunto de visões refletiu com intensidade no debate acadêmico brasileiro.” BRIDI, Maria Aparecida; BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. **Sociologia do Trabalho no Brasil hoje: balanço e perspectivas**. Revista Brasileira de Sociologia, Vol. 06, No. 12, Jan-Abr./2018, p. 46.

¹⁶⁵ Idem.

1980. Os debates e as teses que floresciam a respeito de uma suposta transição para uma sociedade pós-industrial, muito embora tenham minado o próprio *trabalho* enquanto categoria de estudo e de explicação da organização social, tiveram aqui o efeito de instigar novas pesquisas empíricas e uma ampliação do leque de investigação das relações de trabalho para além das análises clássicas sobre o trabalho urbano-industrial.¹⁶⁶

Apontam, ainda, uma tendência de a sociologia do trabalho brasileira, atenta à realidade e aos desafios de seu tempo, incorporar um conceito alargado de trabalho e reconhecer suas intersecções com outros objetos de estudo (a título de exemplo: divisão sexual do trabalho, análise histórica sobre a desigualdade social, migrações da classe trabalhadora, dentre outros). Também voltam a emergir estudos sobre o tema do desenvolvimento e ligados à tentativa de compreensão da agenda econômica e política dos governos do PT de 2004 a 2014.¹⁶⁷

Por fim, anotam que o ano de 2015, marcado pelo impeachment de Dilma Rousseff, teria consistido em importante marco para a intensificação das investidas neoliberais, de forma que a agenda de pesquisa acerca dos efeitos das crises (do desemprego, da desigualdade, do direito do trabalho, da previdência) sobre a classe trabalhadora encontra novos desafios.¹⁶⁸ É nessa esteira que as constantes opções políticas de austeridade do “governo de Michel Temer [...] sinalizam para uma nova agenda de pesquisa que terá como desafio analisar os desdobramentos da atual crise econômica e política brasileira para a classe trabalhadora e suas instituições de representação.”¹⁶⁹

A segunda linha de investigação proposta para a compreensão do processo de recepção da ideologia do fim da centralidade do trabalho no Brasil se refere, mais propriamente, aos discursos institucionais que manifestam os reflexos da importação destas teses na legitimação de medidas alinhadas com a agenda neoliberal. Como amostragem destes discursos, tomam-se pronunciamentos oficiais de agentes públicos do governo federal da última década do século XX e do período atinente à aprovação da reforma trabalhista (julho de 2017).

James Petras identifica, a partir de 1989, um processo de reconcentração de poder e propriedade nas mãos da burguesia, e de instauração do neoliberalismo no país, possibilitado por fatores como incentivo internacional do capital, desmobilização do trabalho internamente (tendo como indicativos sindicatos burocratizados, políticas eleitorais desconectadas das lutas populares, dentre outros) e a “liderança política e ‘vontade’ da burguesia liberal para quebrar

¹⁶⁶ Idem, pp. 46 e 47.

¹⁶⁷ Idem, pp. 50-52.

¹⁶⁸ Idem, pp. 52 e ss.

¹⁶⁹ Idem, p. 59.

decisivamente com o ‘contrato social’ dos anos 80, primeiramente com Collor e mais tarde, mais dramaticamente com FHC.”¹⁷⁰

O autor segue com uma interessante análise linguística de jargões empregados pelo discurso oficial do governo FHC para engendrar uma aparência de neutralidade a suas investidas neoliberais, tais como “ajuste estrutural”, “flexibilidade do trabalho” e “reforma econômica”. Trata-se de exemplos cristalinos de arcabouço ideológico, ou seja, de aparência de igualdade que reprime a essência (instância material) desigual. Em última análise, é a negação do conflito capital-trabalho: em uma contradição tão evidente e tão basilar como essa, não há espaço para flexibilização, ajuste ou reforma, mas tão somente para o favorecimento de um polo em detrimento do outro.¹⁷¹

“Flexibilidade do trabalho” é uma expressão significativa, dado seu uso relativamente corriqueiro, que funciona como verdadeiro eufemismo para retirada de direitos trabalhistas (os quais seriam, segundo essa concepção, “rígidos”). Em outras versões, vem também conceituada como “modernização das relações de trabalho”, verniz ainda mais apurado. Todos esses discursos têm o seguinte fator em comum: deliberadamente ignoram o conflito capital-trabalho e põem as investidas neoliberais na conta de uma espécie de necessidade ditada pela configuração supostamente “mais moderna” (pós-moderna?) das relações de trabalho na sociedade hodierna.

A agenda neoliberal conheceu novo fôlego desenfreado no país, na história recente, com a ascensão ao poder de Michel Temer após o impeachment de Dilma Rousseff em 2015.¹⁷² Não se trata, em absoluto, de ingenuamente furtar-se a identificar o alinhamento dos governos anteriores com os interesses do capital, mas de reconhecer que, a partir desse marco, a agenda neoliberal livrou-se de quaisquer mínimos constrangimentos que pudesse haver para se fazer impor por completo. E isso tem embasamento empírico: propostas e aprovações, a toque de caixa, de toda sorte de medidas de austeridade (a título de exemplo, “reforma” do ensino médio, “reforma” da previdência e “reforma” trabalhista).

Não é por outra razão que o jargão se renova. Em pronunciamento oficial de 13 de julho de 2017, durante a sanção da Lei nº 13.467/17 (o auge das investidas da chamada reforma trabalhista), Michel Temer expressou seu contentamento ao assinar a sanção do que chamou de “lei de modernização trabalhista”. Aliás, a própria manchete da reportagem que

¹⁷⁰ PETRAS, James. **Brasil: a retirada dos direitos sociais e trabalhistas**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/viewFile/23491/21158>>. Acesso em: 7 jul. 2018. Pp. 129 e 130.

¹⁷¹ Idem, p. 133 e ss.

¹⁷² Note-se que o programa “Ponte para o Futuro”, com sua pauta neoliberal, já havia sido gestado pelo PMDB antes mesmo do processo formal de impeachment.

reproduz trechos do discurso no site oficial do planalto é “Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de sanção da Lei de Modernização Trabalhista - Palácio do Planalto”.¹⁷³

Mas o que nós fizemos com a legislação trabalhista foi avançar. [...] Enfim, houve um aperfeiçoamento extraordinário. É por que nós fizemos este aperfeiçoamento? Por um fator histórico que foi muitas vezes aqui mencionado: a nossa Consolidação, que foi, na época, um grande avanço, é de 1943. É claro que o mundo de hoje não é o mundo de 1943. O século hoje é o XXI, e nós fizemos uma adaptação ao século XXI, na convicção mais absoluta - e eu me lembro quando eu fiz a minha faculdade de Direito, o professor de Direito do Trabalho era o professor Cesarino Júnior, ele fazia uma distinção entre o hipersuficiente e o hipossuficiente, na convicção de que o hipossuficiente, o empregado, tinha que ser protegido, e é verdade, tem que ser assim. Mas os dias passaram, os anos passaram, e hoje há uma igualdade na concepção. As pessoas são capazes de fazer um acordo, não é? Fazem um acordo por uma manifestação de vontade. De um lado os empregados, de outro lado os empregadores.¹⁷⁴

No mesmo sentido, o ministro do trabalho Ronaldo Nogueira se pronunciou sobre a reforma: “Vencemos a recessão e o emprego voltou. Com a modernização trabalhista iniciamos um novo tempo com mais empregos, mais esperança e otimismo”.¹⁷⁵ Vê-se que a ideologia burguesa do progresso e da marcha civilizatória está na base, portanto, do discurso institucional.

Aqui, portanto, as abstrações burguesas não atuam tão somente num sentido negativo, ao encobrir, sob o véu da aparência, a essência desigual. Ao fazê-lo, sobretudo em uma realidade marcada por uma exploração abertamente violenta de séculos de imperialismo internacional, apontam para um sentido material: se sequer correspondem à aparência, atuam num sentido propriamente original, na linha de Schwarz em *Ao vencedor as batatas*. Invertendo a inversão (o deslocamento essência/aparência), o que fazem é explicitar, com todas as letras, as desigualdades. Com isso, cumprem um papel ativo de reforçar explicitamente as assimetrias históricas, que, no caso das relações de trabalho, lançam suas bases na precarização estrutural e na exploração predatória da mão de obra de uma classe trabalhadora marcada, por séculos, pelos horrores da escravidão.

2.3. O movimento de desregulamentação do trabalho no Brasil

¹⁷³ Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discorso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-sancao-da-lei-de-modernizacao-trabalhista-palacio-do-planalto>>. Acesso em: 8 jul. 2018.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-11/em-pronunciamento-ministro-diz-que-reforma-trabalhista-consolida-direitos>>. Acesso em: 8 jul. 2018.

2.3.1. A dinâmica das relações de trabalho brasileiras no último quarto do século XX e seus reflexos no contexto hodierno: o alastramento da precarização

De fato, a expansão capitalista não se dá de forma uniforme nem temporal nem espacialmente. A acumulação do capital depende, para se manter, da dominação desigual e da reprodução sempre constante de assimetrias. Os movimentos de colonização em massa de países, fenômeno que outrora impulsionou a formação do capital industrial e que se colocou na base do processo violento de acumulação primitiva, gerou profundas desigualdades que não se restringem a algum lugar do passado. Ao contrário, renovam-se material e historicamente nas investidas imperialistas contemporâneas e nas cicatrizes que séculos de dominação e subjugação deixam abertas.

Da mesma forma, não é possível entender a transição neoliberal no Brasil e seus reflexos sobre a classe trabalhadora nacional sem analisar as especificidades de um fordismo periférico que aqui se constituiu com características muito próprias, e cuja precariedade inerente é “resultado da combinação de nossa herança rural com a superexploração do trabalho”.¹⁷⁶ Marco importante para compreender esse processo é a obra de Chico de Oliveira (sobretudo em a “Crítica à razão dualista”, de 1972, e “O ornitorrinco”, de 2003), escrita, nas palavras de Roberto Schwarz, sob um anticlímax análogo ao da frustração histórica das esperanças do pós-guerra. Aqui, a decepção se liga “ao esgotamento do *desenvolvimentismo*, que também vai se fechando sem cumprir o que prometia”.¹⁷⁷

Logo no início do ensaio “Crítica à razão dualista”, o autor evidencia que pretende propor uma revisão da compreensão acerca da economia brasileira pós anos 30, quando a industrialização se transforma em setor-chave, suplantando leituras economicistas e pautadas numa “ideologia do círculo vicioso da pobreza”, que levavam a proposições de tipo reformista.¹⁷⁸ O chamado “subdesenvolvimento” não seria uma espécie de essência de economias pré-industriais que, uma vez tocadas pelo capitalismo, estariam a caminho de suas formas mais avançadas, mas, sim, uma condição criada pela própria expansão do capitalismo, a funcionar como “reserva de acumulação primitiva do sistema global”.¹⁷⁹

Com a pretendida transição da hegemonia agrária para a estrutura de produção urbano-industrial, ainda que a predominância da indústria na renda interna só tenha se consolidado

¹⁷⁶ BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012, p. 116.

¹⁷⁷ SCHWARZ, Roberto. Prefácio a: OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista; O ornitorrinco**. Op. Cit., p. 11.

¹⁷⁸ OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista; O ornitorrinco**. Op. Cit., pp. 29-31.

¹⁷⁹ Idem, pp. 32 e 33.

em 1956, todo arcabouço regulatório estatal se voltou, desde 1930, para a introdução de um novo modo de acumulação.¹⁸⁰ Especificamente no que tange à regulamentação trabalhista, Chico de Oliveira afirma que as leis trabalhistas se destinavam a esse mesmo fim, através da transformação de grande massa populacional em exército de reserva.¹⁸¹

Ademais, anota que a ampliação e a conciliação entre o padrão “primitivo” e novas relações de produção no campo propiciaram importantes reflexos nos setores urbanos e no novo modo de acumulação:

Elas permitiram um extraordinário crescimento industrial e dos serviços, para o qual contribuíram de duas formas: em primeiro lugar, fornecendo os maciços contingentes populacionais que iriam formar o “exército de reserva” das cidades, permitindo uma redefinição das relações capital-trabalho, que ampliou as possibilidades da acumulação industrial [...]. Em segundo lugar, fornecendo os excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da *força de trabalho rural*, combinaram esse elemento com o próprio volume da oferta de força de trabalho urbana, para rebaixar o preço desta.¹⁸²

A hegemonia precária de um modo de acumulação que não rompeu com seu precedente encontrou uma pedra no caminho no início da década de 1960: a recessão econômica, combinada com uma participação popular em ampliação, passou a constituir ameaça real ao modelo de desenvolvimento em curso, ao que “as classes dominantes optaram pela solução da força”.¹⁸³

Outra peculiaridade da formação da sociedade do trabalho no Brasil está diretamente imbricada com os longos anos de escravidão. Segundo Jessé Souza, esse é o fato social crucial que marca a formação histórica brasileira enquanto tal. A abolição formal da escravidão em fins do século XIX e a criação de um mercado formal de trabalho não foram capazes de suplantar as profundas desigualdades enraizadas em nossa constituição social.¹⁸⁴

Ao discorrer sobre as classes sociais do Brasil moderno, Jessé aponta que “abaixo da aristocracia rural que se moderniza, no entanto, na esfera aberta pela livre empresa em expansão, prevalecia a ideia liberal do homem certo para o lugar certo”.¹⁸⁵ Nesse contexto, o imigrante estrangeiro conseguia melhor colocação no mercado de trabalho, seguido pela plebe nacional branca advinda do campo.

Aos negros recém-libertos e mestiços, ficavam reservadas as formas mais degradantes de sobrevivência (o autor discorre sobre a constituição do que chama de “ralé brasileira”). Em suas palavras, “o negro torna-se vítima da violência mais covarde. Tendo sido animalizado

¹⁸⁰ Idem, p. 35

¹⁸¹ Idem, p. 39.

¹⁸² Idem, p. 46.

¹⁸³ BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. Op. cit., p. 120.

¹⁸⁴ Cf., dentre outros, SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

¹⁸⁵ Idem, p. 76.

como ‘tração muscular’ [...] e estigmatizado como trabalhador manual desqualificado [...], é exigido dele agora que se torne trabalhador orgulhoso de seu trabalho”.¹⁸⁶

Em suma, tudo isso para dizer que é impossível entender o processo de desregulamentação das relações de trabalho no Brasil, intensificado, sobretudo, a partir do último quarto XX, sem ter em mente dois fatores centrais que caracterizam a formação social e histórica da classe trabalhadora nacional e das dinâmicas laborais de um capitalismo dependente.

O primeiro é a profunda assimetria espacial da expansão capitalista, que subjuga nações inteiras, e que refletiu aqui na formação de um modo de acumulação híbrido (chamado por alguns de um fordismo precário) que, sem romper com as raízes da tradição agroexportadora, lançou suas bases na superexploração do trabalho. Em suma, um padrão de industrialização muito recente fundado na usurpação predatória de mão de obra barata e de recursos naturais. E o segundo consiste nos reflexos de uma sociedade cujas relações de trabalho se basearam (e se baseiam) em um modelo escravocrata cuja superação foi tão somente nominal.

Assim, a precarização da mão de obra, característica estrutural da dinâmica da compra e venda da força de trabalho no capitalismo, intensifica-se sobremaneira e alcança níveis extremos num contexto de profunda desigualdade social, dependência internacional e de racismo institucionalizado. O que nos leva a perquirir em que medida os novos processos de desregulamentação das relações de trabalho se constituem aqui enquanto uma sucessão estanque do modo de acumulação fordista ou, ao revés, não se trata senão de uma reconfiguração da precarização histórica do trabalho no Brasil.

Antes de caracterizar uma espécie de ponto de inflexão na trajetória da expansão capitalista, parece-nos que consiste em um mero desdobramento de seu mecanismo de funcionamento básico, sendo, portanto, um processo intrínseco aos padrões da divisão social (e internacional) do trabalho no capitalismo e a seu padrão de acumulação excludente e desigual.

O fim da década de 1970 é marcado, no contexto nacional, por um cenário econômico de desaceleração e endividamento, bem como por um cenário político de enfraquecimento do regime militar, com a ampliação dos movimentos de resistência (dentre os quais se incluíam mobilizações da classe operária). A reestruturação produtiva, por meio da desregulamentação

¹⁸⁶ Idem, p. 77.

das relações de trabalho e da privatização de ativos públicos, foi vendida como solução à recessão econômica.

Em janeiro de 1974, relevante marco jurídico de desregulamentação laboral se deu com a aprovação da lei de trabalho temporário (lei nº 6.019/74), que chancelou expressamente a possibilidade de contratação mediante interposta empresa e mitigou sobremaneira o princípio da continuidade da relação de emprego e o paradigma da relação bilateral.

Paralelamente, a terceirização de serviços (em sentido estrito), outra ferramenta de contratação precária e de transferência de responsabilidades trabalhistas, difundia-se mundo afora – e aqui não seria diferente, mesmo a despeito de qualquer possibilidade legal. Em 1986, diante do silêncio legislativo e do alastramento da prática, o Tribunal Superior do Trabalho editou a Súmula nº 256, expressando a ilicitude da prática fora das hipóteses legalmente previstas (trabalho temporário e serviços de vigilância). Seu cancelamento pela Res. 121/2003 deixou a matéria a cargo da Súmula nº 331 (que havia sido editada em 1993), que abriu margem para a terceirização fora das hipóteses permissivas, desde que se tratasse de serviços especializados ligados à chamada atividade-meio do tomador. Pois sequer esse balizamento mínimo existe mais após a aprovação da Lei nº 13.467/17, que passou a prever a liberalização irrestrita da terceirização para toda e qualquer atividade, conforme será analisado no próximo subitem.

A partir do fim da década de 1980, o arcabouço hegemônico neoliberal se faz ecoar com mais intensidade em terras tupiniquins: abertura econômica sem políticas públicas consistentes internamente, privatizações, propostas legislativas de desregulamentação trabalhista... Nessa conjuntura, “o esgotamento do processo de substituição de importações e a intensificação do fenômeno da globalização impulsionou a abertura da economia ao exterior, realizada de forma abrupta e dissociada de políticas industrial e agrícola.”¹⁸⁷ O resultado não poderia ser outro senão o agravamento das profundas desigualdades sociais que já estão na raiz de nossa formação histórica.

No que tange especificamente às relações de trabalho, observa-se que, longe de gerar, ainda que tendencialmente, uma redução ou descentralização do trabalho vivo no processo produtivo nacional, o movimento de desregulamentação laboral impulsionou, ao revés, a intensificação do trabalho. E mais: de um trabalho sistematicamente precarizado e espoliado de garantias mínimas.

¹⁸⁷ DIEESE. **O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no Brasil**. Relatório Técnico - DIEESE. Publicação de dezembro de 2007, p. 08. Disponível em: < <http://ftp.medicina.ufmg.br/osat/arquivos/6-07082015.pdf> >. Acesso em: 03 jul. 2018.

Tendo como tese central a intensificação do trabalho na sociedade contemporânea, Dal Rosso apresenta uma extensa pesquisa empírica desenvolvida no Distrito Federal com base em entrevistas com trabalhadores assalariados (com amostra de 825 casos) entre 2000 e 2002, assentando que “o diálogo direto é a forma mais adequada de avaliar a presença ou não de um processo de intensificação, dado que eles vivem o impacto das alterações das condições de trabalho”.¹⁸⁸ Dos 825 respondentes, 356 (43,2%) afirmaram que o trabalho estaria mais intenso, enquanto 351 (42,5%) não veem diferença e 118 (14,3%) creem estar menos intenso.

Outra maneira de analisar a difusão da intensidade pelos ramos de atividade econômica consiste em considerar que um ramo já adota formas de trabalho intensificado quando pelo menos 50% dos respondentes indicam que o trabalho hoje é mais intenso do que na época em que começaram a trabalhar. Dos vinte ramos considerados no levantamento, oito contemplam esse critério: atividade bancária e financeira (72,5%), telefonia e comunicação (67,3%), indústria gráfica (66,7%), educação privada (60%), serviços especializados (60%), saúde privada (57,1%), transporte rodoviário (50%) e serviço público federal (50%). Nesses oito ramos de atividade, o processo de intensificação está amplamente implantado. Nos demais, a presença é mais tênue e só pode ser identificada quando se parte para estudos no interior de empresas.¹⁸⁹

O paradigma de “flexibilização do trabalho” se transforma em verdadeira flexibilização de pessoas que, longe de melhorar a condição de vida dos trabalhadores, tem seus parâmetros ditados pelo interesse do capital (são as necessidades de competitividade do processo produtivo que o ditam, e não as necessidades da classe trabalhadora). Ainda, o controle sobre o trabalho operado pela difusão de novas tecnologias contribui sobremaneira para a intensificação do labor e para a extração máxima do tempo do trabalhador em benefício do capital. O trabalhador flexível também é impelido, no mais das vezes, a acumular funções, de modo que possa satisfazer à maior possível eficiência no processo produtivo.

A ampliação da classe trabalhadora no Brasil nas últimas décadas¹⁹⁰, bem como da deterioração de suas condições de trabalho, deixa evidente que não se verifica um processo tendencial de diminuição do trabalho, mas, sim, de sua intensificação e precarização. Assim, “falar em supressão do trabalho sob o capitalismo parece carente de maior fundamentação, empírica e analítica, o que se torna mais evidente quando se constata que 2/3 da força de trabalho se encontra no Terceiro Mundo [...]”.¹⁹¹

¹⁸⁸ DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 101/102.

¹⁸⁹ Idem, p. 104.

¹⁹⁰ Cf. dados em: PRIEB, Sérgio. **Os efeitos da crise econômica sobre a classe trabalhadora**. Op. Cit.

¹⁹¹ ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Op. Cit., p. 209.

2.3.2. A assim chamada reforma trabalhista brasileira

Ao passo que a ascensão neoliberal é um fenômeno transnacional, importantes matizes dão o tom dos seus efeitos em países de capitalismo periférico, como é o caso do Brasil. A opressão imperial não se desgarra da engrenagem de funcionamento do capital; ao revés, está na própria base da reprodução do capitalismo a nível global. Não à toa, o Brasil tem servido como rato de laboratório para o resto do mundo com a aprovação de uma reforma trabalhista predatória a níveis extremos, que não encontra paralelo na história recente e que tende a funcionar de teste e de espelho para o capital global e para as burguesias nacionais e internacionais.

O trabalho não só não está superado, como o capital tem plena ciência de que só da força de trabalho se extrai valor. O valor impulsiona o capital e o mantém em rota de funcionamento e expansão. Categorias como mais-valor (absoluto e relativo), valor de uso e valor de troca, trabalho abstrato e concreto, dentre outras, são mais atuais do que nunca. Não é coincidência que as alterações proporcionadas pela chamada reforma trabalhista brasileira de 2017 envolvam, sobretudo, mecanismos de extensão da jornada de trabalho e de isenção de responsabilidades pela força de trabalho. E é justamente sobre o tema que se debruça este subitem.

Se o momento contemporâneo pode ser caracterizado pelo recrudescimento das expropriações em todo mundo, dentre elas a expropriação dos direitos sociais, é bem verdade também que não se trata de fenômeno novo ou, muito menos, de um indicativo de um ponto fora da curva na rota de expansão da acumulação capitalista. Ao contrário, indica a potencialização da dinâmica interna do capitalismo e da forma como sempre se reproduziu: pela violência aberta, pelo roubo, pela espoliação.

Violência puramente econômica (extração de mais-valor) e processos expropriatórios se conjugam e se intensificam dentro da própria dinâmica das relações de trabalho, com apoio abertamente institucional. Escancara-se a função do direito enquanto mecanismo de dominação de classes, mecanismo esse que, para além do fetiche da forma jurídica e das abstrações de igualdade que ocultam assimetrias materiais, também atua enquanto violência explícita e prescrição expressa de desigualdades.

Pois bem, é nesse cenário de busca pela ampliação das formas de extração de mais-valor que as expropriações de direitos sociais (com especial destaque, aqui, para os direitos trabalhistas) atuam como condição necessária para a reprodução do capital através da usurpação do sobretrabalho. Foi nessa toada que a burguesia interna (e mesmo internacional,

dadas as faces do capital-imperialismo), tendo como braço direto o Estado e o direito oficial, conseguiu a aprovação, em 2017, de predatórios projetos de lei que ameaçam diretamente garantias históricas da classe trabalhadora.

Ao conjunto dessas investidas, que encontrou sua expressão máxima na Lei nº 13.467¹⁹², de julho de 2017, convencionou-se chamar reforma trabalhista. Essa “reforma” veio na linha de outras contratendências empreendidas pelo arranjo de forças político-econômicas vigente no país (comprometidas até o último fio de cabelo com um projeto neoliberal de governo), tais como as propostas de reforma do ensino médio e da previdência. Tal qual a “assim chamada” acumulação primitiva, cuja explicação idílica dada pela Economia Política clássica fora duramente criticada por Marx no capítulo 24 d’O Capital¹⁹³, podemos nos referir ao nosso objeto de estudo como a “assim chamada” reforma trabalhista.

E diz-se “assim chamada” por vários motivos. A manipulação discursivo-ideológica das justificativas oficiais, e que encontram respaldo incontestável na mídia de massa, confere ao processo o mesmo verniz de que a Economia Política clássica lançou mão para explicar a origem da acumulação primeira que possibilitou a formação do capital industrial: os que se esforçam mais e têm mais capacidade intelectual, conseguem aquinhoar mais que os outros, de maneira que uma reforma trabalhista que ampliasse as possibilidades de negociação entre partes tidas como igualmente livres levaria, inevitavelmente, a uma potencialização da eficiência dos processos produtivos e à geração de mais empregos.

Nada mais idílico, para usar a expressão de Marx. Oculta-se a violência aberta dos processos expropriatórios de separação cada vez mais incisiva do trabalhador de seus meios de vida, oculta-se a violência econômica da extração de mais-valor pela apropriação de trabalho não pago, oculta-se o próprio conflito capital-trabalho que é constitutivo da base do modo capitalista de organização da vida social.

A assim chamada reforma trabalhista promoveu uma reestruturação profunda dos mais basilares elementos da relação laboral. Embora amplamente extensa, modificando de maneira generalizada vários aspectos da regulação jurídica sobre o tema (e aderindo irrestritamente aos interesses patronais em todos eles), é possível, ainda assim, traçar uma linha-base do norte dessas alterações. Em comum, tem-se a tentativa incisiva de ampliação das formas de

¹⁹² A aprovação, em março de 2017, da Lei nº 13.429/2017, atinente ao trabalho temporário, constituiu importante indicativo do que viria pela frente. A recolocação em pauta do antigo PL 4.302/1998, não obstante houvesse outros projetos de lei mais recentes sobre o tema sendo discutidos nas próprias casas legislativas, deixou claro como se estava disposto a tudo para atender, com a maior rapidez possível, os interesses da classe empresarial.

¹⁹³ “Na realidade, os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos.” MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital. Op. Cit., p. 786.

extração de mais-valor, de expropriação e de fragmentação da classe trabalhadora, e podemos tentar explicar o fenômeno a partir de instrumentos de: 1. ampliação direta da jornada de trabalho e de extração de mais-valor absoluto; 2. expropriação como condição social da disponibilização massiva de trabalhadores para o mercado; 3. fragmentação da classe trabalhadora.

Quanto ao primeiro ponto, a reforma tanto ampliou as hipóteses permissivas de alargamento da jornada quanto serviu ao estímulo de contratações precárias que levam ao mesmo resultado. As normas que dispõem sobre jornada de trabalho e intervalos foram deliberadamente retiradas da qualidade de normas atinentes à saúde e à segurança no trabalho (art. 611-B, CLT), dispendo-se que nesse tema a negociação pode se sobrepor ao legislado (art. 611-A, I a III, CLT).

Ainda, mecanismos de alargamento de jornada sem a responsabilização pelo pagamento de horas extras foram facilitados. Com a alteração do § 6º do art. 59 da CLT, a compensação passa a ser permitida dentro de até um mês (anteriormente, a jurisprudência majoritária era no sentido de só permitir a compensação, no máximo, dentro da mesma semana). Além disso, passa a ser possível sua pactuação por acordo individual tácito ou escrito (não somente por escrito, como o exigia a CLT). Outra modalidade de compensação, o banco de horas, também teve sua aplicabilidade ampliada: a lei nº 13.467/17 trouxe a possibilidade de banco de horas semestral (que, inclusive, dispensa negociação coletiva e pode ser estabelecido individualmente), não apenas anual (art. 59, §5º, CLT).

Quanto ao segundo ponto, e tomando-se expropriação como todo fenômeno de separação do trabalhador de seus meios de produção e sobrevivência (expropriações primárias) e, mesmo nos casos em que o trabalhador já esteja deles espoliado, todo fenômeno que intensifique essa despossessão, ou seja, que crie condições que o impilam a lançar-se mais e mais ao mercado, que o tornem cada vez mais necessitado de disponibilizar sua força de trabalho, de alienar o inalienável (expropriações secundárias).¹⁹⁴

Nesta segunda classificação, pode-se inserir toda e qualquer retirada de direitos trabalhistas e, portanto, praticamente todos os dispositivos da reforma trabalhista poderiam ser aqui elencados. Não obstante essa constatação, foquemos nas disposições que apresentam uma tendência de expropriação mais evidente, quantitativa e qualitativamente falando. Dentre elas, ganha relevo a difusão de formas de contratação precárias que tendem a possibilitar a isenção sistemática da responsabilidade jurídica pela totalidade da força de trabalho posta à

¹⁹⁴ FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo**: Teoria e história. Op. Cit., pp. 54 e 55.

disposição do capitalista, tendo destaque central a previsão inédita do contrato intermitente de trabalho e da liberalização irrestrita da terceirização de serviços para toda e qualquer atividade.

A previsão do contrato intermitente pode ser tida como uma das maiores aberrações trazidas pela Lei nº 13.467/17 (cf. arts. 443, §3º; 452-A; 611-A, VIII, da CLT). Tem-se um contrato de trabalho em que a responsabilização jurídica pelo pagamento da força de trabalho só se dá no exato instante em que o empregador decide convocar os serviços do empregado, de forma que o restante do tempo em que não há convocação, mesmo existindo um contrato de trabalho firmado entre ambas as partes, não se configura como tempo à disposição do empregador. Assim, a venda da força de trabalho, pacto que por si só prevê a alienação do inalienável e mina a possibilidade de uma vida emancipada, atinge nível ímpar de refino: aliena-se de todo, mas só há responsabilização pelo tempo em que, unilateralmente, o capital consegue extrair da força de trabalho o máximo de valor possível.

Ainda, a chamada reforma trabalhista previu expressamente a liberalização irrestrita da terceirização (art. 2º da Lei 13.467/2017), que conjuga a níveis extremos expedientes apurados de exploração do trabalho. Terceirização de toda e qualquer atividade é uma contradição nos próprios termos. Se o objetivo da prática, como argumentam seus defensores, é impulsionar a produtividade através da contratação de serviços especializados, a fim de que a atividade empresarial possa se concentrar no seu objeto precípua, qual o sentido de terceirizar justamente essa atividade principal? Por que inserir um terceiro estranho nessa relação laboral?

O espanto teórico não é nenhum espanto político. Por um motivo muito simples: escancara-se agora o que a terceirização sempre foi no cotidiano das relações de trabalho no Brasil: ferramenta de redução de custos, isenção de responsabilidades e desarticulação da classe trabalhadora. E, por se tratar de prática amplamente difundida (e que só tende a se alastrar com o novo dispositivo permissivo), revela-se interessante mencionar alguns indicadores da precarização da condição de trabalho e vida do trabalhador terceirizado.

O primeiro se refere ao salário. Dados apontam que a remuneração percebida pelo trabalhador terceirizado em dezembro de 2013 foi, em média, 24,7% menor do que a do trabalhador não terceirizado.¹⁹⁵ E é extremamente preocupante que agora haja uma chancela legal explícita à distinção salarial, ao se prever que “contratante e contratada poderão” (esse é

¹⁹⁵ DIEESE. **Terceirização e desenvolvimento:** uma conta que não fecha. Dossiê acerca do impacto da Terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos. Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014, p. 13.

o verbo) “estabelecer, se assim entenderem, que os empregados da contratada farão jus a salário equivalente ao pago aos empregados da contratante” (art. 2º da Lei 13.467/2017). Vê-se um direito que, para além de seu funcionamento como fetichismo e abstração de conflitos, prescreve expressamente a desigualdade, o que nos leva a pensar em paralelos com um direito próprio do movimento de acumulação primitiva, que serve para respaldar abertamente a violência e a espoliação.

Ainda, os trabalhadores terceirizados laboram, em média, três horas a mais por semana em relação ao não terceirizado. Isso sequer considera horas extras ou banco de horas, pois não fazem parte do levantamento realizado pelo MTE.¹⁹⁶ O trabalhador terceirizado também está mais sujeito a infortúnios no ambiente laboral (algumas das causas podem ser apontadas: falta de investimentos adequados em medidas de prevenção, não recebimento do devido treinamento, falta de cobrança da utilização do EPI...). As tomadoras acabam por transferir riscos inerentes ao processo laboral às contratadas, que, muitas das vezes, não dispõem de condições econômicas e/ou tecnológicas adequadas para geri-los.

Quanto à rotatividade, enquanto os trabalhadores não terceirizados permanecem, em média, 5,8 anos no seu posto de trabalho, para os terceirizados o tempo de permanência cai para 2,7 anos. A rotatividade dos terceirizados é de 64,4%, ao passo que a dos contratados diretamente é de 33%.¹⁹⁷

Por fim, o descumprimento reiterado de obrigações trabalhistas constitui uma das faces mais graves da terceirização, tendo como causa direta seu uso como mecanismo de redução de custos. É relativamente comum a ocorrência de calotes generalizados (especialmente quando se aproxima o fim do contrato de prestação de serviços), tanto no setor privado quanto no público. Com considerável frequência, são contratadas sociedades sem capital de giro adequado, e os atrasos nos repasses tendem a implicar atrasos no cumprimento das obrigações trabalhistas – o que inclui até mesmo o pagamento de salários, em uma ilegal transferência dos riscos do negócio ao empregado.

O terceiro ponto que havíamos mencionado atine aos expedientes de fragmentação da classe trabalhadora. É a velha tática capitalista, e que parece funcionar bem, de cindir a classe que depende do trabalho, seja minando suas possibilidades de organização coletiva, seja colocando-a contra si própria. Vale mencionar, antes de mais nada, que a tendência de que a terceirização de serviços e o contrato intermitente se alastrem a praticamente todas as relações

¹⁹⁶ Idem, p. 15.

¹⁹⁷ Idem, p. 15.

de trabalho já indica, por si só, as dificuldades que a luta coletiva dos trabalhadores enfrentará no futuro próximo.

Para além desse diagnóstico, outras observações podem ser levantadas. A fragilização da representação sindical inevitavelmente se fará sentir também pela fragilização econômica decorrente do fim da contribuição sindical obrigatória (com a alteração do artigo 579 da CLT, que previa a existência de uma contribuição a ser recolhida de todos os integrantes da categoria, agora é preciso haver autorização prévia e expressa).

Ainda, a reforma criou a figura que se convencionou chamar de “alto empregado” (§ único do art. 444 da CLT), permitindo a livre estipulação individual das relações contratuais, a sobrepor-se até mesmo a negociação coletiva e a dispositivo legal, em caso que envolva empregado com diploma de nível superior e salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Trata-se de mais um instrumento de cisão da classe trabalhadora.

Criou-se, ademais, uma comissão de representantes dos trabalhadores (sem vínculo sindical) para promover entendimento direto com o empregador em empresas com mais de 200 empregados (art. 510-A, CLT). Nota técnica elaborada pelo DIEESE alerta que as atribuições do representante ou da comissão de representantes acabam por concorrer com as do sindicato. Por não haver previsão de garantias legais próprias do sindicato, “é difícil acreditar que poderão, de maneira equilibrada, exercer funções de fiscalização das condições de trabalho e negociação dos conflitos inerentes à relação capital e trabalho.”¹⁹⁸

Outro aspecto problemático relativo ao tema da organização coletiva se refere à extinção da obrigatoriedade de assistência do sindicato ou do Ministério do Trabalho no caso de rescisão contratual de empregado com mais de um ano no emprego (essa disposição estava presente nos parágrafos 1º, 3º e 7º do art. 477 da CLT), o que fragiliza o trabalhador e o deixa, obviamente, mais suscetível a pressões.

Em resumo, a assim chamada reforma trabalhista brasileira se configura como medida de austeridade grave ao extremo, que tende, dada sua intensidade, a funcionar como teste para o capitalismo global. Tendo por fundo ideológico a falácia da modernização das relações de trabalho, bem como da autonomia da vontade e da igual liberdade entre partes que, sabemos, são concretamente desiguais, pauta-se na negação discursiva do conflito capital-trabalho. Isso

¹⁹⁸ DIEESE. **A Reforma Trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil**. Nota Técnica nº 178, maio de 2017, p. 11. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.pdf>>. Acesso em 9 jul. 2018.

implica negar a própria exploração do trabalho e, portanto, chancelar um recrudescimento sem precedentes da precarização histórica e estrutural das relações laborais brasileiras.

3. A CONTESTAÇÃO DO DISCURSO DE CRISE DA SOCIEDADE DO TRABALHO PELO SAMBA

*Se o operário soubesse
Reconhecer o valor que tem seu dia
Por certo que valeria
Duas vezes mais o seu salário*

[...]

*Abafa-se a voz do oprimido
Com a dor e o gemido
Não se pode desabafar*

*Trabalho feito por minha mão
Só encontrei exploração
Em todo lugar¹⁹⁹*

O samba, enquanto manifestação cultural, insere-se na materialidade das relações sociais e produz sociabilidade. Também o conflito capital-trabalho nela se insere. Buscar suas interconexões não significa, de forma alguma, reduzir um ao outro, tampouco significa traçar determinantes e determinações. Implica, na verdade, entender como a produção de ideologia, a partir do jogo entre discursos hegemônicos e contra-hegemônicos, opera certas formas de conceber o mundo e suas relações materiais.

Assim, quando se parte da hipótese de que o samba carioca, historicamente, se colocou em frente de resistência com relação à ideologia hegemônica que propugna a abstração das assimetrias em uma realidade marcada por desigualdades gritantes (capítulo 1 deste trabalho), especialmente no que toca à ideologia da superação do trabalho vivo, não se quer dizer, em absoluto, que ele esteja fora dessas mesmas relações, muito menos que ele seria um exemplo de uma espécie de frente externa. A produção de ideologia contra-hegemônica não é exterior à materialidade das relações sociais; pelo contrário, as constitui e nelas produz efeitos.

Neste último capítulo, a ideia é dar especial atenção para o período histórico e para a temática social que norteou o capítulo anterior, com a contribuição do resgate cultural do primeiro capítulo: virada para o último quarto do século XX (e seus reflexos no contexto

¹⁹⁹ PORTUGUÊS, Alfredo; CARTOLA; SARGENTO, Nelson. O samba do operário. In: SARGENTO, Nelson. **Cartola entre amigos**. Rio de Janeiro: Funarte, 1984. Faixa 2.

hodierno) e a difusão do discurso ideológico hegemônico que vende a superação da centralidade do trabalho vivo na sociedade contemporânea e que, em última análise, se funda na negação discursiva do conflito capital-trabalho e das desigualdades que dele resultam.

Assim, aqui não se fala em ideologia em um sentido fantasmagórico, como se fosse uma abstração que pairasse no ar sem base nem repercussões materiais. Ao contrário, toma-se ideologia enquanto construção de sociabilidade, que se insere na materialidade das relações sociais de forma muito concreta: seja justificando e consolidando o estado de coisas desigual vigente, seja contestando-o e buscando produzir novas correlações de forças.

O capítulo pretende, portanto, cruzar os dois capítulos anteriores e atar as pontas desse entrelaçamento, tendo como cerne a seguinte questão: como o samba carioca, tomando-se, sobretudo, o período histórico da virada para o último quarto do século passado (bem como seus reflexos na produção cultural atual), se constituiu enquanto potencial de contestação ao discurso hegemônico da superação do trabalho vivo e das desigualdades que lhe subjazem? E não se pretende perquiri-lo, de forma alguma, com base em uma espécie de relação de exemplificação ou catalogação. As obras aqui abordadas não são “exemplos” de uma hipótese de pesquisa, mas potência e materialidade em si mesmas.

Para tanto, será tomada como base, em um primeiro momento, a obra de dois sambistas cuja potência contestatória ao *status quo* é tão significativa que tendeu a ocasionar a quase completa invisibilização e marginalização de suas produções artísticas (entendendo-se produção em sentido amplo, enquanto composição e também interpretação): Bezerra da Silva e Candeia. Outro fator que contribuiu para a escolha dos dois foi o período histórico em que suas obras se inserem: anos 1970 em diante, momento que coincide com o alastramento da desregulamentação das relações de trabalho e com a difusão da falácia do fim da centralidade do trabalho vivo (e, conseqüentemente, das desigualdades que pressupõe), e que nos interessa diretamente para os fins desse estudo.

Na sequência, o capítulo parte para a análise do *Samba do trabalhador*, como não poderia faltar, recorrendo a fontes que reconstroem, em alguma medida, os seus caminhos: a ideia que o inspirou, sua criação e sua cotidianidade. Um samba às segundas-feiras, durante o dia, dedicado a trabalhadores, é a mais completa subversão de toda lógica vital que rege aquilo que entendemos como trabalho (o trabalho alienado). A aparente contradição se desmorona se tomarmos em conta a amplitude do conceito *trabalho*.

Por fim, a pesquisa passa pela mais popular manifestação cultural carioca, cuja história se confunde com a própria história do samba: o carnaval. *Vai passar!* Por entre as marchinhas do carnaval de rua e os sambas de enredo dos desfiles, lá está o samba, invertendo, nem que

seja por quatro dias, os papéis da hierarquia social que vige durante o resto do ano. A irreverência da marchinha e a multiplicidade artística dos sambas entoados nos desfiles dão o tom de uma produção cultural potente capaz de pôr de cabeça para baixo as abstrações de igualdade de uma sociedade abertamente desigual.

Patrão, o trem atrasou
 Por isso estou chegando agora
 Eu trago aqui um memorando da Central
 O trem atrasou meia hora
 O senhor não tem razão pra me mandar embora!

Senhor, tenha paciência
 Precisa compreender
 Sempre fui obediente
 Cumpridor do meu dever
 Um atraso é muito justo
 Quando há explicação
 Sou um chefe de família
 Preciso ganhar o pão²⁰⁰

3.1. Bezerra da Silva e a voz dos despossuídos

Bezerra da Silva, o “poeta operário”, à moda de um Maiakóvski carioca, cantou a pedra: “ganha mais quem nada faz; menos ganha quem produz”. A máxima era uma crítica à pauperização dos compositores em detrimento do lucro dos chamados cartolas do ramo empresarial. Nessa lógica deturpada, o compositor, que “canta a tristeza e fala a verdade”, “pinta o sofrimento maior que o salário”.²⁰¹

Com a consciência de ser o porta-voz do morro, daquele que “não tem direito à defesa, só tem direito de ouvir – ‘marginal, ladrão, safado’”²⁰², Bezerra da Silva escancarou uma sociedade hipócrita e abissalmente desigual. Certo de que a cultura popular pode construir linguagens contra-hegemônicas, fez da música a arte de dizer cantando aquilo que o morro gostaria (e não pode) de dizer falando.²⁰³

Quando os escravos, quilombolas, queriam traçar um plano de fuga, usavam gírias para os senhores não entenderem. É justamente, hoje, o que os intelectuais fazem com a gente. Eles vão para a escola, aprendem o *revertere ad locum tucum, burugudum, data vênia*. E aí chegam, falam com você o dia inteiro, chamam você do que querem e você não entende nada. [...] Então, o que a gente faz? A gente também

²⁰⁰ VILARINHO, Artur; SILVA, Estanislau; JÚNIOR, Francisco da Silva Fárrea. O trem atrasou. In: CARRILHO, Altamiro. **Altamiro Carrilho e sua bandinha na TV – n° 2**. Rio de Janeiro: Copacabana, 1941. Faixa 7.

²⁰¹ ROMILDO; ALBERTO, Nei. O poeta operário. In: SILVA, Bezerra da. **Eu não sou santo**. Rio de Janeiro: BMG-Ariola, 1990. Faixa 12.

²⁰² Depoimento de Bezerra da Silva ao documentário **Onde a coruja dorme**, de Simplício Neto e Márcia Derraik (TvZERO, 2002).

²⁰³ Idem.

pode conversar com o doutor do mesmo jeito, ele ficar o dia inteiro sentado e não entender nada também.²⁰⁴

Observa Eduardo Granja Coutinho que Bezerra da Silva “atualiza o tema da malandragem”, uma vez que a “linguagem malandra, escorregadia, crítica, permanece viva na fala do homem comum, expressando uma visão de mundo não hegemônica que irrompe nas frestas do discurso dominante”.²⁰⁵ Uma visão de mundo que, literalmente, dá voz à vida da favela, aos compositores trabalhadores que encontraram em Bezerra um intérprete de seus versos reais.

Trata-se, de fato, de temática recorrente nas obras de seu repertório. Sobre o recurso da malandragem “como opção de vida e como tema de composição”, anota Amaílton Magno Azevedo que, no imaginário dos sambistas, isso diz respeito tanto à negação da escravidão e das formas degradantes de trabalho, quanto à possibilidade de experimentar uma liberdade enquanto “recusa do trabalho-livre-urbano-industrial como fuga e resposta à exploração do trabalho”. A representação glamourosa do malandro convive, não obstante, com “um sofrimento social quase que constante, pois sobrevive das migalhas desse mesmo sistema o qual abomina”.²⁰⁶

Coutinho apresenta um rol de algumas obras, dentre as integrantes do repertório interpretado por Bezerra, que revelam a ligação direta com a temática do discurso contra-hegemônico, escancarando as feridas de uma sociedade abertamente desigual: em “Preconceito de cor” (Naval, G. Martins. LP *Justiça Social*, RCA Victor, 1987), aborda-se o racismo; em “Pega eu” (Crioulo Doido. CD *Bezerra da Silva ao vivo*, CID, 1999), a miséria; em “Na hora da dura” (Beto Pernada, Simões. LP *Justiça Social*, RCA Victor, 1987), a violência policial; em “A semente” (Roxinho, Tião Miranda, Felipão, Walmir da Purificação, LP *Justiça Social*, RCA Victor, 1987) e “Tem coca aí na geladeira” (Regina do Bezerra, CD *Malandro é malandro, mané é mané*, Atração, 2000), a questão das drogas; dentre outras.

A marginalização de que é alvo, acompanhada do não reconhecimento de sua obra e da tentativa constante de associação de sua figura e de seu repertório à bandidagem, é fruto de uma sociedade que segrega e que não admite a contestação de seus padrões de desigualdade. O silenciamento simbólico de sua produção artística é o silenciamento duplo daquele que se encontra excluído e alijado de qualquer possibilidade de fazer valer sua voz. Em suas

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ COUTINHO, Eduardo Granja. *Bezerra da Silva: malandragem, marginalidade e contra-hegemonia*. In: BRAZ, Marcelo (Org.). **Samba, Cultura e Sociedade: sambistas e trabalhadores entre a questão social e a questão cultural no Brasil**. Op. Cit., p. 141.

²⁰⁶ AZEVEDO, Amaílton Magno. **Sambas, quintais e arranha-céus: as micro-áfricas em São Paulo**. São Paulo: Olho d'Água, 2016, pp. 93/4.

palavras: “Eu sou um trabalhador sofrido, lutando contra um capitalismo selvagem. [...] Enquanto eu viver, vou ser uma pedra no sapato deles”.²⁰⁷

A descrença com “os homens da lei” e sua atuação se reflete em muitas das composições que interpreta. A convicção de que a lei está do lado dos mais ricos e de que é utilizada para reforçar a marginalização social de setores excluídos e o estereótipo que sobre eles recai, é temática constante, assim como o é a criação de laços e de uma consciência comunitários entre os oprimidos (“eu assino embaixo, doutor / por minha rapaziada / são os crioulos do morro, mas ninguém roubou nada / isto é preconceito de cor [vou provar ao senhor]”,²⁰⁸).

A esperança na justiça do outro plano é o que resta ao operário, que, nem em sonho, pode se libertar das amarras de uma vida de subjugação e exploração. Quando acorda, é condenado à morte todos os dias; quando dorme, também o é. Condenado e enviado ao inferno pela elite, o diabo é didático na explicação sobre como funcionam as leis na terra: só são aplicadas aos despossuídos.

O operário sonhou
Que a elite condenou ele a morte
Depois lhe mandou pro inferno
Você é pobre favelado e não tem muita sorte

[...]

Olha que na continuação de seu sonho
Ele encontrou várias autoridades
[...]
Foi aí que o chifrudo chefe deu aquela explicação
Lá na justiça da terra
Vocês não devem nada a ninguém
Porque a lei dos homens é somente aplicada
Em cima daqueles que nada têm

Mas a justiça divina
Não tem jeito de enganar
Nem o poderoso dólar dos senhores
Lá não consegue subornar

[...]

Vocês na vida material
Abusaram muito do poder e do nome
Fizeram injustiça com os trabalhadores

²⁰⁷ Falas de Bezerra publicadas em: VIANNA, Letícia C. R. **Bezerra da Silva: produto do morro: trajetória e obra de um sambista que não é santo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 39.

²⁰⁸ NAVAL; MARTINS, G. Preconceito de cor. In: SILVA, Bezerra da. **Justiça Social**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1987. Faixa 11.

E milhares de crianças mataram de fome²⁰⁹

No cerne de todas estas composições, está a plena consciência de que as finalidades punitivas da lei se aplicam seletivamente: “por que o senhor não mete o grampo / no pulso daquele colarinho-branco / roubou o ouro de toda Serra Pelada / somente o doutor que não sabe de nada”. Ao colarinho-branco, àquele “que só anda de terno”, o ferro da lei não marca, “seu nome não vai pro caderno”. Afinal, “a lei só é implacável pra nós favelados.”²¹⁰

E a elite é caracterizada nas composições, de forma aberta, como o grupo social que não só tem o privilégio de passar longe da seletividade da lei penal, mas que também nada produz e sobrevive por meio da exploração da massa de oprimidos. A linha de continuidade entre a opressão colonial e a opressão de classe e de raça hodierna é o tema de *É ladrão que não acaba mais*: afinal, “ainda tiraram o couro / do povo / desta terra original...” E segue: “mas o povo / continua escravizado / os direitos são os mesmos / desde os séculos passados / o Marajá / ele só anda engravatado / não trabalha, não faz nada / mas tá sempre endinheirado...”²¹¹

A ligação entre o direito e a reprodução histórica da desigualdade social fica muito evidente em várias composições de seu repertório: desde a seletividade da lei (sobretudo, da lei penal colocada a serviço da criminalização dos negros e dos mais pobres) aos aparatos jurídicos que permitem que, “desde os séculos passados”, permaneça a classe trabalhadora brasileira escravizada e espoliada. Afinal, é preciso sustentar o marajá que não faz nada.

De forma muito mais direta que toda gama de intelectualismos que se debruçam sobre a suposta superação ou não do trabalho vivo do cerne da organização social, e sobre os expedientes de abstração e de construção de discursos hegemônicos, o samba manda seu recado: “posso falar de cadeira / minha gente é trabalhadeira / nunca teve assistência social / ela só vive lá / porque para o pobre não tem outro jeito / apenas só tem o direito / a um salário de fome e uma vida normal”²¹²

Quando o destino me pisa, o barraco desliza
Sou quase um defunto
E se escapo e não corro me expulsam do morro
Pra outro conjunto

Pego o trem de madrugada

²⁰⁹ BUTINA, Pedro; MENINÃO, Walter. Sonho de operário. In: SILVA, Bezerra da. **Se não fosse o samba**. Rio de Janeiro: BMG-Ariola, 1989. Faixa 3.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ CAVACO, Ari do; MANGUEIRA, Otacílio. **É ladrão que não acaba mais**. In: SILVA, Bezerra da. **Eu tô de Pé**. Rio de Janeiro: Universal, 1998. Faixa 3.

²¹² MOSCA, Sérgio; PORTELA, Noca da. Eu sou favela. In: SILVA, Bezerra da. **Presidente Caô-Caô**, Rio de Janeiro: BMG Ariola, 1992. Faixa 2.

Em cada parada não tem solução
 Meu verdadeiro endereço
 É rua do avesso lá na construção

O operário brasileiro é mesmo agulha
 Que costura e fica nua
 Trabalha de janeiro a janeiro
 Passa fome e mora na rua

[...]

Nem dá pra esquentar a cama
 Atleta sem fama, sou banda sem nome
 Eu sou apenas mais um que não tenho nenhum
 Meu salário é de fome
 O trem me pega na esquina e em cada marmitta
 A comida só mingua
 Já não tenho pro café e só provo filé
 Quando mastigo a língua²¹³

Essa é a vida do operário. Que pega o trem com a marmitta minguada, que recebe um salário de fome. Que aguarda a justiça divina, porque, se depender da dos homens, a lei lhe será sempre ferro e jamais reparação. A desigualdade e a exploração, a este operário que é como agulha que só costura, são muito nítidas. A quem trabalha de janeiro a janeiro, e pega o trem lotado baldeando por aí, não faz sentido cogitar a descentralização do trabalho. Estivesse o trabalho superado, não precisaria vendê-lo e ter como endereço a rua do avesso lá da construção. Simples assim.

As obras que compõem o repertório de Bezerra da Silva, pela forma de expressão direta e sem rodeios, que escancara sem papas na língua as desigualdades de uma sociedade marcada por uma abissal opressão de raça e de classe, podem ser comparadas ao que representa, na literatura escrita, a obra de Lima Barreto. Talvez por isso os dois tenham incomodado tanto as elites de suas respectivas épocas. E ainda incomodam bastante, o que reflete, em boa medida, na praticamente completa invisibilização de seus trabalhos.

Ainda, a produção historicamente situada e comprometida com a realidade de seu tempo perfaz material obrigatório para quem quer entender um pouco as dinâmicas sociais e os personagens que são sistematicamente excluídos da historiografia contada pelos vencedores. Ah, se Deus desse asa à cobra... “a cozinheira ia pra sala / e a madame pra cozinha / servente seria chefe / soldado seria tenente / chefe ia trabalhar lá na vaga do servente.”²¹⁴

²¹³ ROMILDO; ALBERTO, Nei; SHOW, Édson. Vida de operário. In: SILVA, Bezerra da. **Violência gera violência**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1988. Faixa 3.

²¹⁴ VIOLA, Cosme da; PANDEIRO, Darci do. Asa à cobra. In: SILVA, Bezerra da. **Samba partido e outras comidas**. Rio de Janeiro: RCA Vik, 1981. Faixa 1.

3.2. Candeia e a crítica das promessas liberais

Mora na filosofia
Morou, Maria!
Morou, Maria?
Morou, Maria!

Pra cantar samba
Não preciso de razão
Pois a razão
Está sempre com os dois lados

Amor é tema tão falado
Mas ninguém seguiu
Nem cumpriu a grande lei
Cada qual ama a si próprio
Liberdade e Igualdade
Onde estão não sei ²¹⁵

A precisa frase retórica que finda a terceira estrofe questiona onde estão a liberdade e a igualdade, as promessas liberais mais esperadas. O título da composição, *Filosofia do Samba*, e também sua temática, remontam à *Filosofia* que Noel e André Filho compunham quatro décadas antes: “o mundo me condena, e ninguém tem pena / falando sempre mal do meu nome / deixando de saber se eu vou morrer de sede / ou se vou morrer de fome / mas a filosofia hoje me auxilia / a viver indiferente assim”.²¹⁶

A recepção dos ideais burgueses tão prometidos pelo liberalismo (e a negação do conflito capital-trabalho é passível, perfeitamente, de aí ser inserida), ao pisar neste chão social e encontrar as condições de desigualdades extremas advindas de um contexto de exploração histórica, não pode simplesmente funcionar enquanto abstração de igualdade – muito embora não prescindia, de forma alguma, do fetichismo da abstração. Se assim o fosse, as contradições, de tão patentes, esgarçariam a tecitura dos fios artificiais do fetiche.

Para além de uma mera abstração de conflitos e do forjamento de uma aparência de igualdade, tais discursos exercem aqui, num cenário de dependência e de exploração sistemática, funções sociais muito concretas: legitimar a desigualdade abissal e justificar sua perpetuação (e até mesmo sua intensificação). No caso das relações de trabalho, por exemplo, o discurso liberal da superação do trabalho vivo não só nega a assimetria do conflito capital-trabalho, como também legitima a repetição e o agravamento de processos de espoliação da classe trabalhadora.

²¹⁵ CANDEIA. *Filosofia do Samba*. In: VIOLA, Paulinho da. **Paulinho da Viola**. Rio de Janeiro: Odeon, 1971. Faixa 5.

²¹⁶ ROSA, Noel; FILHO, André. *Filosofia*. In: BUARQUE, Chico. **Sinal fechado**. Rio de Janeiro: Philips, 1974. Faixa 3.

A construção de discursos contra-hegemônicos a partir da cultura (e especialmente, para os fins desse estudo, do samba) não se opera de forma linear, como uma espécie de resposta programada. Afinal, “o sambista não precisa ser membro da academia / ao ser natural em sua poesia / o povo lhe faz imortal”.²¹⁷ E muito menos de forma catalogar, como se fosse um exemplo de algo, vez que uma classificação nesses moldes implicaria reduzir a potência e a materialidade da expressão cultural. Como cantou Candeia, “não, não basta ter inspiração / não basta fazer uma linda canção / pra cantar samba se precisa muito mais / o samba é lamento, é sofrimento, é fuga dos meus ais”.²¹⁸ Não basta ter inspiração.

Guilherme Ferreira Vargues, ao propor uma espécie de recorte dos momentos históricos na trajetória das escolas de samba (que se dividiriam em tempos “de luta por integração”, “de afirmação”, “do mecenato, jogo do bicho e da academia” e de “dualização de projetos”²¹⁹), observa que Candeia teria surgido na terceira fase. Anota que, “em um primeiro momento, ele está com a trupe mais tradicional do samba; em outro, seu engajamento constrói um rompimento com a marcha de espetacularização da festa carnavalesca”²²⁰, o que reflete na sua própria produção musical: de sambas nacionalistas, passa a compor sambas mais explicitamente questionadores.

De fato, há que se ter cuidado para não reduzir a potência contestatória da cultura a suas expressões mais evidentes, sob pena de cair em dicotomias simplistas. Mas, de toda forma, é preciso reconhecer que há, sim, uma diferença profunda em termos de produção musical, de envolvimento político e de efeitos sociais entre os dois momentos que norteiam suas composições. Entre os sambas desta segunda “fase”, diretamente ligados a questões sociais relativas à exclusão e à opressão, merece destaque central, sem dúvidas, o *Dia de graça* (1978):

Vamos esquecer os desenganos (que passamos)
 Viver alegria que sonhamos (durante o ano)
 Damos o nosso coração, alegria e amor a todos sem distinção de cor
 Mas depois da ilusão, coitado
 Negro volta ao humilde barracão
 Negro, acorda, é hora de acordar
 Não negue a raça
 Torne toda manhã dia de graça
 Negro, não se humilhe nem humilhe a ninguém
 Todas as raças já foram escravas também

²¹⁷ CANDEIA. Testamento de partideiro. In: PORTELA, Doca da. **Candeia**. Rio de Janeiro: Funarte, 1988. Faixa 10.

²¹⁸ CANDEIA. Pintura sem arte. In: CANDEIA. **Axé! Gente amiga do samba**. Rio de Janeiro: WEA, 1978. Faixa 1.

²¹⁹ VARGUES, Guilherme Ferreira. *Sambando e lutando: as escolas de samba do Rio de Janeiro e as trajetórias de Paulo da Portela e Antonio Candeia*. In: BRAZ, Marcelo (Org.). **Samba, Cultura e Sociedade: sambistas e trabalhadores entre a questão social e a questão cultural no Brasil**. Op. Cit., pp. 208/9.

²²⁰ Idem, p. 209.

E deixa de ser rei só na folia
 E faça da sua Maria uma rainha todos os dias
 E cante o samba na universidade
 E verás que seu filho será príncipe de verdade
 Aí então jamais tu voltarás ao barracão²²¹

Nascido em Oswaldo Cruz, cresceu sob influência da tradição da Portela, onde ganhou seu primeiro samba, com apenas 17 anos, em parceria com Altair Marinho. O ano era 1953, época em que predominavam os enredos de cunho nacionalista, e com as “Seis Datas Magnas”²²² não seria diferente: Tiradentes, Dom Pedro, Deodoro e Floriano são figuras com presença garantida, dando o tom do samba de exaltação à pátria. Após se tornar policial, cuja fama de linha dura é anotada em praticamente todos os escritos sobre sua vida, Candeia é atingido por uma bala e fica paraplégico. Esse marco o leva, tempos depois, a se dedicar inteiramente ao samba e às questões sociais, sobretudo às ligadas ao movimento negro.

Frustrado com o movimento de espetacularização de natureza midiática e empresarial que atingia as escolas de samba, resolve fundar a escola *Grêmio Recreativo de Arte Negra Quilombo* em 1975. No manifesto *Escola de Samba: árvore que esqueceu a raiz*, escrito por João Baptista Vargens e prontamente circulado por Candeia, estava traçado o norte para a agremiação: “Estou chegando... Venho com fé. Respeito mitos e tradições, trago um canto negro. Busco a liberdade. Não admito moldes! [...] Não sou radical; pretendo apenas salvaguardar o que resta de uma cultura.”²²³

Pouco antes de seu afastamento da Portela, os então diretores do departamento cultural da escola (Candeia, André Motta Lima, Carlos Sabóia Monte, Cláudio Pinheiro e Paulinho da Viola) resolveram encaminhar, em março de 1975, uma carta ao presidente Carlinhos Maracanã, com sugestões para que a escola voltasse a ter seu lugar de liderança, propugnando a defesa de valores ligados à preservação da tradição e da autenticidade cultural, bem como à fidelidade às origens. “Escola de samba é povo na sua manifestação mais autêntica! Quando o samba se submete a influências externas, a escola de samba deixa de representar a cultura de nosso povo”.²²⁴ A ausência de resposta ao documento teria sido o estopim para a dissidência.

Da manhã quero os raios do sol
 Quero a luz, que ilumina e conduz

²²¹ CANDEIA. Dia de graça. In: CANDEIA. **Candeia**. Rio de Janeiro: Equipe, 1970. Faixa 1.

²²² CANDEIA; MARINHO, Altair. Seis Datas Magnas. In: PORTELA, Velha Guarda da. **Candeia**. Rio de Janeiro: Funarte, 1988. Faixa 9.

²²³ CUNHA, Ana Cláudia da. **O Quilombo de Candeia**: Um teto para todos os sambistas. Rio de Janeiro: FGV – CPDOC – Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, orientada por Marly Silva da Motta, 2009, p. 112.

²²⁴ Disponível em: CANDEIA & ISNARD. **Escola de samba: árvore que esqueceu a raiz**. Rio de Janeiro: Lidador; Seec, 1978 (Citado por: VARGUES, Guilherme Ferreira. **Sambando e lutando**: as escolas de samba do Rio de Janeiro e as trajetórias de Paulo da Portela e Antonio Candeia. Op. Cit., p. 210) e VARGENS, João Batista M. **Candeia**: luz da inspiração. Rio de Janeiro: Almádena, 1987. pp. 67-71.

A magia e a fascinação
 Voa um poeta, nas asas da imaginação
 A imagem é livre e aberta
 À imagem do seu criador
 Samba é a verdade do povo
 Ninguém vai deturpar seu valor,
 Canto de novo

Canto com os pés no chão
 Com coração, canta meu povo
 Meu samba é bem melhor assim
 Ao som deste pandeiro
 E do meu tamborim²²⁵

Candeia se faz o anverso do discurso de integração racial que outrora usara Paulo da Portela como estratégia de aceitação social do samba, muito embora não fosse alheio ao fato de que momentos e conjunturas históricas diversas requerem estratégias próprias. Fez-se, portanto, o anverso da proposta do terno fino como mote para o reconhecimento de um sambista dito civilizado. Em entrevista dada em conjunto com Paulinho da Viola para o *Correio Braziliense*, em janeiro de 1978, foi direto ao ponto: “com toda sinceridade, mal comparando, não vou dar uma de Pelé, cruzar os braços e dizer que tá tudo bom, uma democracia bonita, e tal, igualdade, tudo joia, certo?”²²⁶

O discurso da democracia bonita, da igualdade, do tudo certo, é a tecla em que bate Candeia – e que nos interessa diretamente. As grandes abstrações liberais de liberdade e igualdade, uma vez importadas a um contexto de desigualdade extrema, encontram aqui terreno ainda mais íngreme. Forjar a aparência de igualdade em uma sociedade abertamente desigual é tarefa que os aparatos discursivos hegemônicos não podem cumprir senão com uma boa dose de autoritarismo (tanto privado quanto de Estado).

Nosso enredo já não é segredo de ninguém
 Mas temos medo
 Pois o samba, custe o que custar
 Vai ganhar
 E vai levar a melancolia
 Desta vida desigual
 A razão da alegria
 Do povo é samba, é carnaval²²⁷

O Arquivo Nacional, em trabalho de recuperação e digitalização de músicas censuradas durante o regime militar, disponibilizou a letra original de *Morro do Sossego*, de

²²⁵ CANDEIA. Nova escola. In: CANDEIA. **Luz da inspiração**. Rio de Janeiro: WEA, 1977. Faixa 5.

²²⁶ Entrevista de Candeia e Paulinho da Viola em: RABELLO, João Bosco. **Escola de samba**. Cultura popular. *Correio Braziliense*. Suplemento Especial. 22/01/1978. Disponível em: VARGUES, Guilherme Ferreira. *Sambando e lutando: as escolas de samba do Rio de Janeiro e as trajetórias de Paulo da Portela e Antonio Candeia*. In: BRAZ, Marcelo (Org.). **Samba, Cultura e Sociedade: sambistas e trabalhadores entre a questão social e a questão cultural no Brasil**. Op. Cit., p. 213.

²²⁷ CANDEIA. A hora e a vez do samba. In: CANDEIA. **Raiz**. Rio de Janeiro: Equipe, 1971. Faixa 5.

Candeia e Arthur José Poener, vetada em 1971 (sob a justificativa expressa de “incentivar a luta de classes”) e gravada em 1988 por Cristina Buarque.²²⁸ A mensagem da letra era direta e dizia o seguinte: “Tô quieto, sossegado / qui num vô mais trabaiá / nasci pra sê humiado / é mais negócio deitá / vou deitá até rolá / e sinhá pra melhorá / ninguém vai me escravizá / não vô sê esvaziado / prô meu patrão engordá / homem não consome homem”.²²⁹

O escancaramento de uma realidade pautada por assimetrias extremas, em que homens consomem homens, por meio da exploração e da humilhação de seus semelhantes, não poderia incomodar mais o *status quo*. O fio condutor de suas obras da maturidade – qual seja, o questionamento das abstrações burguesas de liberdade e igualdade – encontra em *Morro do Sossego* um desdobramento que nos interessa de perto: o desvelamento explícito da falácia da negação do conflito capital-trabalho.

A única liberdade possível é a liberdade do samba, no samba e para o samba. Que não é forjada, como a outra, mas, sim, alicerçada na materialidade do pranto, do desencanto e do canto: “eu digo e até posso afirmar / vive melhor quem samba / [...] / a liberdade dos prantos / e dos desencantos que a vida nos deu / a liberdade que canto é amor, é esperança / pra quem já sofreu / cada qual que olhar para trás / verá que sempre há uma razão de viver”.²³⁰

Nem a morte precoce, nem a barbárie de uma sociedade fundada na exploração e no genocídio de seu povo, nem a mercantilização das escolas de samba, nem quaisquer discursos hegemônicos serão capazes de fazer a chama se apagar, como cantou Luiz Carlos da Vila: “a chama não se apagou / nem se apagará / és luz de eterno fulgor, Candeia / o tempo que o Samba viver / o sonho não vai se acabar / e ninguém irá esquecer, Candeia.”²³¹

3.3. Samba do trabalhador: um samba-trabalho às segundas-feiras

“De qualquer maneira, a escolha irônica da segunda-feira para festejar o e no Samba do Trabalhador foi um tremendo achado”, diz Aldir Blanc na apresentação de *Segunda-feira: a história do Samba do Trabalhador*.²³² De fato, a segunda-feira é o dia que marca o começo

²²⁸ CANDEIA; POENER, Arthur. Morro do Sossego. In: BUARQUE, Cristina. **Candeia**. Rio de Janeiro: Funarte, 1988. Faixa 2.

²²⁹ Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/na-midia/400-acervo-de-documentos-da-ditadura-militar-2.html>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

²³⁰ CANDEIA. Viver. In: CANDEIA. **Candeia**. Rio de Janeiro: Equipe, 1970. Faixa 7.

²³¹ VILA, Luiz Carlos da. O sonho não acabou. In: CARVALHO, Beth. **Sentimento brasileiro**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1980. Faixa 10.

²³² BRUNET, Daniel. **Segunda-feira: a história do Samba do Trabalhador**. Op. Cit., p. 12.

do fardo semanal do trabalhador, contrastando com a ironia fina de uma festa dedicada a este mesmo trabalhador. Como sambar se se tem que trabalhar?

Tudo começou com a fundação do Renascença Clube em fevereiro de 1951, no Lins de Vasconcelos, Zona Oeste do Rio, como símbolo de resistência negra e feminina: os vinte e nove fundadores negros, dentre os quais dezoito eram mulheres, constantemente excluídos como sócios em outros clubes da cidade em virtude do preconceito, uniram-se para criar o clube que, sete anos depois, teria sua sede transferida para a Rua Barão de São Francisco. Rodas de samba e outros grandes eventos transformariam o clube em reduto cultural, tendo sido encenada ali uma versão de *Orfeu Negro* em 1973.²³³

Em junho de 2001, após reiteradas manifestações do Ministério Público e queixas de vizinhos acerca do barulho produzido, foi proferida decisão judicial determinando a interdição total do clube. “Cerca de quatro meses depois de festejar seus 50 anos, o Renascença Clube desligou o som e apagou as luzes. Coube à Justiça do Rio fechar os portões de um dos principais palcos culturais da Zona Norte do Rio”.²³⁴

Nova decisão judicial, proferida um ano depois, em sede de recurso, permitiria a reabertura do clube, e inúmeros braços trabalharam na reabilitação do espaço. Eventos menores, limitação de horários, tudo foi pensado com muita cautela para evitar novos imbróglis judiciais. Eis que surgiu a proposta, no começo de 2005, por José Roberto Gomes da Silva (irmão de Zeca Pagodinho), de levar para o local uma roda de samba que ocorreu até dezembro do ano anterior, às terças, em Vila Isabel.²³⁵

Teve início o projeto *Encontro dos bambas*, aos sábados, que passou a contar também, além do proponente, com Carlinhos Doutor, Sérgio Marba, Araquém Azeredo, Renato Milagres. Moacyr Luz, que fora se aproximando do grupo e do clube, sugeriria ao presidente, em meados de 2005, que fosse organizado um evento de roda de samba no clube às segundas-feiras, com início às 14h. A data e horário inusitados se justificariam por ser o dia da folga dos músicos, ideal para uma confraternização entre amigos.²³⁶

Os portões ficavam abertos, não se cobrava entrada. A roda foi montada no lugar em que ela é feita hoje: próxima à caramboleira. Quatro mesas de ferro, daquelas enferrujadinhas, como lembra Moacyr, foram armadas para receber os músicos. [...] Naquela tarde e noite da última segunda-feira de maio de 2005, cerca de 40 pessoas, entre músicos e ouvintes, viram a roda nascer. O bатуque começou às 14h e terminou às 20h. Foi um nascimento em grande estilo, com o microfone passando das mãos de Bandeira Brasil para as de Toninho Geraes, Tatinho da Mangueira, Paulinho da Aba, Marquinhos de Oswaldo Cruz, Gabriel Cavalcante, Abel Luiz e,

²³³ Idem, 15/6.

²³⁴ Idem, p. 23.

²³⁵ Idem, pp. 24-27.

²³⁶ Idem, pp.26-28.

claro, Moacyr Luz. [...] Desde então criou-se o rito de tocar “Poder da Criação” [...]. A música é sempre a última a ser tocada no Samba do Trabalhador.²³⁷

“Poder da criação”, composição de João Nogueira e Paulo César Pinheiro Carneiro, gravada no LP *Boca do Povo* de 1980, integra a conhecida e forte trilogia dos compositores, que conta ainda com “Súplica” e “Minha missão”. O tom de oração pauta a reflexão sobre o próprio ato criativo de quem vive pra cantar e canta pra viver, permeando e costurando, em delicada conexão, as três composições.

E por falar em saudade, e por falar em João, quem não se lembra de *Trabalhadores do Brasil* e *Canto do trabalhador*, também compostas em parceria com Paulo César Pinheiro? A aparente conformação de “vamos trabalhar sem fazer alarde”²³⁸ se desfaz em *Trabalhadores do Brasil*: “Êta vida, que vida dura, senhor! / [...] / E eu já bem velho aqui estou porteiro da indústria fabril / Não sei se sou bom cantador, mas deu pra traçar um perfil / da vida de um trabalhador dessa minha terra Brasil”.²³⁹

E por falar em saudade, e por falar em Paulo, quem não se lembra de *Canto das três raças*, composta com Mauro Duarte e eternizada na voz de Clara Nunes? Parece que até hoje, por entre correntes e cartões de ponto, ninguém ouviu o soluçar de dor pelos cantos do Brasil: “todo povo dessa terra / quando pode cantar / canta de dor / e ecoa noite e dia / é ensurdecedor / ai, mas que agonia / o canto do trabalhador... / esse canto que devia ser um canto de alegria / soa apenas como um soluçar de dor”.²⁴⁰

De volta à história do Samba do Trabalhador, a roda que engatou às segundas-feiras logo demandou um nome para que o evento pudesse ser divulgado. A ideia veio de Toninho Geraes, “que não gosta das coisas óbvias”: “Bota Samba do Trabalhador. Sabe por quê? Porque é ironia.”²⁴¹ A coincidência com o título da música *Samba do trabalhador*, gravada por Martinho da Vila em 1992, levou a um certo ressentimento do compositor Darcy da Mangueira – que nunca chegou, porém, a formalizar uma objeção.²⁴² Diz a música de Darcy:

Na segunda-feira eu não vou trabalhar (ê, ê, e, a)
 Na terça não vou pra poder descansar (ê, ê, e, a)
 Na quarta preciso me recuperar (ê, ê, e, a)
 Na quinta eu acordo meio-dia, não dá (ê, ê, e, a)
 Na sexta viajo pra veranejar (ê, ê, e, a)
 No sábado vou pra Mangueira sambar (ê, ê, e, a)

²³⁷ Idem, p. 30-32.

²³⁸ NOGUEIRA, João; PINHEIRO, Paulo César. Canto do trabalhador. In: NOGUEIRA, João. **Clube do samba**. Rio de Janeiro: Polydor, 1979. Faixa 5.

²³⁹ NOGUEIRA, João; PINHEIRO, Paulo César. Trabalhadores do Brasil. In: NOGUEIRA, João. **Boca do povo**. Rio de Janeiro: Polydor, 1980. Faixa 7.

²⁴⁰ PINHEIRO, Paulo César; DUARTE, Mauro. Canto das três raças. In: NUNES, Clara. **Canto das três raças**. Rio de Janeiro: Odeon, 1976. Faixa 1.

²⁴¹ BRUNET, Daniel. **Segunda-feira**: a história do Samba do Trabalhador. Op. Cit., p. 33.

²⁴² Idem, pp. 34/5.

Domingo é descanso e eu não vou mesmo lá (ê, ê, e, a)
 Mas todo fim de mês chego devagar (ê, ê, e, a)
 Porque é pagamento, eu não posso faltar (ê, ê, e, a)

[...]

Eu não sei por que tenho que trabalhar
 Se tem gente ganhando de papo pro ar
 Eu não vou, eu não vou
 Eu não vou trabalhar
 Eu só vou, eu só vou
 Se o salário aumentar²⁴³

No CD *Batucando*, de Moacyr Luz (2008), foi gravada a música *Samba pro Geraldo*, composta por Moacyr e Aldir Blanc em homenagem a Geraldo Pereira e ao próprio Samba do Trabalhador: “Geraldo Pereira, meu nego / [...] / Minha vida se acabou num samba / Num samba de roda que eu rodopiei / – Fiquei de pé, me segurei / Meu nego, Geraldo Pereira / Foi daí que eu inventei / Um samba na segunda-feira / No bom sincopado onde você é rei”.²⁴⁴ Moacyr Luz e Clarão também compuseram *A reza do samba*, sob a mesma inspiração: “Segunda-feira é das almas / É bom também de sambar / Tem uma vela pro santo / A outra é pra vadiar / [...] / O Ogan bate o tambor / Firma o ponto batuqueiro / Samba do Trabalhador / Um quilombo brasileiro.”²⁴⁵

3.4. Carnaval e potência contestatória

Chegamos, enfim, aos quatro dias de glória. Dias em que os papéis sociais se invertem, em que aquele que é explorado durante todos os outros dias do ano pode pôr a fantasia de rei, de pirata ou jardineira... pra tudo se acabar na quarta-feira?²⁴⁶

3.4.1. “Trabalhar, eu não”: a irreverência da marchinha

Você conhece o pedreiro Waldemar?
 Não conhece?
 Mas eu vou lhe apresentar

²⁴³ MANGUEIRA, Darcy da. Samba do trabalhador. In: VILA, Martinho da. **Martinho da Vila**. Rio de Janeiro: Sony Music, 1992. Faixa 1.

²⁴⁴ LUZ, Moacyr; BLANC, Aldir. *Batucando*. Samba pro Geraldo. In: LUZ, MOACYR. **Batucando**. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2008. Faixa 8.

²⁴⁵ LUZ, Moacyr; CLARÃO, Gustavo. *A reza do samba*. In: LUZ, Moacyr; Samba do Trabalhador. **Moacyr Luz e Samba do Trabalhador: 10 anos & outros sambas**. São Paulo: Ritmiza, 2015. Faixa 1.

²⁴⁶ VILA, Martinho da. Pra tudo se acabar na quarta-feira. Samba-enredo da Vila Isabel no carnaval de 1984. In: VILA, Martinho. **Martinho da Vila Isabel**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1984. Faixa 6.

De madrugada toma o trem da Circular
 Faz tanta casa e não tem casa pra morar
 Leva marmita embrulhada no jornal
 Se tem almoço, nem sempre tem jantar
 O Waldemar, que é mestre no ofício
 Constrói um edifício
 E depois não pode entrar
 Você conhece o pedreiro Waldemar?
 Não conhece, mas eu vou lhe apresentar
 De madrugada toma o trem da Circular
 Faz tanta casa e não tem casa pra morar²⁴⁷

Chiquinha Gonzaga, em 1899, sagrou-se a primeira musicista brasileira a compor uma marchinha para carnaval, com a famosa *Ó Abre Alas*, que ainda hoje embala foliões no carnaval de rua carioca: “Ó abre alas / Que eu quero passar / Ó abre alas / Que eu quero passar / Eu sou da Lira / Não posso negar / Eu sou da Lira / Não posso negar”.²⁴⁸ As marchinhas compartilham o compasso binário característico do samba, mas acompanhado de um andamento mais acelerado e de letras que tendem a prezar pela oralidade e pela facilidade na memorização.

Ao lado de Chiquinha Gonzaga, Lamartine Babo, Braguinha e Haroldo Lobo foram também nomes centrais para a difusão do gênero. Nas palavras de André Diniz, sobre Lamartine, “se antes ele tinha que trabalhar duro como funcionário da Light, revistógrafo do teatro musicado ou professor de dança de salão, foram sem dúvida as suas composições para o carnaval que mostraram o caminho no qual ele se tornaria quase imbatível.”²⁴⁹ A primeira música que teve gravada foi a marcha *Os calças-largas*, composta com Francisco Gonçalves de Oliveira em 1927.

Descendente das marchas militares e das marchas populares portuguesas misturadas aos acordes das músicas one-steps americanas, as marchinhas carnavalescas acabaram se consagrando como o gênero carnavalesco por excelência (prevalecendo até sobre o samba) entre as décadas de 1920 e 1960, quando entraram em relativo declínio. [...] Fatores externos sempre influenciaram a composição das músicas, fazendo delas crônicas urbanas de um Rio de Janeiro, que era a capital federal e o verdadeiro coração cultural do país.²⁵⁰

Se estavam certos Chiquinha Gonzaga e José Machado Pinheiro e Costa, e “neste mundo de miséria quem impera é quem é mais folgazão”²⁵¹, a marchinha é o gênero que traz,

²⁴⁷ BAPTISTA, Wilson; MARTINS, Roberto. O pedreiro Waldemar. In: BAPTISTA, Wilson. **Wilson Batista, o samba foi sua glória – Joyce e Roberto Silva**. Rio de Janeiro: Funarte, 1985. Faixa 3.

²⁴⁸ GONZAGA, Chiquinha. *Ó Abre Alas*. In: Quatro Ases e um Curinga. **Fantasia e fantasias**. Rio de Janeiro: Sinter, 1954. Faixa 2.

²⁴⁹ DINIZ, André. **Almanaque do carnaval**: a história do carnaval, o que ouvir, o que ler, onde curtir. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008, p. 98.

²⁵⁰ ZUPIROLI, Daniela Bonamigo. **Brincando com versos: um estudo das marchinhas de carnaval do período de 1920 a 1970**. Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais, v. 11, 2012, p. 166.

²⁵¹ GONZAGA, Chiquinha; COSTA, José Machado Pinheiro e. Gaúcho/Corta-jaca. In: CARRILHO, Altamiro. **78 RPM**. Rio de Janeiro: Copacabana, 1961. Faixa 2.

por natureza, a irreverência que traduz o espírito do carnaval de rua. A ironia e o humor, bem como o caráter cotidiano e cronista, são características marcantes, dando o tom da inversão de papéis sociais que só pode ocorrer naqueles quatro dias do ano em que está liberado solicitar, com naturalidade: “ei, você aí / me dá um dinheiro aí / [...] / não vai dar? / não vai dar não? / você vai ver a grande confusão / que eu vou fazer bebendo até cair / me dá, me dá, me dá, oi! / me dá um dinheiro aí!”.²⁵²

Sob os olhos do DIP, Roberto Roberti e Jorge Farah compuseram, em 1941, *Eu trabalhei*, samba-marcha de enaltecimento ao trabalho: “Mas pra chegar / até o ponto em que cheguei / eu trabalhei, trabalhei, trabalhei”. E completam: “Eu hoje sou feliz / e posso aconselhar / quem faz o que eu já fiz / só pode melhorar / e quem diz que o trabalho / não dá camisa a ninguém / não tem razão / não tem, não tem...”.²⁵³

Poucos anos mais tarde, em 1946, recém-findo o Estado Novo, Almeidinha retomaria a crítica social da malandragem com a marchinha *Trabalhar, eu não*, que nos interessa diretamente. Apontava para o renascimento do malandro, que, mesmo silenciado, nunca deixou de sê-lo. A exclusão sistêmica impunha e impõe ao samba a tarefa de crítica social, refletindo na negação do trabalho – não no seu sentido de atividade vital, mas na redução a meio degradante de sobrevivência. Afinal, é bem verdade que, diante de toda exclusão social, “não se poderia esperar que o trabalho fosse considerado, por grandes parcelas da população, uma atividade digna”, uma vez que “não tinha valor moral, não compensava materialmente, e só a mínima parte dos que o procuravam como ocupação conseguiam alcançá-lo.”²⁵⁴

Quem quiser suba o morro,
Venha apreciar a nossa união.
Trabalho, não tenho nada,
De fome não morro não,
Trabalhar, eu não, eu não!

Eu trabalhei como um louco,
Até fiz calo na mão,
O meu patrão ficou rico,
E eu, pobre sem tostão,
Foi por isso que agora,
Eu mudei de opinião.

Trabalhar, eu não, eu não!

²⁵² FERREIRA, Glauco; FERREIRA, Homero; FERREIRA, Ivan. Me dá um dinheiro aí! In: Banda do Cordão do Bola Preta. **Elizeth no Bola Preta com a banda do Sodré**. Rio de Janeiro: Copacabana, 1970. Faixa 2.

²⁵³ ROBERTI, Roberto; FARAH, Jorge. Eu trabalhei. In: SILVA, Orlando. **Orlando Silva**. Rio de Janeiro: Funarte, 1985. Faixa 6.

²⁵⁴ NOVAES, José. **Um episódio de produção de subjetividade no Brasil de 1930: malandragem e Estado Novo**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 6, n. 1, p. 39-44, jan./jun. 2001, p. 41.

Trabalhar, eu não, eu não!²⁵⁵

A denúncia da exploração do trabalho não poderia ser mais explícita: o fruto do trabalho daquele que criou até calos na mão fora apropriado pelo patrão. A constatação da condição de usurpação é, pois, muito simples e direta. E o desfecho, num misto de insubordinação e utopia, consagra a mudança de “opinião”: pois se é para se matar e continuar sem um tostão, “trabalhar, eu não!”.

O próprio Roberto Roberti, também em 1946, em parceria com Arlindo Marques Júnior, viria a compor a marchinha *Deixa passar o trabalhador*, sob os auspícios da redemocratização: “deixa passar o trabalhador / deixa o trabalhador passar / o senhor que não trabalha só atrapalha / ô abre alas, que eu quero passar / sou marmiteiro e não posso me atrasar / [...] / sai da frente, Baltazar / que essa sopa vai se acabar”.²⁵⁶ O anúncio de que a sopa vai acabar denota a crítica social direta que põe na rota de lutas a relação entre o marmiteiro, que tudo produz, e o que usufrui de seu trabalho, aquele que não trabalha e só atrapalha.

O trabalhador e a trabalhadora são temas constantes nas composições populares, o que reforça que a relação laboral, para a grande parcela da população que depende da venda de sua força de trabalho para tentar sobreviver, ocupa lugar central em seu cotidiano. E quem é que não se lembra de Maria, que luta pelo pão de cada dia lavando roupa lá no alto? “Lata d’água na cabeça / lá vai Maria, lá vai Maria / sobe o morro e não se cansa / pela mão leva a criança / lá vai Maria / [...] / Maria lava roupa lá no alto / lutando pelo pão de cada dia / sonhando com a vida do asfalto / que acaba onde o morro principia”.²⁵⁷

Você disse que eu
Não sou artista
Vou lhe provar
Se sou artista ou não...

Acordo de madrugada
Pego da minha marmita
Trem da Central
É minha condução
Sou artista ou não?

[...]

Eu moro no subúrbio
É doloroso, é de amargar
Pois quando chego em casa

²⁵⁵ ALMEIDA, Aníbal Alves de. *Trabalhar, eu não*. In: SILVA, Moacyr. **Carnaval de boate nº 2 – Moacyr Silva e seu conjunto e coro**. Rio de Janeiro: Copacabana, 1963. Faixa 5.

²⁵⁶ ROBERTI, Roberto; JÚNIOR, Arlindo Marques. *Deixa passar o trabalhador*. In: JOEL, GAÛCHO. **78 RPM**. Rio de Janeiro: Odeon, 1946. Faixa 1.

²⁵⁷ JUNIOR, Joaquim Antônio Candeias; ANTÔNIO, Luís. *Lata d’água*. In: BLECAUTE. **Na boca do povo... Blecaute – Os grandes carnavais do passado**. Rio de Janeiro: Polydor, 1960. Faixa 1.

Está na hora de voltar
 Pra trabalhar
 Dou duro, pra ganhar o pão
 Trem da Central
 É minha condução
 Sou artista ou não?²⁵⁸

A mercantilização do carnaval de rua, bem como a espetacularização do carnaval da Marquês de Sapucaí, tenderam a afastar a composição de marchinhas carnavalescas do cerne da produção musical em massa. De toda forma, muitos blocos de rua carnavalescos mantêm a tradição de entoar músicas próprias durante a festa, merecendo especial destaque as marchinhas e os sambas que têm tido, em épocas recentes, forte apelo de críticas sociais: entram na rota do questionamento as propostas e as já efetivadas medidas de austeridade que se proliferam no Brasil contemporâneo (com destaque para a reforma trabalhista), os óbices impostos ao carnaval carioca de 2018 pela gestão da prefeitura do Rio, dentre outras questões sociais.²⁵⁹

3.4.2. Samba-enredo

A história do samba-enredo se confunde com a própria história do carnaval. Simas e Mussa apontam que a categoria samba de enredo é a mais surpreendente do gênero samba, uma vez que, diferentemente de toda tradição da música popular urbana, não é lírica. Além disso, compõe os desfiles de escolas de samba, “maior complexo de exposições artísticas simultâneas do mundo moderno”.²⁶⁰ Ainda segundo os autores, alguns critérios caracterizam o gênero do samba de enredo enquanto tal: a vinculação ao enredo, a forma poética, a constituição através de versos.²⁶¹ Anotam também que o estudo da história dos sambas de

²⁵⁸ MIRABEAU; JR, Vieira. Operário. In: COSTA, Carmen. **78 RPM**. Rio de Janeiro: Copacabana, 1955. Faixa 2.

²⁵⁹ Cf., dentre outros, *Samba da adivinhação* (Manu da Cuíca, Luiz Carlos Máximo, Belle Lopes e Bil-Rait Buchecha, 2018), do bloco Simpatia é quase amor; *Cadê o futuro que estava aqui? O patrão comeu*, tema de 2018 do bloco Comuna que pariu (composição de Alisson Martins, Belle Lopes, Bil-Rait Buchecha, Guilherme Sá, Letícia, LG, Nina Rosa, Tiago Sales e Thiago Kobe); *Se é pecado sambar, o Barbas não pede perdão*, tema de 2018 do Bloco dos Barbas (composição de Deivid Domênico, Marcelo Carvalho, Alexandre Araujo, Durval Borges e Luiz Fernando); *Crianças mais felizes pelo nosso Brasil, Cata-Latas denuncia o trabalho infantil*, samba do carnaval de 2017 do bloco Os Cata-Latas do Grajaú (composição de Helcinhu, Márcia Regina, Tiago Hulk e Vitor Barros).

²⁶⁰ MUSSA, Alberto; SIMAS, Luiz Antonio. **Samba de enredo: história e arte**. Op. Cit., pp. 9 e 10.

²⁶¹ Idem, p. 29.

enredo encontra um obstáculo de pesquisa: o acesso às fontes é limitado pelo fato de que o registro fonográfico só passa a ter sistematicidade a partir do fim da década de 1960.²⁶²

Sobre a formação das primeiras escolas de samba cariocas, bem como sobre o processo histórico de espetacularização dos desfiles, o primeiro capítulo se debruçou mais detidamente. A ideia aqui é, portanto, focar em composições que se correlacionam mais diretamente com a temática da pesquisa e que, na contramão da espetacularização, contam a história contra-hegemônica, contam a vida dos sujeitos socialmente invisíveis. E, ao fazê-lo, não se pretende, de forma alguma, sugerir uma espécie de catalogação, instrumentalização da arte ou comprovação de hipóteses de pesquisa, mas tão somente conectar o estudo com a materialidade da potência que reside em cada produção cultural.

Perquirir a potencialidade de contestação ao discurso hegemônico que propala a superação do trabalho vivo (discurso este que, conseqüentemente, é utilizado para justificar uma suposta superação da exploração da força de trabalho alheia), e fazê-lo a partir do samba-enredo, requer a cautela de se levar em conta sempre a amplitude do conceito *trabalho*. Assim, evita-se o risco de reduções simplórias e mecânicas a uma única possibilidade de leitura dos enredos, bem como o risco de se perder a dimensão crítica e plurívoca do discurso contestatório.

Trabalho, em sua noção primeira, é toda atividade vital consciente e verdadeiramente livre, cuja lógica é invertida por meio da alienação: aquilo que é consciência se transforma em mera tentativa de sobrevivência física; aquilo que é fim se torna meio.²⁶³ O conceito de trabalho é, portanto, axiologicamente anterior ao de alienação, não se reduzindo a ele. Até porque a relação do homem com o trabalho não se dá de forma abstrata, mas situada historicamente, de forma que não se pode reduzir uma categoria tão ampla quanto o trabalho a uma de suas expressões.

Nessa perspectiva, é reducionista configurar um determinado samba de exaltação ao trabalho como acrítico, ou afirmar que não existe ali nenhum potencial contestatório acerca da exploração da força de trabalho. Simplesmente porque o samba de exaltação não nega o conflito capital-trabalho, tal qual o faz o discurso hegemônico, e não se funda na defesa de uma pretensa paridade entre polos tão assimétricos. A ode ao trabalho e ao trabalhador é a ode ao trabalho em seu sentido primeiro de atividade vital. A “glória a quem trabalha” é o reconhecimento de que é o trabalhador quem tudo produz.

Glória a quem trabalha o ano inteiro

²⁶² Idem, p. 19.

²⁶³ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Op. Cit., pp. 82-85.

Em mutirão
 São escultores, são pintores, bordadeiras
 São carpinteiros, vidraceiros, costureiras
 Figurinista, desenhista e artesão
 Gente empenhada em construir a ilusão²⁶⁴

Os *Trabalhadores do Brasil* foram tema da mesma Vila Isabel, dessa vez em tempos mais recentes (2008), que cantou na avenida as dores de um povo histórica e sistematicamente explorado. A sinopse, que contou com as mãos do carnavalesco Alex de Souza, do historiador Alex Varela e com a revisão de Martinho da Vila, narra a exploração do trabalho no Brasil em perspectiva histórica. Desde o trabalho forçado indígena e negro, passando pela força de trabalho imigrante, camponesa, pelos primeiros movimentos de trabalhadores urbanos, pela migração nordestina ao centro sul, pelos movimentos dos trabalhadores das décadas de 1960 e 1970 (com destaque para a greve dos operários do ABCD Paulista em 1978), o enredo abordou a história do trabalho a partir do trabalhador, com especial foco para a luta coletiva.

É mais que um samba o que se criou
 É um hino ao povo trabalhador
 A louvação a nossa gente
 Vista indolente, pelos olhos da ambição
 Nativa cor que foi presente
 Pintou as dores da escravidão
 A resistência mudou de cor e renasceu
 Com a força e a fé do negro
 E ao quilombo ascendeu
 Nosso ideal de liberdade
 Cansado de ter nos ombros
 Descanso do senhor, ecoou...

Que o brasileiro tem o seu valor!
 Meu Deus ajude o trabalhador!
 E a imigração cruzou o azul do mar
 Em nosso campo ver a vida melhorar²⁶⁵

Na continuação, o samba aborda a era Vargas e a regulamentação dos direitos trabalhistas, mas sem fazê-lo segundo uma perspectiva ufanista, como de praxe nos enredos outrora fiscalizados pelo DIP. Ao revés, a história é contada a partir do ponto de vista dos trabalhadores, da “voz de quem resistiu”. Daí cantar que “comemora quem tanto lutou”. A formação de Brasília também é lembrada pelo “suor dessa gente” que “construiu esta nação”: “candangos, então, erguem Brasília / sindicato consciente, / terra para nossa gente cultivar

²⁶⁴ VILA, Martinho da. Pra tudo se acabar na quarta-feira. Samba-enredo da Vila Isabel no carnaval de 1984. In: VILA, Martinho. **Martinho da Vila Isabel**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1984. Faixa 6.

²⁶⁵ DINIZ, André; PEIXE, Carlinhos do; PETISCO, Carlinhos; AGUIAR, Dedé; DINNY, KATATA, Eduardo; BOCÃO, Evandro; JR., Miro; PINGUIM; VLADIMIR, Professor. *Trabalhadores do Brasil*. Samba-enredo da Vila Isabel no carnaval de 2008. Intérprete: Tinga. Disponível em: <<http://liesa.globo.com/>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

democracia”. E finaliza, no refrão principal: “hoje é dia do trabalhador / que conquistou o seu lugar / e vai nossa Vila, fazendo história / pra luta do povo eternizar.”²⁶⁶

Dos mais belos sambas de enredo já compostos, certamente tem destaque o 33, *Destino Dom Pedro II*, apresentado, no carnaval de 1984, pela Em Cima da Hora. A contestação, em tom de poesia, agora se perfaz de forma explícita. A lógica do trabalho alienado se evidencia na medida em que a razão do dia a dia, para que se possa ganhar o pão, passa a ser acordar cedo, pegar o trem lotado com o peito amargurado e tentar chegar a tempo de bater cartão. A força de trabalho se transfigura em mercadoria, em mero meio de tentar a sobrevivência sob um modo de produção que a associa, inexoravelmente, à possibilidade de acesso ao mercado.

Vamos sublimar em poesia
A razão do dia a dia
Pra ganhar o pão
Acordar de manhã cedo
Caminhar pra estação
E chegar lá em D. Pedro
A tempo de bater cartão

Não é mole não
Com a inflação
Almejar a regalia
E o progresso da nação

O suburbano quando chega atrasado
O patrão mal-humorado
Diz que mora logo ali
Mas é porque não anda nesse trem lotado
Com o peito amargurado
Baldeando por aí
Imagine quem vem lá de Japeri
Imagine quem vem lá de Japeri²⁶⁷

É, não é mole almejar o progresso da nação se não se tem sequer para si. A ironia precisa da Em Cima da Hora confronta a lógica do discurso meritocrático, herdeiro direto da crença liberal na autonomia da vontade, que impõe a cada cidadão explorado que seja bem comportado, que aguarde o dia em que seus esforços serão recompensados. Que faça, “pelo bem da Nação, tudo aquilo que for ordenado”.²⁶⁸ Reze pelo bem do patrão e esqueça que está desempregado. Afinal, você merece.²⁶⁹

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ GUARÁ; ROSAS, Jorginho das. 33, *Destino Dom Pedro II*. Samba-enredo da Em Cima da Hora no carnaval de 1984. Intérprete: César do Vale. In: **Sambas de enredo das Escolas de Samba do Grupo 1-B – Carnaval 1984 – Gravações Originais**. Rio de Janeiro: Top Tape, 1983. Faixa 7.

²⁶⁸ GONZAGUINHA. Comportamento geral. In: GONZAGUINHA. **Luiz Gonzaga Jr.** Rio de Janeiro: Odeon, 1973. Faixa 9.

²⁶⁹ Idem.

Em 1986, foi a vez de a Portela propor sua crítica social a partir de uma leitura brasileira do mito de Morfeu, cantando, com o enredo desenvolvido pelo carnavalesco Alexandre Louzada, as dores do despertar da ilusão dos quatro dias de glória. O samba de Ary do Cavaco, Carlito Cavalcante, Vanderlei, Nilson Melodia e Paulinho, intitulado *Morfeu no carnaval, a utopia brasileira*, anotava: “Quero fugir da realidade / Desse mundo sofredor/ [...] / Como é triste o despertar dessa ilusão / [...] / Meu Deus, quanta taxa pra pagar / É trem lotado, que sacrifício danado / Desempregado e com criança pra criar”.²⁷⁰

A segunda metade da década de 1990 e os anos 2000 marcaram certa virada temática nos enredos: os temas críticos, que tinham sido a tônica até então (e que tiveram particular força, sobretudo, na segunda metade da década de 1980), passaram a dar lugar aos enredos patrocinados, não raro ligados à exaltação de municípios e estados turísticos. O predomínio dos enredos patrocinados, visualmente luxuosos e conquistadores de campeonatos, continua marcando os desfiles correntes das super escolas de samba S.A.

Não obstante, a semente segue plantada. Na base e nas frestas de toda essa festa milionária, movem-se comunidades inteiras, compositores, percussionistas, carnavalescos, artesãos, costureiras e muita gente afiada e ávida para pôr a boca no trombone. O maior espetáculo da Terra não poderia ser feito sem a criatividade e sem o talento ímpares de um povo que aprendeu a reinventar a vida todos os dias, atributos que não podem ser comprados com dinheiro nenhum no mundo.

O desfile carioca do ano de 2018 representou importante fôlego nos enredos críticos, com especial destaque para o Paraíso do Tuiuti (cujo enredo de Jack Vasconcelos – *Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão?* – é abordado em tópico próprio a seguir, pela afinidade com o tema desta pesquisa), para a Estação Primeira de Mangueira (com seu belo enredo *Com dinheiro ou sem dinheiro, eu brinco*, desenvolvido por Leandro Vieira), para a Portela (que levou para a avenida, com Rosa Magalhães, o enredo *De repente de lá pra cá e dirrepente de cá pra lá...*), para o Salgueiro (com o potente *Senhoras do ventre do mundo*, arquitetado por Alex de Souza) e para a Beija-Flor (com o enredo *Monstro é aquele que não sabe amar: os filhos abandonados da pátria que os pariu*, que rendeu o campeonato à comissão de carnavalescos composta por Laíla, Cid Carvalho, Bianca Behrends, Victor Santos, Rodrigo Pacheco e Léo Mídia).

²⁷⁰ CAVACO, Ary; CAVALCANTE, Carlito; VANDERLEI; MELODIA, Nilson; PAULINHO. Morfeu no carnaval, a utopia brasileira. Samba-enredo da Portela no carnaval de 1986. Intérprete: Silvinho da Portela. In: Escola de Samba Portela. **Portela**. Rio de Janeiro: BMG Brasil, 2000. Faixa 1.

3.4.3. Paraíso do Tuiuti: desfile de 2018

O desfile de escolas de samba do carnaval carioca de 2018 reservaria uma grata surpresa: o G.R.E.S. Paraíso do Tuiuti, após um desfile crítico arrebatador, levou nada menos que o segundo lugar da competição. E não espantaria se a agremiação tivesse sido a grande campeã, pelo arrepio que o enredo, combinado com um belíssimo samba, causaram no público e na opinião especializada.

O enredo *Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão?* foi desenvolvido pelo carnavalesco Jack Vasconcelos, remontando, no título, em tom de questionamento, ao *Sublime Pergaminho* de Zeca Melodia, Nilton Russo e Carlinhos Madruga, samba apresentado pela Unidos de Lucas no carnaval de 1968.²⁷¹ O marco histórico dos 130 anos da Lei Áurea foi o mote para a preciosa abordagem crítica sobre a “bondade cruel” e sobre a linha de continuidade do processo de exclusão social e de opressão.

[...] não houve um preparo para a libertação e ela não trouxera cidadania, integração e igualdade de direitos. Mais viva do que nunca, os aprisionou com os grilhões do cativo social. Ainda é possível ouvir o estalar de seu açoite pelos campos e metrópoles. Consumimos seus produtos. Negligenciamos sua existência. Não atualizamos sua imagem e, assim, preservamos nossas consciências limpas sobre as marcas que deixou tempos atrás. Segue vivendo espreitada no antigo pensamento de “nós” e “eles” e não nos permite enxergar que estamos todos no mesmo barco, no mesmo temeroso Tumbeiro, modernizando carteiras de trabalho em reformadas cartas de alforria.²⁷²

A comissão de frente, coreografada por Patrick Carvalho e intitulada “O grito da liberdade”, trazia, de forma absolutamente arrebatadora, um prenúncio do enredo: a releitura crítica da abolição formal da escravidão. Contando a história a contrapelo, a partir dos oprimidos e invisibilizados, a comissão dispôs de um tripé em forma de senzala e de uma sensível coreografia que representava os horrores da escravidão. A transfiguração dos integrantes em pretos velhos foi das coisas mais fortes que já se fez na avenida, aludindo ao belo trecho do samba: “ê, calunga, ê! / ê, calunga! / Preto Velho me contou / Preto Velho me contou / onde mora a Senhora Liberdade / não tem ferro, nem feitor.”²⁷³

²⁷¹ MELODIA, Zeca; RUSSO, Nilton; MADRUGADA, Carlinhos. *Sublime Pergaminho*. Samba-enredo da Unidos de Lucas no carnaval de 1968. Intérprete: Abílio Martins. In: VILA, Martinho da. **Samba enredo**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1980. Faixa 3.

²⁷² VASCONCELOS, Jack. **Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão?** Sinopse do enredo da Paraíso do Tuiuti apresentado no carnaval de 2018. Disponível em: <<http://liesa.globo.com/2018/por/03-carnaval/enredos/paraiso/paraiso.htm>>. Acesso em: 18 out. 2018.

²⁷³ RUSSO, Claudio; LUZ, Moacyr; ZEZÉ, Dona; JURANDIR; ANÍBAL. *Meu Deus, Meu Deus, Está Extinta a Escravidão?* Samba-enredo do Paraíso do Tuiuti no carnaval de 2018. Intérpretes: Nino do Milênio e Celsinho Mody. Disponível em: <<http://liesa.globo.com/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

Com vistas a mostrar a linha de continuidade entre uma abolição meramente formal e a exclusão social pautada na dominação de classe e de raça, o enredo propiciou uma dura crítica às medidas de austeridade do Brasil contemporâneo, com foco central para a reforma trabalhista. Em uma das alas, denominada “os guerreiros da CLT”, integrantes levavam carteiras de trabalho como contestação à exploração da força de trabalho.

A ala “manifestantes fantoches” contava com componentes vestidos com as cores da bandeira que, batendo panelas, eram conduzidos por mãos externas. A última alegoria, “Neotumbeiro”, que causou grande repercussão mundo afora, trazia um vampiro com a faixa presidencial (o “vampiro neoliberalista”) junto com símbolos e representantes do grande capital em um plano superior, contando ainda, no andar inferior, com novos paneleiros guiados por gigantescas mãos brancas, masculinas e de terno em punho.

É inevitável relacionar o feito à conjuntura política nacional, até porque toda arte está inserida em seu tempo e não poderia deixar de sê-lo, mas o mais importante é ter em mente que a crítica da Tuiuti foi e é estrutural. E justamente aí reside sua potência e sua atemporalidade: o vampiro não se reduz apenas a uma determinada figura política, ele não é personificado. Vampiro é a engrenagem que vive de sugar o trabalho vivo, que se nutre da exploração e da subjugação alheias:

Como capitalista, ele é apenas capital personificado. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo ele suga.²⁷⁴

Não bastasse a força do enredo, o samba composto por Claudio Russo, Moacyr Luz, Dona Zezé, Jurandir e Aníbal conta também com uma técnica perfeita, a ponto de não se encontrar uma sílaba tônica sequer fora do lugar. Ainda, muitas das rimas se constituem em rimas ricas, envolvendo palavras de classes gramaticais distintas, como “contou” e “feitor”, “Benedito” e “escrito”, “céu e cruel”, “mal e social”.

Irmão de olho claro ou da Guiné
Qual será o valor? Pobre artigo de mercado
Senhor, eu não tenho a sua fé e nem tenho a sua cor
Tenho sangue avermelhado
O mesmo que escorre da ferida
Mostra que a vida se lamenta por nós dois
Mas falta em seu peito um coração
Ao me dar escravidão e um prato de feijão com arroz

[...]

²⁷⁴ MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Op. Cit., p. 307.

E assim, quando a lei foi assinada
 Uma lua atordoada assistiu fogos no céu
 Áurea feito o ouro da bandeira
 Fui rezar na cachoeira contra a bondade cruel

Meu Deus! Meu Deus!
 Se eu chorar não leve a mal
 Pela luz do candeeiro
 Liberte o cativo social

Não sou escravo de nenhum senhor
 Meu paraíso é meu bastião
 Meu Tuiuti, o quilombo da favela
 É sentinela da libertação

Inevitável lembrar-se de *Kizomba, festa da raça*, enredo de Milton Siqueira, Paulo César Cardoso e Ilvamar Magalhães, que rendeu à Vila Isabel o marcante samba composto por Rodolpho, Jonas e Luiz Carlos da Vila e, de quebra, o campeonato de 1988.²⁷⁵ Também é impossível deixar de rememorar os *100 anos de liberdade, realidade ou ilusão?*, samba composto por Hélio Turco, Jurandir e Alvinho, e desfilado pela Estação Primeira de Mangueira naquele mesmo carnaval de 1988, sob a interpretação de Jamelão e o enredo desenvolvido pelo carnavalesco Júlio Matos. Na ocasião, a verde e rosa, assim como a Paraíso do Tuiuti, levou o vice-campeonato do grupo especial.

Será...
 Que a Lei Áurea tão sonhada
 Há tanto tempo assinada
 Não foi o fim da escravidão
 Hoje dentro da realidade
 Onde está a liberdade
 Onde está que ninguém viu
 Moço...
 Não se esqueça que o negro também construiu
 As riquezas do nosso Brasil

Pergunte ao criador
 Quem pintou esta aquarela
 Livre do açoite da senzala
 Preso na miséria da favela²⁷⁶

Para costurar o enredo do início ao fim, a Tuiuti contou a história da opressão de classe (*irmão de olho claro ou da Guiné, / qual será o seu valor? / pobre artigo de mercado*) e de raça, perpassando a narrativa da construção de um país explorado externamente e

²⁷⁵ RODOLPHO; JONAS; VILA, Luiz Carlos da. *Kizomba, festa da raça*. Samba-enredo da Vila Isabel no carnaval de 1988. Intérprete: Gera. In: **Sambas de enredo das Escolas de Samba do Grupo 1A - Carnaval 1988**. Rio de Janeiro: BMG-Ariola, 1987. Disco 2, faixa 7.

²⁷⁶ TURCO, Hélio; JURANDIR; ALVINHO. *100 anos de liberdade, realidade ou ilusão?* Samba-enredo da Mangueira no carnaval de 1988. Intérprete: Jamelão. **Sambas de enredo das Escolas de Samba do Grupo 1A - Carnaval 1988**. Rio de Janeiro: BMG-Ariola, 1987. Disco 2, faixa 9.

explorador de seus filhos. A centralidade social do trabalho foi o mote do desfile, em uma avassaladora crítica à falácia do fim da centralidade do trabalho: a relação laboral e a exploração do trabalho permearam, a todo tempo, alas, alegorias e paralelos históricos desenvolvidos. Ao narrar a história da classe trabalhadora nacional, majoritariamente negra, a Tuiuti lembrou que as riquezas deste país não teriam sido produzidas sem a força de trabalho africana e sem seus saberes e sua cultura tradicionais, como contou a alegoria “Ouro Negro”.

O relato da linha de continuidade da exploração descambou, enfim, para as formas de exploração contemporâneas, trazidas à tona por alas que rememoravam o trabalho escravo moderno nos meios urbano e rural, bem como trabalhadores precarizados e operários (denominados de “guerreiros da CLT”) com numerosos braços que carregavam, dentre as ferramentas de trabalho, foices e martelos. E, ao fim, a alegoria do neotumbeiro com o “vampiro neoliberalista” saltou aos olhos do público e da opinião especializada.

O último comentário vai para a genialidade em propor mestre-sala e porta-bandeira vestidos, respectivamente, de costureira explorada e de capitalista do ramo da confecção. A indústria têxtil é uma das grandes responsáveis pelas formas de escravidão modernas. Vale lembrar que o mesmo tema fora cantado por Noel, na conhecida *Três apitos*, composta em 1933: “quando o apito da fábrica de tecidos / vem ferir os meus ouvidos / eu me lembro de você / [...] / mas você é mesmo artigo que não se imita / quando a fábrica apita / faz reclame de você / [...] / com ciúmes do gerente / impertinente / que dá ordens a você.”²⁷⁷

4. “Pra tudo se acabar na quarta-feira”?

Meu samba é a voz do povo
Se alguém gostou
Eu posso cantar de novo

Eu fui pedir aumento ao patrão
Fui piorar minha situação
O meu nome foi pra lista
Na mesma hora
Dos que iam ser mandados embora

Eu sou a flor que o vento jogou no chão
Mas ficou um galho
Pra outra flor brotar
A minha flor o vento pode levar

²⁷⁷ ROSA, Noel. *Três apitos*. In: CARDOSO, Elizeth. **Elizethíssima**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1981. Faixa 4.

Mas o meu perfume fica boiando no ar²⁷⁸

No limiar entre o mundano e o celestial, o homem buscou no som e no silêncio o fruto da mais sensível arte da comunicação. Da combinação de ritmos, melodias e harmonias, fez irromper a música (ou melhor, incorporou-a a seu modo de vida). E a música, em um ato impensado de compaixão, revestindo-se da força inconstante que rege as coisas eternas, propôs-se a “secar do povo as lágrimas”²⁷⁹ – não como escape da realidade, ou como espaço de conformação, mas justamente o contrário: enquanto potência contestatória.

Mas a evolução da liberdade só dura até o dia clarear?²⁸⁰ E se acabarem com teu carnaval?²⁸¹ Em outras palavras: a potência do carnaval (e, por tabela, do samba) só ecoa enquanto se escuta ou se compõe ou se batuca? Só permanece nos seus quatro dias de glória? Longe de poder ser resolvida, essa questão demanda uma reflexão que requer um encontro histórico, daqueles não programados e impensáveis: levaremos Walter Benjamin para conhecer o carnaval carioca do início do século XX na companhia de Lima Barreto.

O dia em que o morro descer e não for carnaval
Ninguém vai ficar pra assistir o desfile final
[...]
O povo virá de cortiço, alagado e favela
Mostrando a miséria sobre a passarela
Sem a fantasia que sai no jornal
Vai ser uma única escola, uma só bateria
Quem vai ser jurado? Ninguém gostaria
Que desfile assim não vai ter nada igual²⁸²

Benjamin vê, nas festas populares, uma espécie de presságio lúdico (muito embora temporário) daquilo que considera um verdadeiro estado de exceção, estado utópico no qual estariam abolidas a dominação e a divisão de classes. Em suas palavras, no conto *En regardant passer le corso*, escrito nos anos 1920, “o carnaval é um estado de exceção, um derivado dos antigos saturnais durante os quais o superior e o inferior trocavam de lugar e em que os escravos eram servidos por seus senhores.”²⁸³

²⁷⁸ VALE, João do; VIEIRA, Luiz. A voz do povo. In: VALE, João do. **O poeta do povo**. Rio de Janeiro: Philips, 1965. Faixa 1.

²⁷⁹ NOGUEIRA, João; PINHEIRO, Paulo César. Súplica. In: NOGUEIRA, João. **Clube do Samba**. Rio de Janeiro: Polydor, 1979. Faixa 1.

²⁸⁰ Referência à música *Vai passar*. BUARQUE, Chico Buarque; HIME, Francis. Vai passar. In: BUARQUE, Chico. **Chico Buarque**. Rio de Janeiro: Ariola, 1984. Faixa 10.

²⁸¹ Referência à música *Comportamento geral*. GONZAGUINHA. Comportamento geral. In: GONZAGUINHA. **Luiz Gonzaga Jr.** Rio de Janeiro: Odeon, 1973. Faixa 9.

²⁸² PINHEIRO, Paulo César; DAS NEVES, Wilson. O dia em que o morro descer e não for carnaval. In: NEVES, Wilson das. **O som sagrado de Wilson das Neves**. Rio de Janeiro: CID, 1996. Faixa 13.

²⁸³ Disponível em: LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**: Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 86.

Mal sabia Benjamin que os corsos cariocas, que separavam ricos e pobres na folia da recém-aberta Avenida Central (hoje Avenida Rio Branco), tiravam Lima Barreto do sério, a ponto de dar-lhe a fama de um ranzinza que não gostava de carnaval. As reformas europeizantes de Pereira Passos acentuaram a distinção social excludente entre o carnaval das elites, que se passava nos carros de luxo que percorriam a Avenida de um Rio que se pretendia civilizar, e o carnaval verdadeiramente popular, dos ranchos e cordões dos subúrbios.

Costuma-se atribuir a Lima Barreto uma espécie de repulsa pessoal ao carnaval, mas sua verdadeira repulsa era à exclusão social subjacente à elitização dos espaços públicos. Tendo falecido em 1922, não chegou a ver o nascimento das primeiras escolas de samba, herdeiras diretas dos ranchos populares e dos blocos dos sujos. Desmentindo a fama herdada, não raro aborda o carnaval de forma afetuosa, sendo bons materiais de análise os contos *O Morcego* (em que anota que “o carnaval é a expressão da nossa alegria”) e *Cló*. Caminhando para o fim da vida e com a saúde fragilizada, Lima desenvolve até mesmo uma simpatia por aquela festa profana, ao notar que, para além das finas máscaras e vestidos dos foliões dos corsos, havia uma farra popular nas frestas, nos subúrbios, nas ruas tomadas pelos cordões e ranchos.

O ruído, o barulho, o tantã espancam a tristeza que há nas nossas almas, atordoam-nos e nos enchem de prazer.

[...]

Ele então não era mais a disciplina, a correção, a lei, o regulamento; era o coribante inebriado pela alegria de viver. Evoé, Bacelar!

Essa nossa triste vida, em país tão triste, precisa desses videntes de satisfação e de prazer; e a irreverência da sua alegria, a energia e atividade que põem em realizá-la, fazem vibrar as massas panurgianas dos respeitadores dos preconceitos.²⁸⁴

Em *Cló*, a ironia do autor escancara a exclusão social que permeia a festa que pretende subvertê-la, valendo-se do jogo entre o carnaval das elites e o carnaval popular. O doutor Maximiliano, amante da música erudita e ex-professor de piano, que começa o conto angustiado com a falta de recursos para alugar um automóvel e pagar à filha um vestido fino no carnaval, aos poucos se deixa levar pelas “bizarras e bárbaras cantorias” que ecoavam dos ranchos e cordões. A grande sacada de Lima é fazê-lo de forma absolutamente sarcástica e não linear: o velho doutor Maximiliano oscilava entre a ojeriza pela “pobreza de invenção melódica daquela gente”, por aqueles “instrumentos selvagens”, a ponto de nascer-lhe a

²⁸⁴ BARRETO, Lima. *O morcego*. 1915. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000173.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2018.

vontade de ensinar-lhes música, e o desenvolvimento de uma “simpatia” e da conclusão de que há “complicados movimentos de trocas e influências” pela sociedade.²⁸⁵

A seu turno, Benjamin vislumbrava, no carnaval, uma prefiguração da utopia do fim da distinção de classes, o que denomina de um verdadeiro estado de exceção. Um estado em que a história não seria mais a contada pelo ponto de vista dos vencedores; ou melhor, em que não haveria, propriamente, a separação entre vencidos e vencedores. E o filósofo chegou a esta constatação “observando o curso passar”. Qual seria sua surpresa se pudesse ter conhecido, na companhia de Lima Barreto, um carnaval para além dos corsos... Se pudesse ter conhecido o carnaval popular carioca do início do século XX, sob o batuque dos ranchos e cordões dos subúrbios... E quanto mais se ambos pudessem ter vivido o surgimento das primeiras escolas de samba!

Talvez tivesse chegado a uma conclusão ligeiramente diversa: aquele estado de folia, antes de ser uma representação lúdica do que considerava um verdadeiro estado de exceção utópico, seria esse estado em si. A utopia real e não abstrata do tambor certamente deixaria Benjamin atônito. A inversão dos papéis sociais não se dá como em um teatro de máscaras, mas em um sentido material e assustadoramente concreto, que, longe de buscar uma fuga à realidade, refaz a própria vida já tão atravessada pela exclusão de um modo de produção que se nutre de não-vidas.

Os quatro dias de festa não seriam, assim, um ópio dos problemas cotidianos, como uma visão reducionista poderia levar facilmente a crer. Tampouco o são a roda de samba às segundas, a marchinha, os batuques em compasso binário no instrumento musical ou no prato (que, a propósito, também não deixa de ser um instrumento musical). Há, em cada batida, em cada composição, algo de absolutamente material: o som de quem nunca se calou. Cada verso rememora as vozes dos que já se foram, dos que são e dos que virão a ser. As vozes daqueles que tomam como legado histórico de vida a luta pela superação da dor, da exploração e da barbárie.

A festa não se faz quando tudo vai bem; a festa é um modo de reinventar a vida – não no sentido de escape do real, mas no sentido de construção (material, não ideal) cotidiana de novas realidades. Múltiplas revoluções ecoam no vaivém frenético e faminto de um tamborim, secando o choro de cavacos e cuícas. Com o samba, aquele que agoniza mas não morre²⁸⁶, quando canta a alvorada, ninguém sente dissabor.²⁸⁷

²⁸⁵ BARRETO, Lima. **Ciô**. São Paulo: SESI SP, 2017.

²⁸⁶ Referência à música *Agoniza mas não morre*. SARGENTO, Nelson. *Agoniza mas não morre*. In: CARVALHO, Beth. **De pé no chão**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1978. Faixa 12.

Portanto, se tivermos que dar uma resposta ao questionamento a que remete o título deste tópico final, mesmo sabendo que não há nem deve haver respostas, é preciso dizer que os quatro dias de glória plantam suas sementes em cada verso, em cada batuque, como quem planta a flor que se ascende quando o quinto dia amanhece.²⁸⁸

A cotidianidade de “levanto, engulo o meu café / corro e tomo a condução / que, como sempre, vem cheia, / anda, para e me chateia / está quente pra chuchu, / meu calo dói, / a certeza já me rói, / levo bronca do patrão”²⁸⁹ gera uma identificação instantânea entre a mensagem da canção e aqueles que vivem para vender sua força de trabalho sob as condições mais precárias possíveis. Enquanto expressão coletiva, a música causa o mesmo temor aos detentores do poder que os movimentos de massa. Não é por outra razão que as experiências autoritárias, sejam elas explícitas ou veladas sob as abstrações burguesas, encarregam-se prontamente de controlar a produção artística.

Assim como a construção de discursos hegemônicos configura a produção de uma ideologia (tal qual a ideologia do fim da centralidade do trabalho) que, longe de ser abstrata, é real e produz efeitos materiais, a produção dos discursos contra-hegemônicos a partir da arte também nada tem de especulativo, impalpável ou idealista: perfaz sociabilidades, cria modos de vida, reverbera resistências, constrói memórias. E aponta para a construção de caminhos para a superação da barbárie de um modo de vida fundado na exploração do homem pelo homem.

²⁸⁷ Referência à música *Alvorada*. CARTOLA; CACHAÇA, Carlos; CARVALHO, Hermínio Bello de. *Alvorada*. In: SANTIAGO, Emílio. **Guerreiro coração**. Rio de Janeiro: Polygram, 1980. Faixa 11 – 2ª música.

²⁸⁸ Referência à música *Alvorecer*. LARA, Dona Ivone; CARVALHO, Délcio. In: SANTIAGO, Emílio. **Guerreiro coração**. Rio de Janeiro: Polygram, 1980. Faixa 11 – 1ª música.

²⁸⁹ GONZAGUINHA. Dias de Santos e Silvas. In: GONZAGUINHA. **Moleque Gonzaguinha**. Rio de Janeiro: Odeon, 1977. Faixa 1.

CONCLUSÃO

Concluir trabalhos não conclusivos é sempre tarefa difícil e, em alguma medida, contraditória. Mas tentar eliminar, discursivamente, as contradições de um mundo materialmente contraditório é a mais tola das aspirações modernas. Assim, sem qualquer pretensão de completude, dedico esse espaço, em primeira pessoa, a dois resgates simultâneos e complementares: um é o da hipótese central que moveu a pesquisa, e o outro consiste em, fazendo a ponte entre o terceiro capítulo e o pano de fundo histórico do segundo (que espelha, em última análise, o recorte temporal da hipótese formulada), retomar a problemática da virada neoliberal. Para preparar o terreno para essa abordagem, contudo, preciso antes mencionar, ainda que brevemente, o percurso da pesquisa. Afinal, “ensaiei meu samba o ano inteiro”.²⁹⁰

O problema de pesquisa partiu, em um primeiro momento, de uma investigação inicial mais ampla sobre a cultura e sua potencialidade de resistência à reprodução de desigualdades, tomando-se resistência enquanto ação política de questionamento das assimetrias vigentes na instância material e de luta permanente contra a mercantilização da vida. Nessa esteira, o primeiro capítulo perpassou a formação do samba e da classe trabalhadora urbana cariocas, a perseguição e a marginalização do gênero, a resistência da malandragem ao disciplinamento do samba e das relações de trabalho, as disputas político-sociais que marcaram o surgimento das primeiras escolas de samba no Rio, o apagamento da memória coletiva da Praça Onze, bem como a espetacularização dos desfiles das agremiações enquanto sintoma da agudização do processo de mercantilização da cultura.

Dessa primeira investigação, abriram-se os caminhos para a apresentação do problema de pesquisa central deste trabalho, que é apurado de forma mais detida no segundo e no terceiro capítulos: perquirir em que medida o samba carioca (com especial foco para o período atinente à virada neoliberal para o último quarto do século XX, bem como seus reflexos na produção contemporânea) se coloca como crítica potente ao discurso ideológico de superação do trabalho vivo na sociedade hodierna.

Parti da hipótese de que o samba carioca, com particular atenção para a produção musical das décadas de 1970 e 1980 – e sua linha de continuidade com relação às manifestações artísticas dos anos seguintes – se apõe em linha de contestação ao discurso

²⁹⁰ PAULA, Benito di. Retalhos de cetim. In: PAULA, Benito di. **Um novo samba**. Rio de Janeiro: Copacabana, 1974. Faixa 11.

ideológico hegemônico que prega a negação do conflito capital-trabalho, especialmente no que concerne a uma propalada descentralização do elemento *trabalho* nas relações sociais contemporâneas. Em outras palavras, conduzi-me pela hipótese de que, a partir da produção de discursos contra-hegemônicos (discurso em sentido amplo, isto é, tomando expressão escrita e sonora em conjunto), o samba carioca pôde (e pode) escancarar a falácia da abstração de igualdade em uma relação tão assimétrica quanto a que existe entre os polos do capital e do trabalho.

Gostaria de retomar, nas próximas linhas, a hipótese formulada, arrematando-a com o desenvolvimento do segundo e do terceiro capítulos, mas sem fazê-lo pressupondo uma ideia de fechamento de ciclo ou de autoconfirmação acadêmica. Assim, para além de afirmações categóricas (ainda que provisórias) sobre o que seria o resultado de uma espécie de experimento de hipótese, gostaria de dedicar esse espaço ao compartilhamento das impressões colhidas ao longo do estudo, no sentido material, fluido e vivo do termo.

Observei que, tomada a devida precaução de não instrumentalizar a arte, sob pena de lançá-la a um iníquo plano secundário, a produção musical colhida se apresentou sob as mais diversas formas de manifestação. Assim, categorizá-la a ponto de tomar como potência contestatória somente aquilo que, em um primeiro plano, pudesse ser apreendido como denúncia explícita, pareceu consistir em viés de análise extremamente reducionista. Procurei, portanto, trabalhar com a noção de potencialidade contestatória em sentido amplo, enquanto questionamento das assimetrias vigentes na instância material, seja pela crítica mais aberta das abstrações e promessas burguesas, seja pela exaltação direta do trabalho verdadeiramente livre, seja pela ode à malandragem como recusa política e consciente ao trabalho alienado, seja mesmo pela denúncia expressa da exploração.

Tomei como período histórico central de pesquisa o atinente à virada neoliberal (ou seja, a passagem para o último quarto do século XX), posto que diretamente ligado à difusão do diagnóstico que saiu hegemônico e vitorioso a respeito da crise do fordismo: o diagnóstico neoliberal, segundo o qual a crise teria sido ocasionada por um suposto excesso de regulação social. A tal diagnóstico, correspondeu a apresentação de uma solução que passaria, especificamente quanto ao que nos interessa de perto para esta pesquisa, pela desregulamentação das relações de trabalho.

O ponto central é que, enquanto regime de acumulação, o neoliberalismo não representou tão somente uma proposta de alteração de racionalidade econômica e/ou de reestruturação das estratégias produtivas, mas demandou e demanda o mais profundo controle sobre o modo de pensar e entender as relações sociais. A produção e propagação de discursos

hegemônicos exerce função central para a manutenção de um regime que, sem romper com os alicerces do liberalismo clássico, incorpora novas e apuradas estratégias de exploração do trabalho, de favorecimento de atores privados de mercado e de controle do próprio Estado para sua colocação a serviço dos interesses particulares.

A construção de discursos hegemônicos se funda na necessidade que tem o capital de, mesmo já garantida a dominação de classe no âmbito privado, possuir a direção também de uma esfera pública apta a assegurar a manutenção em curso de sua engrenagem reprodutora de desigualdades. Nesse processo, têm lugar central os expedientes ideológicos de abstração dos conflitos de classe, que engendram uma aparência de igualdade tendente a ocultar as desigualdades materiais. E não se diz *ocultar* em um sentido fantasmagórico, como se tais expedientes de abstração funcionassem como uma cortina de fumaça, mas, sim, no sentido mais concreto e material possível: produzem sociabilidade e legitimam desigualdades.

Nessa linha, o regime de acumulação neoliberal demanda, para manter sua hegemonia, a renovação discursiva das abstrações liberais clássicas, com destaque para a da superação do conflito capital-trabalho e para, a partir da proposta de desregulamentação das relações laborais, o seu desdobramento no discurso da descentralização do trabalho vivo na sociedade hodierna. Como amplamente exposto no capítulo dois, o trabalho é mais central do que nunca para a acumulação capitalista. A desregulamentação das relações laborais não faz com que dele se prescindia: ao revés, potencializa e precariza as formas de exploração, robustecendo de forma ímpar o controle sobre o trabalho alheio.

Ora, e quais são os efeitos da importação de uma ideologia liberal de forjamento de aparências de igualdade em uma sociedade que, secular e historicamente espoliada, reflete profundas desigualdades sem fazer questão de escondê-las? O sentido de legitimá-las, justificá-las e aprofundá-las. Não à toa, o aparato ideológico que embasa predatórias medidas de austeridade em matéria trabalhista (com destaque para a chamada reforma trabalhista) se vale, em larga medida, do discurso de superação do considerado trabalho “tradicional” para, a partir dessa negação teórica, vender a superação da própria exploração.

E o que o samba carioca tem a ver com tudo isso? Procurei pensar como a cultura popular, materialmente inserida nas relações sociais e gerando (e recebendo) seus influxos, produz sociabilidades e aponta para novas formas de conceber tais relações. Tendo em vista a produção artística enquanto atividade histórica de construção de determinadas formas de consciência sobre fenômenos sociais, busquei recortar meu objeto de estudo para perquirir o questionamento de um discurso ideológico-hegemônico que se situa, histórica e precipuamente, na virada neoliberal.

Assim como a ideologia do discurso hegemônico não é uma mera cortina de fumaça (atuando, ao revés, em um sentido muito concreto: o da legitimação e do aprofundamento de desigualdades), tampouco o é a produção de discursos contra-hegemônicos que notei, especificamente, a partir da produção cultural referente ao samba carioca.²⁹¹ Fazendo ruir os pressupostos fundantes da produção de consenso em torno da direção e da dominação de um modo de produção pautado na barbárie e na exploração, o samba permite não só desnaturalizar essa dominação, como também pensar a construção de novas correlações de força que possibilitem a sua superação – e superação no sentido concreto do termo, não em um sentido ideal ou especulativo.

Quando Candeia cantou não saber onde estão as tão prometidas liberdade e igualdade²⁹², não pretendia, ingenuamente, encontrá-las por aí perdidas em uma sociedade regida pela lógica de um modo de produção que, para existir, precisa, necessariamente, exterminar, desigualar e aniquilar qualquer perspectiva de emancipação social. Ao revés, pretendia clamar à construção da verdadeira liberdade e da verdadeira igualdade, que são impossíveis de serem encontradas voltando ao barracão: “e cante o samba na universidade / e verás que seu filho será príncipe de verdade / aí então jamais tu voltarás ao barracão”.²⁹³

Em suma – e aqui está o cerne do que pude observar ao longo da pesquisa –, isso nos possibilita ensaiar uma análise materialista acerca dos jogos entre o discurso hegemônico que pauta o regime de acumulação vigente neoliberal (com especial atenção para a negação discursiva do conflito capital-trabalho e para seus efeitos particularmente deletérios em uma realidade marcada por desigualdades abissais e por um padrão histórico de exploração predatória da mão de obra) e o papel revolucionário da produção de discursos contra-hegemônicos a partir da cultura. Diz-se *revolucionário* no sentido material do termo (ou seja, de ter como fim e como condição necessária a alteração das desigualdades reais) e também no sentido de movimento (isto é, pensando revolução enquanto processo revolucionário, ao invés de concebê-la como um momento estanque).

²⁹¹ O sentido de hegemonia aqui é o mesmo que fora ventilado na nota de rodapé nº 6 deste trabalho, qual seja: “Como Gramsci, não se pretende aqui adotar um ou outro conceito estanque de hegemonia, porque partilhamos da mesma preocupação: a intervenção do homem na realidade e o embasamento da ação política, razão pela qual é preciso pensar hegemonia a partir dos conceitos de direção e dominação, mas sem fazê-lo de forma dicotômica. O processo de manutenção de poder envolve não só fatores meramente técnico-financeiros, mas também subjetivos e culturais, que influenciam a forma de se ver o mundo. Assim, o processo revolucionário não pode se limitar à alteração factual das engrenagens econômicas de uma sociedade, mas deve possibilitar profundas transformações na forma de conceber a realidade e suas relações.” (cf. supra, p. 14, nota nº 6)

²⁹² CANDEIA. Filosofia do Samba. In: VIOLA, Paulinho da. **Paulinho da Viola**. Rio de Janeiro: Odeon, 1971. Faixa 5.

²⁹³ CANDEIA. Dia de graça. In: CANDEIA. **Candeia**. Rio de Janeiro: Equipe, 1970. Faixa 1.

E nos possibilita fazê-lo sem abrir mão da bagagem da tradição marxista, superando leituras reducionistas que a acusam de mecanicismo ou de uma espécie de determinismo econômico. Quando falamos em capitalismo (e no seu particular regime de acumulação atualmente vigente, o neoliberalismo), estamos falando de uma lógica que envolve a vida social como um todo. Igualmente, quando falamos em tomada de poder e no movimento revolucionário com vistas a ela, não se trata somente de uma alteração factual das engrenagens econômicas de uma sociedade, mas de um processo mais amplo que envolve fatores subjetivos e culturais.²⁹⁴ Envolve, por assim dizer, “uma transformação profunda da maneira de pensar dos homens”.²⁹⁵

Em outras palavras: a ação política com vistas à superação material das desigualdades sociais (com atenção especial às resultantes da exploração do trabalho) não se faz sem a construção subjetiva e cultural de discursos potentes aptos a nadar na contracorrente de uma ideologia dominante que, sob o verniz da negação discursiva de tais desigualdades, nutre-se justamente da manutenção e do aprofundamento das assimetrias na instância material. Daí sua potência e daí também toda a perseguição que a produção musical sofre em contextos de autoritarismo, seja ele explícito ou velado sob as abstrações burguesas de uma suposta democracia.

A construção de discursos contra-hegemônicos a partir da arte não é, portanto, uma mera tentativa de fuga da realidade: é a tentativa de transformar, materialmente, a realidade em si. É a tentativa de criar novos discursos hegemônicos como parte do próprio processo de tomada do poder político (sendo, assim, essencial no campo de disputas de ações políticas). E isso, de forma alguma, implica deslocar-se da instância material na interpretação dos fenômenos político-sociais. É justamente o contrário: implica entender a dinâmica que a ideologia dominante exerce na legitimação e manutenção dos expedientes de reprodução de desigualdades para, a partir disso, pensar a construção de um novo discurso hegemônico apto

²⁹⁴ “O caráter de direção é próprio somente de quem se apropria de um discurso persuasivo e consensual, distinto da simples titularidade do poder coercitivo [...]. A hegemonia [...] recebe o significado de direção política, e ainda com maior razão apresenta-se como direção cultural: a conquista da hegemonia é precedente à conquista do poder. [...] não basta a erosão de um modo de produção, como claramente se deu com o feudalismo nos últimos séculos do medievo, para que se venha a desagregar certo bloco dominante. Ganham destaque as quebras de feitiço cultural, político e ideológico, que se relacionam à ruptura na esfera intelectual.” CÂMARA, Marcelo Henrique. **Estado liberal e autonomia da vontade: o papel dos intelectuais orgânicos na formação e consolidação do direito burguês pós-revolucionário**. In MEZZARROBA, Orides (org.). **Gramsci: Estado e relações internacionais**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005, p. 259. Referindo-se a BOBBIO, 1999, pp. 67/8 (BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e terra, 1999) e a ARRUDA JR., 1997, p. 41 (ARRUDA JR., Edmundo Lima de. **Direito moderno e mudança social: ensaios de sociologia jurídica**. Belo Horizonte: Del Rey, 1997).

²⁹⁵ GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel: As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. 14ª ed. Tradução: Dario Canali. Porto Alegre: L&PM, 2001, p. 86.

a entrar em disputa e tendente a contribuir com a real superação (e não apaziguamento) do capitalismo e de suas contradições.

Como cantou Bezerra da Silva, se Deus desse asa à cobra, os papéis sociais poderiam ser invertidos. Não deu, mas ainda pode dar. E “eles estão me entendendo / pra quem sabe ler um pingo é letra”.²⁹⁶ Nesse dia, então, a cozinheira irá para a sala; a madame, para a cozinha; o servente virará chefe; o soldado, tenente; o chefe, por sinal, irá trabalhar lá na vaga do servente. E assinou o recado final: como “trabalhador sofrido, lutando contra um capitalismo selvagem”, “enquanto eu viver, vou ser uma pedra no sapato deles”.²⁹⁷

Especificamente no que concerne ao discurso ideológico dominante de superação do trabalho vivo na sociedade hodierna (calcado na falaciosa negação discursiva da conflituosidade intrínseca à relação capital-trabalho), o samba reforça, em cada verso e em cada batida no couro do tambor, a centralidade que o trabalho ocupa na rotina da classe que necessita vendê-lo para subsistir: “o dia subiu sobre a cidade / que acorda e se põe em movimento / um despertador bem barulhento / badala, bem dentro, em meu ouvido”.²⁹⁸ Reforça também o processo de alienação do trabalho e a recusa consciente em tomar o absurdo como normal: “na segunda-feira eu não vou trabalhar / na terça não vou pra poder descansar / [...] / eu não sei por que tenho que trabalhar / se tem gente ganhando de papo pro ar / eu só vou, eu só vou / se o salário aumentar”.²⁹⁹

E aponta para a superação – não da aparência, mas da essência – revolucionária desse processo e para a necessidade de fazê-lo com e pelo trabalho (e não a despeito dele), que segue, portanto, tendo centralidade: “glória a quem trabalha o ano inteiro / em mutirão”.³⁰⁰ Aponta, ainda, para a importância de construir, na consciência coletiva, novas formas de conceber as relações sociais e de desnaturalização do processo de venda do inalienável: “se o operário soubesse / reconhecer o valor que tem seu dia”³⁰¹, certamente chegaria à conclusão de que “sou dono e não empregado / tenho a vida pra gastar”.³⁰² É justamente nessa esteira

²⁹⁶ VIOLA, Cosme da; PANDEIRO, Darci do. Asa à cobra. In: SILVA, Bezerra da. **Samba partido e outras comidas**. Rio de Janeiro: RCA Vik, 1981. Faixa 1.

²⁹⁷ Falas de Bezerra da Silva publicadas em: VIANNA, Letícia C. R. **Bezerra da Silva: produto do morro**: trajetória e obra de um sambista que não é santo. Op. Cit., p. 39.

²⁹⁸ GONZAGUINHA. Dias de Santos e Silvas. In: GONZAGUINHA. **Moleque Gonzaguinha**. Rio de Janeiro: Odeon, 1977. Faixa 1.

²⁹⁹ MANGUEIRA, Darcy da. Samba do trabalhador. In: VILA, Martinho da. **Martinho da Vila**. Rio de Janeiro: Sony Music, 1992. Faixa 1.

³⁰⁰ VILA, Martinho da. Pra tudo se acabar na quarta-feira. Samba-enredo da Vila Isabel no carnaval de 1984. In: VILA, Martinho. **Martinho da Vila Isabel**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1984. Faixa 6.

³⁰¹ PORTUGUÊS, Alfredo; CARTOLA; SARGENTO, Nelson. O samba do operário. In: SARGENTO, Nelson. **Cartola entre amigos**. Rio de Janeiro: Funarte, 1984. Faixa 2.

³⁰² CANDEIA; POENER, Arthur. Morro do Sossego. In: BUARQUE, Cristina. **Candeia**. Rio de Janeiro: Funarte, 1988. Faixa 2.

que gostaria de fechar este trabalho, propondo um resgate da música que lhe dá título e da primeira reflexão lançada na introdução.

Poeta operário e compositor
 (Compositor)
 Repórter cronista do seu dia a dia
 (Do seu dia a dia)
 Que canta a tristeza e fala a verdade
 (Fala a verdade)
 Compondo o progresso e também poesia
 (E de poesia)³⁰³

Sejamos poetas operários e cronistas de nosso cotidiano, escancarando as contradições e as dores de uma lógica vital fundada na barbárie e na exploração do homem sobre o homem. Se a ideologia dominante da marcha civilizatória nos empurra goela abaixo um ideal de progresso que só favorece aos vencedores de seu tempo (e que são sempre os mesmos em todos os tempos), sejamos nós os que reivindicarão uma história ao avesso, aquela verdadeira, esfregada a contrapelo, como queria Benjamin. Aquela contada pelos que tudo produzem, aquela que ninguém nunca ouviu, que nunca desfilou nos palácios, que nunca foi levada em conta nas mesas de negociação.

Pinta o sofrimento maior que o salário
 E nem com talento vê compensação
 (Isso é que é um povo bom)
 Mesmo passando fome ao invés de revolta
 (É!)
 Faz brotar no momento a mais nova canção

E o poeta
 É quem vai levando a cruz
 Ganha mais quem nada faz
 Menos ganha quem produz
 (Tô falando a você!)
 E o poeta
 É quem vai levando a cruz
 Ganha mais quem nada faz
 Menos ganha quem produz

Essa é a sina daquele que, uma vez espoliado de seus meios de vida, é obrigado a vender o inalienável, isto é, aquilo que jamais poderia ser transfigurado em mercadoria: sua força de trabalho. Em troca, recebe (e quando recebe) uma tentativa de sobrevivência. E quando chega o dia primeiro de maio, ainda o felicitam em rede nacional, dizendo *feliz dia do trabalho!* Dizem “feliz dia do trabalho”, não do trabalhador. Aquele que tenta sobreviver, que tudo faz e tudo produz – e cuja cruz pesa, como a de um certo Jesus que eles fingem conhecer. Aquele que, no suor da lida, dribla a ferida em carne rubra da sua própria existência moída, na

³⁰³ ROMILDO; ALBERTO, Nei. O poeta operário. In: SILVA, Bezerra da. **Eu não sou santo**. Rio de Janeiro: BMG-Ariola, 1990. Faixa 12.

máquina de moer vida. Desejam-no um feliz dia do trabalho, muito embora só desejem a um operário um soco diário e um calvário.

Desnaturalizemos o sofrimento, a desigualdade, o salário mingado, a fome, a eterna promessa de compensação que nunca se concretiza. E também não queremos um futuro de compensações, que sempre pressupõem dívidas, porque não queremos a renovação das dívidas, da espoliação, do extermínio. Queremos o fim da barbárie. Que se faça brotar a canção, que é também um grito de socorro, um canto de revolta, que é também processo revolucionário. Porque a cada batida no tambor, a cada saudação do agogô, recobram-se as vozes eternas dos que se foram e que sempre ficam, como o eco macio da cuíca, e se reinventa a vida. “Quando o agogô soar / o som do ferro sobre o ferro / será como o berro do bezerro / sangrado em agrado ao grande Ogum”. E “quando a mão tocar no tambor / será pele sobre pele / vida e morte para que se zele / pelo orixá e pelo egum”.³⁰⁴

³⁰⁴ GIL, Gilberto. Serafim. In: GIL, Gilberto. **Parabolicamará**. Rio de Janeiro: Warner Music, 1992. Faixa 5.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALMEIDA, Paula Cresciulo. **O carnaval carioca oficializado: a aliança entre sambistas e prefeitura do Rio de Janeiro (1932-1935)**. Revista Crítica Histórica. Ano V, nº 10, dezembro/2014.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

ALZUGUIR, Rodrigo. **Wilson Baptista: o samba foi sua glória**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11ª edição. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

AZEVEDO, Amailton Magno. **Sambas, quintais e arranha-céus: as micro-áfricas em São Paulo**. São Paulo: Olho d'Água, 2016.

BARRETO, Lima. **Cló**. São Paulo: SESI SP, 2017.

_____. **O morcego**. 1915. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000173.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2018.

BERDU, Livia Cintra. **Trabalhadores negros libertos na formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro (1888 – 1910)**. Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017 De O capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917). Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC50/mc501.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado:** do populismo à hegemonia lulista. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

BRAZ, Marcelo (Org.). **Samba, Cultura e Sociedade:** sambistas e trabalhadores entre a questão social e a questão cultural no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

BRIDI, Maria Aparecida; BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. **Sociologia do Trabalho no Brasil hoje:** balanço e perspectivas. Revista Brasileira de Sociologia, Vol. 06, No. 12, Jan-Abr./2018.

BRUNET, Daniel. **Segunda-feira:** a história do Samba do Trabalhador. Rio de Janeiro: Sonora Editora, 2016.

CABRAL, Sérgio. **As Escolas de Samba do Rio de Janeiro.** Lumiar Editora. Rio de Janeiro, 1996.

CÂMARA, Marcelo Henrique. **Estado liberal e autonomia da vontade:** o papel dos intelectuais orgânicos na formação e consolidação do direito burguês pós-revolucionário. In: MEZZAROBBA, Orides (org.). **Gramsci:** Estado e relações internacionais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

CANDEIA & ISNARD. **Escola de samba:** árvore que esqueceu a raiz. Rio de Janeiro: Lidador; Seec, 1978.

CUNHA, Ana Cláudia da. **O Quilombo de Candeia:** Um teto para todos os sambistas. Rio de Janeiro: FGV – CPDOC – Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, orientada por Marly Silva da Motta, 2009.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo, trabalho e emprego:** entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2017.

DIEESE. **A Reforma Trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil.** Nota Técnica nº 178, maio de 2017. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2018.

_____. **O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no Brasil.** Relatório Técnico - DIEESE. Publicação de dezembro de 2007. Disponível em: <<http://ftp.medicina.ufmg.br/osat/arquivos/6-07082015.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

_____. **Terceirização e desenvolvimento:** uma conta que não fecha. Dossiê acerca do impacto da Terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos. Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014.

DINIZ, André. **Almanaque do carnaval:** a história do carnaval, o que ouvir, o que ler, onde curtir. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo:** Teoria e história. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GONÇALVES, Guilherme Leite. **Acumulação primitiva, expropriação e violência jurídica:** expandindo as fronteiras da sociologia crítica do direito. Rev. Direito e Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 2, 2017.

_____. **Marx está de volta!** Um chamado pela virada materialista no campo do direito. Revista Direito e Práxis, vol. 5, n. 9, 2014.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

_____. **Tudo começou com Maquiavel:** As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 14ª ed. Tradução: Dario Canali. Porto Alegre: L&PM, 2001.

HABERMAS, Juergen. **A nova intransparência:** a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. Tradução de Carlos Alberto Marques Novaes. Revista Novos Estudos, 18ª ed., vol. 2, edição de setembro de 1987.

_____. **Toward a Rational Society.** Boston, Beacon Press, 1970.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Nei. **Sambeabá: o samba que não se aprende na escola**. Casa da Palavra: Rio de Janeiro, 2003.

_____; SIMAS, Luiz Antonio. **Dicionário da história social do samba**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUKÁCS, Georg. **The Ontology of Social Being: Labour**. Tradução de David Fernbach. Londres: Merlin Press, 1980.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O Capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **O Capital: crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. Tomo I**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985/6.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____; ENGELS, Friedrich. **Cultura, arte e literatura. Textos escolhidos**. Tradução: J. P. Netto e M. M. C. Yoshida. São Paulo: Expressão Popular (Coleção Arte e Sociedade), 2010.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. 2ª edição. Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

MUSSA, Alberto; SIMAS, Luiz Antonio. **Samba de enredo: história e arte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NETO, Simplício; DERRAIK, Márcia. Documentário **Onde a coruja dorme** (TvZERO, 2002).

NOVAES, José. **Um episódio de produção de subjetividade no Brasil de 1930: malandragem e Estado Novo**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 6, n. 1, p. 39-44, jan./jun. 2001.

OFFE, Claus. **Trabalho: a categoria-chave da sociologia?** Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_01.htm>. Acesso em 24 jun. 2018. In **Disorganized Capitalism: contemporary transformations of work and politics**. Oxford, Basil Blackwell, 1986. Traduzido do inglês por Lucia Hippolito.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista; O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PETRAS, James. **Brasil: a retirada dos direitos sociais e trabalhistas**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/23491/21158>>. Acesso em: 7 jul. 2018.

PRIEB, Sérgio. **Os efeitos da crise econômica sobre a classe trabalhadora**. Disponível em: <<http://www.revistaovies.com/artigos/2012/05/os-efeitos-da-crise-economica-sobre-a-classe-trabalhadora/>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

RABELLO, João Bosco. **Escola de samba**. Cultura popular. Correio Braziliense. Suplemento Especial. 22/01/1978.

SAAD FILHO, Alfredo. **Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo?** Crítica e Sociedade: revista de cultura política, v. 1, n. 3, dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. Coleção Espírito Crítico. 5ª edição, 3ª reimpressão. São Paulo: Editora 34, 2007.

SILVA, Josué Pereira da. **A crise da sociedade do trabalho em debate**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, nº 35, SP, 1995. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451995000100008>.

Acesso em: 05 jul. 2018.

SIMAS, Luiz Antonio; FABATO, Fábio. **Para tudo começar na quinta-feira: o enredo dos enredos**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

SOLIS, Victor Nigro Fernandes. **Memória do Samba na Praça Onze**. Aurora, Marília, v. 7, n. 1, p. 41-58, Jul.-Dez., 2013.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TAVARES, Luiz Carlos Vieira; BARBIERI, Cesar Augustus S., SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. **Batuque na cozinha, sinhá não quer... e o delegado também não!** Licere, Belo Horizonte, v.15, n.4, dez/2012. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/426/319>>. Acesso em: 09 set. 2018.

TINHORÃO, José Ramos. **Música Popular: um tema em debate**. 4ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

VARGENS, João Batista M. **Candeia: luz da inspiração**. Rio de Janeiro: Almadena, 1987.

VASCONCELOS, Jack. **Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão?** Sinopse do enredo da Paraíso do Tuiuti apresentado no carnaval de 2018. Disponível em: <<http://liesa.globo.com/2018/por/03-carnaval/enredos/paraiso/paraiso.htm>>. Acesso em: 18 out. 2018.

VIANNA, Leticia C. R. **Bezerra da Silva: produto do morro: trajetória e obra de um sambista que não é santo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

VIEIRA, Leandro. **Com dinheiro ou sem dinheiro, eu brinco**. Sinopse do enredo da Estação Primeira de Mangueira para o carnaval de 2018. Disponível em: <<http://liesa.globo.com/2018/por/03-carnaval/enredos/mangueira/mangueira.html>>. Acesso em: 30 set. 2018.

ZUPIROLI, Daniela Bonamigo. **Brincando com versos**: um estudo das marchinhas de carnaval do período de 1920 a 1970, Pós - Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais, v. 11, 2012.

APÊNDICE: DISCOGRAFIA

O meu país tá precisando se resolver

[...]

Se vai cuidar da criançada ou vai mandar prender

Se vai ser bruto ou mandar flores pra surpreender

[...]

Igualdade pra sonhar

Quem não quer melhor viver

Hora de querer, hora de acertar

*Hora de ser forte pra sobreviver*³⁰⁵

COMPOSITORES:

Alcebíades Barcelos (Bide)

- LACERDA, Benedito; BARCELOS, Alcebíades (“Bide”). Nasci no samba. In: FARIA, Leonel. **78 RPM**. Rio de Janeiro: Parlophon, 1932. Faixa 2.

Aldir Blanc

- LUZ, Moacyr; BLANC, Aldir. Samba pro Geraldo. In: LUZ, Moacyr. **Batucando**. Rio de Janeiro, Biscoito Fino, 2008. Faixa 8.

Alfredo Português

- PORTUGUÊS, Alfredo; CARTOLA; SARGENTO, Nelson. O samba do operário. In: SARGENTO, Nelson. **Cartola entre amigos**. Rio de Janeiro: Funarte, 1984. Faixa 2.

Almeidinha

- ALMEIDA, Aníbal Alves de. Trabalhar, eu não. In: SILVA, Moacyr. **Carnaval de boate nº 2 – Moacyr Silva e seu conjunto e coro**. Rio de Janeiro: Copacabana, 1963. Faixa 5.

³⁰⁵ DUNCAN, Zélia; PILARES, Xande de. No meu país. In: DUNCAN, Zélia. **Antes do mundo acabar**. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2015. Faixa 5.

Altair Marinho

- CANDEIA; MARINHO, Altair. Seis Datas Magnas. In: PORTELA, Velha Guarda da. **Candeia**. Rio de Janeiro: Funarte, 1988. Faixa 9.

André Filho

- ROSA, Noel; FILHO, André. Filosofia. In: BUARQUE, Chico. **Sinal fechado**. Rio de Janeiro: Philips, 1974. Faixa 3.

Ari do Cavaco

- CAVACO, Ari do; MANGUEIRA, Otacílio. **É ladrão que não acaba mais**. In: SILVA, Bezerra da. **Eu tô de Pé**. Rio de Janeiro: Universal, 1998. Faixa 3.

Arlindo Marques Júnior

- ROBERTI, Roberto; JÚNIOR, Arlindo Marques. Deixa passar o trabalhador. In: JOEL, GAÚCHO. **78 RPM**. Rio de Janeiro: Odeon, 1946. Faixa 1.

Arthur José Poener

- CANDEIA; POENER, Arthur. Morro do Sossego. In: BUARQUE, Cristina. **Candeia**. Rio de Janeiro: Funarte, 1988. Faixa 2.

Artur Vilarinho

- VILARINHO, Artur; SILVA, Estanislau; JÚNIOR, Francisco da Silva Fárrea. O trem atrasou. In: CARRILHO, Altamiro. **Altamiro Carrilho e sua bandinha na TV – nº 2**. Rio de Janeiro: Copacabana, 1941. Faixa 7.

Ataulfo Alves

- BAPTISTA, Wilson; ALVES, Ataulfo. O Bonde de São Januário. In: ALVES, Ataulfo. **Ataulfo Alves e suas pastoras**. Rio de Janeiro: Odeon, 1959. Faixa 3.

Benedito Lacerda

- LACERDA, Benedito; BARCELOS, Alcebíades (“Bide”). Nasci no samba. In: FARIA, Leonel. **78 RPM**. Rio de Janeiro: Parlophon, 1932. Faixa 2.

Benito di Paula

- PAULA, Benito di. Retalhos de cetim. In: PAULA, Benito di. **Um novo samba**. Rio de Janeiro: Copacabana, 1974. Faixa 11.

Beto Pernada

- PERNADA, Beto; SIMÕES. Na hora da dura. In: SILVA, Bezerra da. **Justiça Social**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1987. Faixa 7.

Caetano Veloso

- VELOSO, Caetano. Desde que o samba é samba. In: GIL, Gilberto; VELOSO, Caetano. **Tropicália 2 – Caetano Veloso e Gilberto Gil**. Rio de Janeiro: Polygram, 1993. Faixa 12.

Candeia

- CANDEIA. A hora e a vez do samba. In: CANDEIA. **Raiz**. Rio de Janeiro: Equipe, 1971. Faixa 5.
- CANDEIA. Dia de graça. In: CANDEIA. **Candeia**. Rio de Janeiro: Equipe, 1970. Faixa 1.
- CANDEIA. Filosofia do Samba. In: VIOLA, Paulinho da. **Paulinho da Viola**. Rio de Janeiro: Odeon, 1971. Faixa 5.
- CANDEIA. Nova escola. In: CANDEIA. **Luz da inspiração**. Rio de Janeiro: WEA, 1977. Faixa 5.
- CANDEIA. Pintura sem arte. In: CANDEIA. **Axé! Gente amiga do samba**. Rio de Janeiro: WEA, 1978. Faixa 1.
- CANDEIA. Testamento de partideiro. In: PORTELA, Doca da. **Candeia**. Rio de Janeiro: Funarte, 1988. Faixa 10.
- CANDEIA. Viver. In: CANDEIA. **Candeia**. Rio de Janeiro: Equipe, 1970. Faixa 7.
- CANDEIA; MARINHO, Altair. Seis Datas Magnas. In: PORTELA, Velha Guarda da. **Candeia**. Rio de Janeiro: Funarte, 1988. Faixa 9.
- CANDEIA; POENER, Arthur. Morro do Sossego. In: BUARQUE, Cristina. **Candeia**. Rio de Janeiro: Funarte, 1988. Faixa 2.

Carlos Chaçaca

- CARTOLA; CACHAÇA, Carlos; CARVALHO, Hermínio Bello de. Alvorada. In: SANTIAGO, Emílio. **Guerreiro coração**. Rio de Janeiro: Polygram, 1980. Faixa 11 – 2ª música.

Cartola

- CARTOLA; CACHAÇA, Carlos; CARVALHO, Hermínio Bello de. Alvorada. In: SANTIAGO, Emílio. **Guerreiro coração**. Rio de Janeiro: Polygram, 1980. Faixa 11 – 2ª música.
- PORTUGUÊS, Alfredo; CARTOLA; SARGENTO, Nelson. O samba do operário. In: SARGENTO, Nelson. **Cartola entre amigos**. Rio de Janeiro: Funarte, 1984. Faixa 2.

Chico Buarque

- BUARQUE, Chico Buarque; HIME, Francis. Vai passar. In: BUARQUE, Chico. **Chico Buarque**. Rio de Janeiro: Ariola, 1984. Faixa 10.

Chiquinha Gonzaga

- GONZAGA, Chiquinha. Ó Abre Alas. In: Quatro Ases e um Curinga. **Fantasia e fantasias**. Rio de Janeiro: Sinter, 1954. Faixa 2.
- GONZAGA, Chiquinha; COSTA, José Machado Pinheiro e. Gaúcho/Corta-jaca. In: CARRILHO, Altamiro. **78 RPM**. Rio de Janeiro: Copacabana, 1961. Faixa 2.

Ciro de Souza

- BAPTISTA, Wilson; SOUZA, Ciro de. Ganha-se pouco, mas é divertido. In: ALMEIDA, Aracy de. **78 RPM**. Rio de Janeiro: Victor, 1941. Faixa 1.

Cosme da Viola

- VIOLA, Cosme da; PANDEIRO, Darci do. Asa à cobra. In: SILVA, Bezerra da. **Samba partido e outras comidas**. Rio de Janeiro: RCA Vik, 1981. Faixa 1.

Crioulo Doido

- DOIDO, Crioulo. Pega eu. In: SILVA, Bezerra da. **Bezerra da Silva ao vivo**. Rio de Janeiro: CID, 1999. Faixa 13.

Darci do Pandeiro

- VIOLA, Cosme da; PANDEIRO, Darci do. Asa à cobra. In: SILVA, Bezerra da. **Samba partido e outras comidas**. Rio de Janeiro: RCA Vik, 1981. Faixa 1.

Darcy da Mangueira

- MANGUEIRA, Darcy da. Samba do trabalhador. In: VILA, Martinho da. **Martinho da Vila**. Rio de Janeiro: Sony Music, 1992. Faixa 1.

Délcio Carvalho

- LARA, Dona Ivone; CARVALHO, Délcio. In: In: SANTIAGO, Emílio. **Guerreiro coração**. Rio de Janeiro: Polygram, 1980. Faixa 11 – 1ª música.

Dona Ivone Lara

- LARA, Dona Ivone; CARVALHO, Délcio. In: In: SANTIAGO, Emílio. **Guerreiro coração**. Rio de Janeiro: Polygram, 1980. Faixa 11 – 1ª música.

Édson Show

- ROMILDO; ALBERTO, Nei; SHOW, Édson. Vida de operário. In: SILVA, Bezerra da. **Violência gera violência**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1988. Faixa 3.

Estanislau Silva

- VILARINHO, Artur; SILVA, Estanislau; JÚNIOR, Francisco da Silva Fárrea. O trem atrasou. In: CARRILHO, Altamiro. **Altamiro Carrilho e sua bandinha na TV – nº 2**. Rio de Janeiro: Copacabana, 1941. Faixa 7.

Felipão

- ROXINHO; MIRANDA, Tião; FELIPÃO; PURIFICAÇÃO, Waldir da. A semente. In: SILVA, Bezerra da. **Justiça Social**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1987. Faixa 9.

Francisco da Silva Fárrea

- VILARINHO, Artur; SILVA, Estanislau; JÚNIOR, Francisco da Silva Fárrea. O trem atrasou. In: CARRILHO, Altamiro. **Altamiro Carrilho e sua bandinha na TV – nº 2**. Rio de Janeiro: Copacabana, 1941. Faixa 7.

G. Martins

- NAVAL; MARTINS, G. Preconceito de cor. In: SILVA, Bezerra da. **Justiça Social**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1987. Faixa 11.

Gilberto Gil

- GIL, Gilberto. Serafim. In: GIL, Gilberto. **Parabolicamará**. Rio de Janeiro: Warner Music, 1992. Faixa 5.

Glauco Ferreira

- FERREIRA, Glauco; FERREIRA, Homero; FERREIRA, Ivan. Me dá um dinheiro aí! In: Banda do Cordão do Bola Preta. **Elizeth no Bola Preta com a banda do Sodré**. Rio de Janeiro: Copacabana, 1970. Faixa 2.

Gonzaga Jr.

- GONZAGUINHA. Comportamento geral. In: GONZAGUINHA. **Luiz Gonzaga Jr.** Rio de Janeiro: Odeon, 1973. Faixa 9.
- GONZAGUINHA. Dias de Santos e Silvas. In: GONZAGUINHA. **Moleque Gonzaguinha**. Rio de Janeiro: Odeon, 1977. Faixa 1.

Grande Otelo

- MARTINS, Herivelto; OTELO, Grande. Praça Onze. In: BORBA, Emilinha; MILFONT, Gilberto; GOULART, Jorge. **Sucessos de carnaval (carnaval antigo) – Jorge Goulart, Emilinha Borba e Gilberto Milfont**. São Paulo: Continental, 1954. Faixa 1.

Gustavo Clarão

- LUZ, Moacyr; CLARÃO, Gustavo. A reza do samba. In: LUZ, Moacyr; Samba do Trabalhador. **Moacyr Luz e Samba do Trabalhador: 10 anos & outros sambas**. São Paulo: Ritmiza, 2015. Faixa 1.

Herivelto Martins

- MARTINS, Herivelto; OTELO, Grande. Praça Onze. In: BORBA, Emilinha; MILFONT, Gilberto; GOULART, Jorge. **Sucessos de carnaval (carnaval antigo) – Jorge Goulart, Emilinha Borba e Gilberto Milfont**. São Paulo: Continental, 1954. Faixa 1.

Hermínio Bello de Carvalho

- CARTOLA; CACHAÇA, Carlos; CARVALHO, Hermínio Bello de. Alvorada. In: SANTIAGO, Emílio. **Guerreiro coração**. Rio de Janeiro: Polygram, 1980. Faixa 11 – 2ª música.

Homero Ferreira

- FERREIRA, Glauco; FERREIRA, Homero; FERREIRA, Ivan. Me dá um dinheiro aí! In: Banda do Cordão do Bola Preta. **Elizeth no Bola Preta com a banda do Sodrê**. Rio de Janeiro: Copacabana, 1970. Faixa 2.

Ivan Ferreira

- FERREIRA, Glauco; FERREIRA, Homero; FERREIRA, Ivan. Me dá um dinheiro aí! In: Banda do Cordão do Bola Preta. **Elizeth no Bola Preta com a banda do Sodrê**. Rio de Janeiro: Copacabana, 1970. Faixa 2.

João da Baiana

- BAIANA, João da. Batuque na cozinha. In: JESUS, Clementina de; BAIANA, João da. **Gente da Antiga – Pixinguinha, Clementina de Jesus e João da Bahiana**. Rio de Janeiro: Odeon, 1968. Faixa 9.

João do Vale

- VALE, João do; VIEIRA, Luiz. A voz do povo. In: VALE, João do. **O poeta do povo**. Rio de Janeiro: Philips, 1965. Faixa 1.

João Nogueira

- NOGUEIRA, João; PINHEIRO, Paulo César. Canto do trabalhador. In: NOGUEIRA, João. **Clube do samba**. Rio de Janeiro: Polydor, 1979. Faixa 5.
- NOGUEIRA, João; PINHEIRO, Paulo César. Poder da criação. In: NOGUEIRA, João. **Boca do povo**. Rio de Janeiro: Polydor, 1980. Faixa 1.
- NOGUEIRA, João; PINHEIRO, Paulo César. Súplica. In: NOGUEIRA, João. **Clube do Samba**. Rio de Janeiro: Polydor, 1979. Faixa 1.
- NOGUEIRA, João; PINHEIRO, Paulo César. Trabalhadores do Brasil. In: NOGUEIRA, João. **Boca do povo**. Rio de Janeiro: Polydor, 1980. Faixa 7.

Joaquim Antônio Candeias Junior

- JUNIOR, Joaquim Antônio Candeias; ANTÔNIO, Luís. Lata d'água. In: BLECAUTE. **Na boca do povo... Blecaute – Os grandes carnavais do passado**. Rio de Janeiro: Polydor, 1960. Faixa 1.

Jorge Farah

- ROBERTI, Roberto; FARAH, Jorge. Eu trabalhei. In: SILVA, Orlando. **Orlando Silva**. Rio de Janeiro: Funarte, 1985. Faixa 6.

José Barbosa da Silva (Sinhô)

- SILVA, José Barbosa da. (Sinhô). Ora vejam só. In: MENEZES, Carolina Cardoso de. **Teléco Téco**. Rio de Janeiro: Odeon, 1957. Faixa 2.

José Machado Pinheiro e Costa

- GONZAGA, Chiquinha; COSTA, José Machado Pinheiro e. Gaúcho/Corta-jaca. In: CARRILHO, Altamiro. **78 RPM**. Rio de Janeiro: Copacabana, 1961. Faixa 2.

Luís Antônio

- JUNIOR, Joaquim Antônio Candeias; ANTÔNIO, Luís. Lata d'água. In: BLECAUTE. **Na boca do povo... Blecaute – Os grandes carnavais do passado**. Rio de Janeiro: Polydor, 1960. Faixa 1.

Luiz Carlos da Vila

- VILA, Luiz Carlos da. O sonho não acabou. In: CARVALHO, Beth. **Sentimento brasileiro**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1980. Faixa 10.

Luiz Vieira

- VALE, João do; VIEIRA, Luiz. A voz do povo. In: VALE, João do. **O poeta do povo**. Rio de Janeiro: Philips, 1965. Faixa 1.

Mauro Duarte

- PINHEIRO, Paulo César; DUARTE, Mauro. Canto das três raças. In: NUNES, Clara. **Canto das três raças**. Rio de Janeiro: Odeon, 1976. Faixa 1.

Mirabeau

- MIRABEAU; JR, Vieira. Operário. In: COSTA, Carmen. **78 RPM**. Rio de Janeiro: Copacabana, 1955. Faixa 2.

Moacyr Luz

- LUZ, Moacyr; BLANC, Aldir. Batucando. Samba pro Geraldo. In: LUZ, MOACYR. **Batucando**. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2008. Faixa 8.
- LUZ, Moacyr; CLARÃO, Gustavo. A reza do samba. In: LUZ, Moacyr; Samba do Trabalhador. **Moacyr Luz e Samba do Trabalhador: 10 anos & outros sambas**. São Paulo: Ritmiza, 2015. Faixa 1.

Moreira da Silva

- DA SILVA, Moreira; CUNHA, Ribeiro. Vara Criminal. In: SILVA, Moreira da. **O último malandro**. Rio de Janeiro: Odeon, 1958. Faixa 3.

Naval

- NAVAL; MARTINS, G. Preconceito de cor. In: SILVA, Bezerra da. **Justiça Social**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1987. Faixa 11.

Nei Alberto

- ROMILDO; ALBERTO, Nei. O poeta operário. In: SILVA, Bezerra da. **Eu não sou santo**. Rio de Janeiro: BMG-Ariola, 1990. Faixa 12.
- ROMILDO; ALBERTO, Nei; SHOW, Édson. Vida de operário. In: SILVA, Bezerra da. **Violência gera violência**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1988. Faixa 3.

Nelson Sargento

- SARGENTO, Nelson. Agoniza mas não morre. In: CARVALHO, Beth. **De pé no chão**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1978. Faixa 12.
- PORTUGUÊS, Alfredo; CARTOLA; SARGENTO, Nelson. O samba do operário. In: SARGENTO, Nelson. **Cartola entre amigos**. Rio de Janeiro: Funarte, 1984. Faixa 2.

Nilton Campolino

- CAMPOLINO, Nilton; HÉLIO, Tio. Delegado Chico Palha. In: PAGODINHO, Zeca. **Água da minha sede**. Rio de Janeiro: Universal Music, 2000. Faixa 3.

Noca da Portela

- MOSCA, Sérgio; PORTELA, Noca da. Eu sou favela. In: SILVA, Bezerra da. **Presidente Caô-Caô**, Rio de Janeiro: BMG Ariola, 1992. Faixa 2.

Noel Rosa

- ROSA, Noel. Rapaz folgado. In: In: EGYDIO, Francisco. **Polêmica – Wilson Batista x Noel Rosa – Roberto Paiva e Francisco Egydio**. Rio de Janeiro: Odeon, 1956. Faixa 2.
- ROSA, Noel. Três apitos. In: CARDOSO, Elizeth. **Elizethíssima**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1981. Faixa 4.
- ROSA, Noel; FILHO, André. Filosofia. In: BUARQUE, Chico. **Sinal fechado**. Rio de Janeiro: Philips, 1974. Faixa 3.

Otacílio da Mangureira

- CAVACO, Ari do; MANGUEIRA, Otacílio. **É ladrão que não acaba mais**. In: SILVA, Bezerra da. **Eu tô de Pé**. Rio de Janeiro: Universal, 1998. Faixa 3.

Paulo César Pinheiro

- NOGUEIRA, João; PINHEIRO, Paulo César. Canto do trabalhador. In: NOGUEIRA, João. **Clube do samba**. Rio de Janeiro: Polydor, 1979. Faixa 5.
- NOGUEIRA, João; PINHEIRO, Paulo César. Poder da criação. In: NOGUEIRA, João. **Boca do povo**. Rio de Janeiro: Polydor, 1980. Faixa 1.
- NOGUEIRA, João; PINHEIRO, Paulo César. Súplica. In: NOGUEIRA, João. **Clube do Samba**. Rio de Janeiro: Polydor, 1979. Faixa 1.
- NOGUEIRA, João; PINHEIRO, Paulo César. Trabalhadores do Brasil. In: NOGUEIRA, João. **Boca do povo**. Rio de Janeiro: Polydor, 1980. Faixa 7.
- PINHEIRO, Paulo César; DAS NEVES, Wilson. O dia em que o morro descer e não for carnaval. In: NEVES, Wilson das. **O som sagrado de Wilson das Neves**. Rio de Janeiro: CID, 1996. Faixa 13.
- PINHEIRO, Paulo César; DUARTE, Mauro. Canto das três raças. In: NUNES, Clara. **Canto das três raças**. Rio de Janeiro: Odeon, 1976. Faixa 1.

Paulo da Portela

- PORTELA, Paulo da. Teste ao samba. In: MANACÉA; Velha Guarda da Portela. **Homenagem a Paulo da Portela**. Rio de Janeiro: Ideia Livre, 1988. Faixa 3.

Pedro Butina

- BUTINA, Pedro; MENINÃO, Walter. Sonho de operário. In: SILVA, Bezerra da. **Se não fosse o samba**. Rio de Janeiro: BMG-Ariola, 1989. Faixa 3.

Regina do Bezerra

- BEZERRA, Regina do. Tem coca aí na geladeira. In: SILVA, Bezerra da. **Malandro é malandro, mané é mané**. Rio de Janeiro: Atração Fonográfica, 2000. Faixa 2.

Ribeiro Cunha

- DA SILVA, Moreira; CUNHA, Ribeiro. Vara Criminal. In: SILVA, Moreira da. **O último malandro**. Rio de Janeiro: Odeon, 1958. Faixa 3.

Roberto Martins

- BAPTISTA, Wilson; MARTINS, Roberto. O pedreiro Waldemar. In: BAPTISTA, Wilson. **Wilson Batista, o samba foi sua glória – Joyce e Roberto Silva**. Rio de Janeiro: Funarte, 1985. Faixa 3.

Roberto Roberti

- ROBERTI, Roberto; FARAH, Jorge. Eu trabalhei. In: SILVA, Orlando. **Orlando Silva**. Rio de Janeiro: Funarte, 1985. Faixa 6.
- ROBERTI, Roberto; JÚNIOR, Arlindo Marques. Deixa passar o trabalhador. In: JOEL, GAÚCHO. **78 RPM**. Rio de Janeiro: Odeon, 1946. Faixa 1.

Romildo

- ROMILDO; ALBERTO, Nei. O poeta operário. In: SILVA, Bezerra da. **Eu não sou santo**. Rio de Janeiro: BMG-Ariola, 1990. Faixa 12.
- ROMILDO; ALBERTO, Nei; SHOW, Édson. Vida de operário. In: SILVA, Bezerra da. **Violência gera violência**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1988. Faixa 3.

Roxinho

- ROXINHO; MIRANDA, Tião; FELIPÃO; PURIFICAÇÃO, Walmir da. A semente. In: SILVA, Bezerra da. **Justiça Social**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1987. Faixa 9.

Sérgio Mosca

- MOSCA, Sérgio; PORTELA, Noca da. Eu sou favela. In: SILVA, Bezerra da. **Presidente Caô-Caô**, Rio de Janeiro: BMG Ariola, 1992. Faixa 2.

Simões

- PERNADA, Beto; SIMÕES. Na hora da dura. In: SILVA, Bezerra da. **Justiça Social**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1987. Faixa 7.

Tião Miranda

- ROXINHO; MIRANDA, Tião; FELIPÃO; PURIFICAÇÃO, Walmir da. A semente. In: SILVA, Bezerra da. **Justiça Social**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1987. Faixa 9.

Tio Hélio

- CAMPOLINO, Nilton; HÉLIO, Tio. Delegado Chico Palha. In: PAGODINHO, Zeca. **Água da minha sede**. Rio de Janeiro: Universal Music, 2000. Faixa 3.

Vieira Jr.

- MIRABEAU; JR, Vieira. Operário. In: COSTA, Carmen. **78 RPM**. Rio de Janeiro: Copacabana, 1955. Faixa 2.

Walmir da Purificação

- ROXINHO; MIRANDA, Tião; FELIPÃO; PURIFICAÇÃO, Walmir da. A semente. In: SILVA, Bezerra da. **Justiça Social**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1987. Faixa 9.

Walter Meninão

- BUTINA, Pedro; MENINÃO, Walter. Sonho de operário. In: SILVA, Bezerra da. **Se não fosse o samba**. Rio de Janeiro: BMG-Ariola, 1989. Faixa 3.

Wilson Baptista

- BAPTISTA, Wilson. Lenço no pescoço. In: PAIVA, Roberto. **Polêmica – Wilson Batista x Noel Rosa – Roberto Paiva e Francisco Egydio**. Rio de Janeiro: Odeon, 1956. Faixa 1.
- BAPTISTA, Wilson; ALVES, Aaulfo. O Bonde de São Januário. In: ALVES, Aaulfo. **Aaulfo Alves e suas pastoras**. Rio de Janeiro: Odeon, 1959. Faixa 3.
- BAPTISTA, Wilson; MARTINS, Roberto. O pedreiro Waldemar. In: BAPTISTA, Wilson. **Wilson Batista, o samba foi sua glória – Joyce e Roberto Silva**. Rio de Janeiro: Funarte, 1985. Faixa 3.
- BAPTISTA, Wilson; SOUZA, Ciro de. Ganha-se pouco, mas é divertido. In: ALMEIDA, Aracy de. **78 RPM**. Rio de Janeiro: Victor, 1941. Faixa 1.

Wilson das Neves

- PINHEIRO, Paulo César; DAS NEVES, Wilson. O dia em que o morro descer e não for carnaval. In: NEVES, Wilson das. **O som sagrado de Wilson das Neves**. Rio de Janeiro: CID, 1996. Faixa 13.

Xande de Pilares

- DUNCAN, Zélia; PILARES, Xande de. No meu país. In: DUNCAN, Zélia. **Antes do mundo acabar**. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2015. Faixa 5.

Zélia Duncan

- DUNCAN, Zélia; PILARES, Xande de. No meu país. In: DUNCAN, Zélia. **Antes do mundo acabar**. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2015. Faixa 5.

INTÉRPRETE:

Bezerra da Silva

- BEZERRA, Regina do. Tem coca aí na geladeira. In: SILVA, Bezerra da. **Malandro é malandro, mané é mané**. Rio de Janeiro: Atração Fonográfica, 2000. Faixa 2.
- BUTINA, Pedro; MENINÃO, Walter. Sonho de operário. In: SILVA, Bezerra da. **Se não fosse o samba**. Rio de Janeiro: BMG-Ariola, 1989. Faixa 3.
- CAVACO, Ari do; MANGUEIRA, Otacílio. **É ladrão que não acaba mais**. In: SILVA, Bezerra da. **Eu tô de Pé**. Rio de Janeiro: Universal, 1998. Faixa 3.

- DOIDO, Crioulo. Pega eu. In: SILVA, Bezerra da. **Bezerra da Silva ao vivo**. Rio de Janeiro: CID, 1999. Faixa 13.
- MOSCA, Sérgio; PORTELA, Noca da. Eu sou favela. In: SILVA, Bezerra da. **Presidente Caô-Caô**, Rio de Janeiro: BMG Ariola, 1992. Faixa 2.
- NAVAL; MARTINS, G. Preconceito de cor. In: SILVA, Bezerra da. **Justiça Social**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1987. Faixa 11.
- PERNADA, Beto; SIMÕES. Na hora da dura. In: SILVA, Bezerra da. **Justiça Social**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1987. Faixa 7.
- ROMILDO; ALBERTO, Nei. O poeta operário. In: SILVA, Bezerra da. **Eu não sou santo**. Rio de Janeiro: BMG-Ariola, 1990. Faixa 12.
- ROMILDO; ALBERTO, Nei; SHOW, Édson. Vida de operário. In: SILVA, Bezerra da. **Violência gera violência**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1988. Faixa 3.
- ROXINHO; MIRANDA, Tião; FELIPÃO; PURIFICAÇÃO, Walmir da. A semente. In: SILVA, Bezerra da. **Justiça Social**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1987. Faixa 9.
- VIOLA, Cosme da; PANDEIRO, Darci do. Asa à cobra. In: SILVA, Bezerra da. **Samba partido e outras comidas**. Rio de Janeiro: RCA Vik, 1981. Faixa 1.

SAMBAS DE ENREDO - G.R.E.S.:

Em Cima da Hora

- GUARÁ; ROSAS, Jorginho das. 33, Destino Dom Pedro II. Samba-enredo da Em Cima da Hora no carnaval de 1984. Intérprete: César do Vale. In: **Sambas de enredo das Escolas de Samba do Grupo 1-B – Carnaval 1984 – Gravações Originais**. Rio de Janeiro: Top Tape, 1983. Faixa 7.

Estação Primeira de Mangueira

- DOMÊNICO, Deivid; MIRANDA, Tomaz; MAMA; BOLA, Marcio; OLIVEIRA, Ronie; FIRMINO, Danilo Firmino. História para ninar gente grande. Samba-enredo da Mangueira no carnaval de 2019. Intérprete: Marquinho Art' Samba. Disponível em: <<http://liesa.globo.com/>>. Acesso em: 01 dez. 2018.
- TURCO, Hélio; JURANDIR; ALVINHO. 100 anos de liberdade, realidade ou ilusão? Samba-enredo da Mangueira no carnaval de 1988. Intérprete: Jamelão. **Sambas de**

enredo das Escolas de Samba do Grupo 1A - Carnaval 1988. Rio de Janeiro: BMG-Ariola, 1987. Disco 2, faixa 9.

Império Serrano

- SEM BRAÇO, Beto; MACHADO, Aloísio. Bum Bum Paticumbum Prugurundum. Samba-enredo do Império Serrano no carnaval de 1982. Intérprete: Quinzinho. In: **Sambas de enredo das Escolas de Samba do Grupo 1-A – Carnaval 1982.** Rio de Janeiro: Top Tape, 1981. Faixa 11.

Paraíso do Tuiuti

- RUSSO, Claudio; LUZ, Moacyr; ZEZÉ, Dona; JURANDIR; ANÍBAL. Meu Deus, Meu Deus, Está Extinta a Escravidão? Samba-enredo do Paraíso do Tuiuti no carnaval de 2018. Intérpretes: Nino do Milênio e Celsinho Mody. Disponível em: <<http://liesa.globo.com/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

Portela

- ALVAIADE, CHATIM. **A vida do samba.** Samba-enredo da Portela no carnaval de 1942. Disponível em: <<http://www.gresportela.org.br/Historia/DetalhesAno?ano=1942>>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- CAVACO, Ary; CAVALCANTE, Carlito; VANDERLEI; MELODIA, Nilson; PAULINHO. Morfeu no carnaval, a utopia brasileira. Samba-enredo da Portela no carnaval de 1986. Intérprete: Silvinho da Portela. In: Escola de Samba Portela. **Portela.** Rio de Janeiro: BMG Brasil, 2000. Faixa 1.

Unidos de Lucas

- MELODIA, Zeca; RUSSO, Nilton; MADRUGADA, Carlinhos. Sublime Pergaminho. Samba-enredo da Unidos de Lucas no carnaval de 1968. Intérprete: Abílio Martins. In: VILA, Martinho da. **Samba enredo.** Rio de Janeiro: RCA Victor, 1980. Faixa 3.

Unidos de Vila Isabel

- DINIZ, André; PEIXE, Carlinhos do; PETISCO, Carlinhos; AGUIAR, Dedé; DINNY, KATATA, Eduardo; BOCÃO, Evandro; JR., Miro; PINGUIM; VLADIMIR,

Professor. Trabalhadores do Brasil. Samba-enredo da Vila Isabel no carnaval de 2008. Intérprete: Tinga. Disponível em: <<http://liesa.globo.com/>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

- RODOLPHO; JONAS; VILA, Luiz Carlos da. Kizomba, festa da raça. Samba-enredo da Vila Isabel no carnaval de 1988. Intérprete: Gera. In: **Sambas de enredo das Escolas de Samba do Grupo 1A - Carnaval 1988**. Rio de Janeiro: BMG-Ariola, 1987. Disco 2, faixa 7.
- VILA, Martinho da. Pra tudo se acabar na quarta-feira. Samba-enredo da Vila Isabel no carnaval de 1984. In: VILA, Martinho. **Martinho da Vila Isabel**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1984. Faixa 6.